

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Ari Rocha da Silva

**O Significado do Trabalho na Terra do Fumo:
perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado
de produção industrial em Santa Cruz do Sul / RS**

Santa Cruz do Sul, maio de 2007

Ari Rocha da Silva

O Significado do Trabalho na Terra do Fumo:

**perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado de
produção industrial em Santa Cruz do Sul / RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Desenvolvimento Regional – Mestrado e
Doutorado – da Universidade de Santa Cruz
do Sul, para obtenção do título de Mestre
em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mário Riedl

Santa Cruz do Sul, maio de 2007

Ari Rocha da Silva

O Significado do Trabalho na Terra do Fumo:

**perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado
de produção industrial em Santa Cruz do Sul / RS**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Mário Riedl

Professor Orientador
UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul / RS

Dr. João Carlos Tedesco

UPF - Universidade de Passo Fundo / RS

Dr. Moacir Fernando Viegas

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul / RS

S586_s

Silva, Ari Rocha da

O significado do trabalho na terra do fumo: perspectivas dos agricultores frente ao sistema integrado de produção industrial em Santa Cruz do Sul/RS / Ari Rocha da Silva; orientador, Mário Riedl. -2007.

165 p.: il.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007.

Bibliografia.

1.Trabalhadores rurais – Santa Cruz do Sul (RS). 2. Fumo – Cultivo – Santa Cruz do Sul (RS). 3. Desenvolvimento regional. I.Riedl, Mário. II. Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD: 305.563

***A todos os trabalhadores que,
com luta e sofrimento, buscam sua dignidade.
Principalmente, aqueles que me receberam
em suas casas e abriram seus corações.***

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a meus pais pela visão de mundo que me proporcionaram, mediante seus exemplos de honestidade e abnegação por tudo aquilo em que acreditavam e achavam correto realizar;

Também aos amigos e professores Jurema Gorski Brites, Francisco Luiz Pereira da Silva Neto (Quico) e Moacir Fernando Viegas, que, além de me receberem de braços abertos em Santa Cruz do Sul, foram mestres e estimuladores do tema desta pesquisa;

Aos também professores César Hamilton Góes e Gabriel Eduardo Vitullo, amigos dos tempos de Porto Alegre e da UFRGS, por suas disponibilidades de revisão e sugestões para este trabalho;

Aos colegas de mestrado, pelo bom ambiente e amizade que compartilhamos, especialmente a Airton Adelar Mueller e Charles Luís Policena Luciano, este último companheiro de luta e de sonhos por uma sociedade mais justa;

Ao professor e orientador Mário Riedl por sua valorosa contribuição e confiança passada para que eu levasse adiante este trabalho;

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pela bolsa de estudos concedida para que esta pesquisa fosse realizada;

Aos meus queridos filhos, Max Cardoso da Silva e Alana Luiza Spinelli da Silva, por seus sorrisos e carinhos que nos motivam a seguir adiante;

Em especial, a minha companheira e amiga Juçara Spinelli, sem ela nada disto seria realidade, nem ao menos a renovação da esperança de construirmos uma vida melhor.

São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta.

MARTINS, José de S.
A Sociabilidade do Homem Simples

A dependência é mesmo péssima, mas nem sempre é o fim da história. No seio de algumas das mais infernais situações dos últimos séculos, os cientistas sociais têm se deparado com projetos indômitos de reconstrução coletiva. Quem pode ter sido mais dependente que os escravos africanos na América, ou que a classe operária inglesa no início da Revolução Industrial? E, entretanto, poucos negariam que esses grupos construíram suas próprias contraculturas, para além e por vezes no interior mesmo dos contextos diretos de sua servidão.

SAHLINS, Marshall.
O "Pessimismo Sentimental" e a Experiência Etnográfica

RESUMO

Esta dissertação aborda o tema trabalho com o propósito de contextualizar certa realidade local frente a dinâmicas mais abrangentes e que definem o modo de produção capitalista em sua contemporaneidade. A proposta deste estudo, assim, foi trazer à tona a questão cultural que envolve o trabalho do sujeito agricultor, tendo o conceito trabalho valor intrínseco e extrínseco aludido pelas disposições históricas e ideológicas de atores em determinado campo de relações sociais. Tais aspectos são relevantes para se entender e ser propositivo no encaminhamento de políticas e ações que visem ao desenvolvimento local a partir de suas ênfases e entendimentos. Para isso, observa-se que os conceitos e as práticas de trabalho atual são fatores relevantes para se entender os processos sociais e as condições dos indivíduos a partir de suas ações, de como dão significado aos seus trabalhos e como propriamente se definem como sujeitos executores e dependentes das suas atividades laborais. A realidade local que se buscou ilustrar diz respeito ao município de Santa Cruz do Sul / RS, localidade que abriga grandes indústrias processadoras de fumo *in natura*, as quais mantêm forte relação comercial com agricultores em suas unidades produtivas por meio de um sistema industrial que os integra. É com esses produtores que se entrou em contato, em visitas e pela participação em seus espaços de convivência, onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e observações no campo de relações do qual fazem parte. O horizonte em que se pretendeu entender a dinâmica do trabalho, juntamente com os agricultores, foi configurado pela possibilidade de destacar como o sujeito agricultor, em seus diferentes grupos e subgrupos, plantadores e não-plantadores de fumo, basicamente, percebe e significa sua trajetória e orienta suas atividades laborais. Com a investigação, observou-se que o agricultor significa historicamente seu trabalho, representando-o como fator de sofrimento, mas, ao mesmo tempo, como mecanismo de luta visando transpor as dificuldades diante dos ciclos de disposições, os quais se reestruturam os mercados, o consumo e a vida dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE

Significado do Trabalho – Pequenos Agricultores - Sistema Integrado - Fumo - Santa Cruz do Sul – Desenvolvimento Regional

ABSTRACT

This dissertation discusses labor with the objective of contextualizing the local reality in face of broader dynamics and defining today's capitalist production system. The proposal of this study is to bring up the cultural matter that involves the farmers' work, using the concept of intrinsic and extrinsic labor value alluded to the historical and ideological dispositions in a determined area of social relations. These are relevant aspects to understand and be proactive in the design of policies and actions that promote local development based on their focus and knowledge. The current concept and work practices were found to be relevant factors in understanding the social processes and the individuals' conditions starting from their actions, from how they understand their work and how executors and dependent subjects are defined by their labor. The local reality that we attempt to show is of the city of Santa Cruz do Sul/RS, that has big tobacco in natura processing industries and a strong commercial relation with farmers in its productive units through an industrial system that integrates them. It was with these farmers that we got in touch with, by means of visits and meetings, where we carried out semi-structured interviews and observations of the field of relations to which they belong. The horizon it intended to understand is the labor dynamics with the farmers, which was arranged through the possibility of pointing out how the subject in different groups and subgroups, tobacco farmers and non-tobacco farmers, basically, perceives and gives meaning to his labor activities. Also, the investigation has observed the historical significance of the farmer and his work, representing it both as a factor of suffering and, at the same time, a mechanism of struggle to overcome difficulties in the presence of cycles that restructure the market, the consumption and the life of the subjects.

Key-words

The meaning of Labor – Small Farmers – Integrated System – Tobacco –
Santa Cruz do Sul – Regional Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1	Monumento Marco do Imigrante, no Centro do Município de Santa Cruz do Sul	43
2	Detalhes do Monumento Marco do Imigrante	43
3	Município de Santa Cruz do Sul e seus Distritos	53
4	Um dos pórticos de entrada da cidade de Santa Cruz do Sul, patrocinado por uma empresa fumageira.....	78
5	Objetos entregues em ritual de ofertório em Missa Católica (I Encontro da Família Bohnen).....	80
6	Amostra de fotos e da árvore genealógica da família Bohnen (I Encontro da Família Bohnen).....	82
7	Representação do Campo Social - amostra de entrevistados	85
8	Cartazes afixados nas propriedades.....	98
9	Casal Mueller exibindo seu Prêmio (certificado) - melhor preço médio na safra de 1974	104
10	Produtor hortifrutigranjeiro comercializando sua produção nas ruas de Santa Cruz do Sul	105
11	Bandejas de isopor para semear as plantas, guardadas no paiol com o restante do material agrícola.....	112
12	Bandejas de isopor para semear as plantas, deixadas ao relento, perto do local aonde é feito o canteiro de mudas.....	112
13	Passeata do MPA pelas ruas de Santa Cruz do Sul – reivindicação por melhores custeios e classificação do fumo	125

LISTA DE TABELAS

- 1 Áreas plantadas e colhidas, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção de fumo e seus respectivos percentuais (%), segundo as grandes regiões e os estados da região Sul - Brasil / 2004 51
- 2 População residente de Santa Cruz do Sul – urbana e rural (por distritos)... 52

LISTA DE ABREVIATURAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
ASSAFE	Associação Santa-cruzense de Feirantes
CAI	Complexo Agroindustrial
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
ECOVALE	Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas
EMATER / RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica de Extensão Rural.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
RS	Rio Grande do Sul
SINDIFUMO	Sindicato das Indústrias do Fumo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	21
1.1 Acerca do tema proposto.....	21
1.2. Referencial teórico.....	33
1.3 Metodologia da pesquisa.....	41
1.3.1. Aspectos socioeconômicos do município.....	44
1.3.2. Procedimentos técnico-metodológicos.....	46
2. DINÂMICAS DA GLOBALIZAÇÃO E DO TRABALHO LOCAL.....	54
2.1. Globalização e novas exigências à acumulação.....	55
2.2. Agricultura do capitalismo de produção flexível.....	67
2.3. O município de Santa Cruz do Sul como espaço de trabalho.....	75
3. CAMPO SOCIAL E O ESPAÇO DO TRABALHO.....	84
3.1. Tradições e práticas do trabalho.....	87
3.2. Significado do trabalho.....	108
3.3. Confronto e divisão do espaço social.....	117
4. TRABALHO: INTEGRAÇÃO E/OU ISOLAMENTO?.....	130
4.1. Quadro relacional e as políticas públicas.....	132
4.2. Planejamento e integração no trabalho.....	140

CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152
ANEXO A Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha – Safra 2004/2005	159
ANEXO B Um trabalho de qualidade e união	161
ANEXO C Capação, colheita e cura no fumo Virgínia e Burley	162
ANEXO D Análise de resíduos será intensificada e produtor poderá ser penalizado.....	163
ANEXO E Roteiro de Entrevistas.....	164

INTRODUÇÃO

Este estudo ressalta o conceito trabalho como referência importante para o entendimento da sociedade. O trabalho é entendido como um dos elementos que dão sentido e orientação aos sujeitos coletivos, bem como aporte a certas possibilidades para o estabelecimento de condições de vida a indivíduos determinados vivendo em sociedade.

Aqui o trabalho é caracterizado, em confronto com novas teorias que dizem o contrário, como aspecto central e motor de formas concretas de ações que recortam as histórias e trajetórias de vida dos sujeitos coletivos. No exercício do trabalho, em grande parte, são estabelecidos relações, vínculos de exploração, reciprocidades e solidariedades, assim como formas de luta e construção de significados que dão a devida projeção e importância do que ele representa para quem depende exclusivamente do trabalho como aporte econômico e relacional. Neste estudo, o trabalho é visto como aspecto fundamental para entendermos e explicarmos as sociedades em função de sua estrutura, pois, ao retratar a justaposição entre a necessidade do ser humano em executar tarefas para sobreviver e os aspectos das desigualdades sociais, observamos a definição dos espaços nos campos de atuação, respaldados por relações sociais também desiguais de poder entre os sujeitos.

Ao enaltecer experiências de formas e estruturas nas quais o trabalho dos sujeitos está assentado, visamos entender fenômenos particulares que consubstanciam o mundo do trabalho, visto que a complexidade das relações

robustece-se localmente por sua dinamicidade, compondo o espectro mais amplo das estruturas sociais e do sistema de produção do qual faz parte.

Dessa forma, introduzimos em nossa análise o caráter das particularidades culturais e a forma - ou contraforma - oriunda das conjunções de significados que se estabelecem no ambiente de trabalho rural do município de Santa Cruz do Sul, no estado do Rio Grande do Sul / Brasil. Destacamos as ênfases que o trabalho adquire por parte de certos agricultores produtores de fumo e daqueles que se abstêm de desenvolver tal cultivo. Cabe esclarecer que a produção de fumo nesta localidade é amplamente dominada por empreendimentos empresariais estrangeiros, os quais, ao se estabelecerem na região, buscaram relacionar as suas organizações produtivas às estruturas do trabalho familiar já existentes no local, o que fortaleceu as atividades de produção de fumo e tornou-as pilares estruturadores e predominantes das dinâmicas produtivas locais.

Para isso, a questão fundadora de nosso estudo diz respeito a identificar quais são os significados que o trabalho possui para grupos de agricultores de Santa Cruz do Sul. Ao nos propormos entender as formas que o trabalho adquire e seu sistema de significados, julgamos possível perceber, por meio de um enfoque moldado por processos de mudanças culturais, sociais e econômicas de alta intensidade, como se processam as representações sociais e experiências cotidianas dos agricultores ligadas aos seus trabalhos. Dessa forma, queremos observar como os agricultores retratam suas condições e recodificam seus sentidos diante de permanentes inovações na operacionalização e estruturação da produção introduzidas pelo meio gerencial das indústrias processadoras do fumo na localidade em destaque. Ressaltamos que na arena de jogo das relações produtivas se sobrepõem interesses muitas vezes em conflito entre os grandes empreendimentos industriais e os agricultores locais, com os primeiros buscando homogeneizar saberes e formas de produção em correspondência com as especificações do mercado e dos seus próprios sistemas de trabalho que visam disseminar.

Frisamos também que os grupos de agricultores apresentam em suas experiências de vida aspectos singulares, produzindo ou não fumo, constituindo-se em subgrupos, embora participantes de um mesmo plano de trabalho, que se caracteriza pela atividade agrícola, reconstruindo seus significados, reagindo ao que lhes é imposto e sendo protagonistas de dinâmicas em meio à complexidade e ao emaranhado de relações e interesses que fazem parte do contexto da realidade social local. É importante o estudo das diferentes ênfases significantes para que possamos entender a sociedade e as estruturas que a compõem. Nossa análise, dessa forma, pauta-se por um enfoque comparativo de certas histórias e visões dentro de um mesmo contexto analítico, para que possamos conhecer de forma mais ampla a realidade do agricultor familiar nesta localidade e como essas histórias e visões se relacionam diante de uma força hegemônica de desenvolvimento protagonizada pelo capital industrial internacional, o qual se insere na cultura local tensionando-a.

Podemos observar, investigando a cultura local, que é com base nos sentidos que os grupos sociais dão às coisas que os nexos simbólicos e as identidades sociais se constituem em sua interação com os aspectos estruturais alocados em sociedade. É dessa forma que, permanentemente, os significados se reconstruem, ou seja, é nas trocas entre disposições estruturadas e estruturantes que, dialeticamente, os arcabouços culturais cheios de sentidos se estabelecem. É aí, também, que se encontram forças de resistências diante de lógicas que se alastram globalmente e tornam-se dominantes, pois, embora alguns sintomas de insatisfação ao sistema de produção e trabalho se encontrem dispersos, inconscientes e/ou desarticulados, seja em manifestações individualizadas, seja em grupos muito específicos, longe de qualquer manifestação de maior vulto e que se entrelace a um projeto de desenvolvimento autônomo, esses sintomas, por si só, são sinais dissonantes do modelo hegemônico vigente e talvez possam entrar na arena de jogo de forma mais atuante em oportunidades subseqüentes.

Refletir, portanto, sobre as perspectivas de mudança social a partir da percepção estabelecida em torno do trabalho e de seus significados parece-

nos de fundamental importância para compreender a sociedade. É dentro dessa dimensão que podemos confrontar possibilidades locais de organização “reintegrando economia e cultura” com o objetivo de entender o desenvolvimento das regiões e localidades (TOURAINÉ, 1998). Há a necessidade de estabelecer uma reflexão acerca dos enfoques e desdobramentos das lógicas culturais que são alicerces da vida cotidiana, que configuram identidades, coesão e formam regiões. Para isso, há que se pensar no capital social construído e adquirido no campo das relações sociais e que estão em permanente fricção e confronto (BOURDIEU, 1980). Cabe-nos realizar uma “topografia cultural” (HERMET, 2000) visando conhecer construções simbólicas de grupos de trabalhadores e seus potenciais endógenos, para que os passos que transcendam a esta e outras pesquisas sejam de articulação de saberes, de recuperação da confiança e da participação dos atores sociais na conformação de um desenvolvimento local e regional, talvez em múltiplas escalas e com base em novos elementos e organizações sociais alternativas ao sistema atual de relações, predominantemente induzidas pelo mercado (POLANYI, 1988).

O estudo dos significados e do contexto cultural de sujeitos sociais torna-se relevante na medida em que acreditamos que um desenvolvimento local efetivo, isto é, que traga melhores condições de vida e bem-estar a sujeitos determinados, não pode ser desvinculado de suas concepções culturais e que reserve espaço à autonomia. Não basta, dessa forma, apenas crescimento econômico local, pois muitas vezes este está vinculado a projetos que priorizam condições muito próximas e consoantes com a maior concentração de renda e exclusão de segmentos sociais na partilha das riquezas localmente produzidas.

Ao buscar entender os significados que o trabalho adquire em dois segmentos de agricultores no município de Santa Cruz do Sul (produtores de fumo e não-produtores de fumo), necessariamente, pretendemos estar o mais próximo possível da dinâmica socioeconômica desta localidade, analisando trajetórias, vínculos identitários, formas de vida e o trabalho dos agricultores, assim como interpretando suas ênfases discursivas relativas ao significado do

trabalho que executam e às suas relações com o setor industrial fumageiro; ainda observar as interações em seus espaços de sociabilidades, seja em espaços públicos, como em festas e cerimônias religiosas, seja nos seus espaços mais íntimos de convivência familiar.

Na primeira parte desta pesquisa abordamos a relevância do tema trabalho com base em seus referenciais teóricos e do espectro das novas estruturas e condicionantes do sistema capitalista. Também procuramos elucidar a abordagem dada ao tema e aos procedimentos metodológicos utilizados para entender o significado do trabalho por parte de grupos de agricultores do município de Santa Cruz do Sul.

No capítulo seguinte, enfocamos as formas e possibilidades em que se assenta o sistema capitalista atualmente, principalmente com base nas suas condições oriundas do século passado e que desembocaram em novas perspectivas no final deste mesmo século e do que se iniciou há poucos anos, através do fenômeno da globalização econômica. Inserimos nessa parte as condições da agricultura no Brasil e o modo como foram estabelecidas as políticas públicas para este setor, tradicionalmente redesenhadas por segmentos da elite nacional e pelo Estado. Da mesma forma, analisamos como se estruturou o ambiente rural do município de Santa Cruz do Sul, ressaltando o campo social constituído e as relações de interesses a ele vinculadas.

No capítulo três denominamos certos grupos que constituem o campo social em análise, suas dinâmicas e relações instituídas. Caracterizamos os sujeitos dentro de suas envolventes particularidades e percepções, que estabelecem os horizontes de significados do que representa o trabalho. Observamos, igualmente, a determinar esses horizontes, as relações sociais, os confrontos de interesses e as circunstâncias que se impõem dentro do quadro relacional e que estão inseridas na matriz produtiva do fumo de forma predominante na localidade em estudo.

No quarto e último segmento, antes das considerações finais, tratamos dos aspectos da integração produtiva salientada pela matriz econômica do

fumo, assim como das formas como se estrutura. Em relação a isso, destacamos os componentes do isolamento e do abandono vivido pelos agricultores da região, seja em relação a seus pares, seja em relação às políticas e objetivos de Estado, visando ao desenvolvimento da região e da localidade de Santa Cruz do Sul, particularmente. Além disso, analisamos, de forma geral, as possíveis condições que poderiam estabelecer outros vínculos de relações e proporcionar alternativas de produção e trabalho para a região da qual faz parte este município.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 Acerca do tema proposto

Ditados populares correntes como “o Homem nasceu para o trabalho” ou “Deus ajuda a quem cedo madruga” dão-nos, em si mesmos, sinais importantes da dimensão do que representa o trabalho em nossa sociedade. O trabalho aqui, nestas expressões, de forma explícita ou implícita, aparece como termo norteador das vidas dos indivíduos, elemento estruturante que concatena e potencializa o homem para o mundo. De certa forma, estabelece uma referência que conduz o homem à valorização do seu trabalho e a assumir a tarefa de se organizar com o intuito de corresponder aos desígnios deste valor em diferentes esferas de seus relacionamentos. O que poderia ser mais significativo em grau de importância quando dizemos que nascemos para alguma coisa, ou que o sucesso depende do nosso esmero cotidiano? Para os estudos das ações humanas e das sociedades, utilizando estes e outros exemplos enunciativos e da vida prática, a categoria trabalho revela-se fonte analítica relevante para entendermos a vida dos indivíduos e das culturas às quais pertencem.

Podemos, por exemplo, nos perguntar sobre quais são os reais significados que sustentam as expressões acima e o que pode estar acoplado em seus breves enunciados. Será que nascemos realmente para o trabalho, como afirma a linguagem do senso comum? E por quê? Ou isso não passa de uma retórica ideológica de grupos dominantes? Evolução propositiva

que nos insere na perspectiva de sedimentar a idéia de estarmos preparados para cumprir as tarefas a que nos propomos realizar ou que nos foram designadas. Sofisticando um pouco mais nossas interrogações, poderíamos nos perguntar, talvez, se tais idéias não fariam parte de um *corpus* cultural moldado por interações econômicas e sociais, estas últimas advindas de vários aspectos que definem o campo das representações simbólicas sobre o trabalho, em seus aspectos morais, religiosos, cívicos, entre outros, oriundas de tempos pretéritos e na confluência das relações presentes. As perguntas tornam-se, de qualquer forma, de difícil solução, o que nos incentiva a realizar pesquisas sistemáticas que nos permitam estabelecer um olhar mais acurado do tema aqui enfocado.

A respeito do segundo ditado popular “Deus ajuda a quem cedo madruga”, cabem, por exemplo, interrogações muito particulares. Qual é a relação que tem Deus - o espectro do sagrado – com nosso despertar matinal e nossa disposição para a labuta diária de trabalho – o espectro do profano – em que estamos empenhados, ou não, em desenvolver? Temos, realmente, uma explicação divina para o nosso sucesso ou insucesso, visto nosso esforço diário a partir do aparecimento do sol no horizonte? Qual a importância da mediação simbólica aqui representada por um ente divino na construção de nossos artefatos culturais e do nosso modo de ser no e fora do trabalho? O sentido profético aqui talvez nos sugira algo mais que a razão instrumental do trabalho e da forma como o homem deve agir para manter sua vida, pois nos desloca para um sentido ético religioso, talvez mágico e imaginário, que pode superar muito a mera formulação lógica instrumental.

Realmente, essas são questões complexas de serem respondidas de imediato, porém instigantes ao buscarmos conhecer o campo das representações que se fazem do mundo do trabalho. Por ora, com base em ênfases discursivas como essas, salientamos que existem múltiplas abordagens e propostas analíticas que buscam entender fenômenos por meio da apreensão e relação do tema trabalho junto a novos objetos e problemas de pesquisa, em várias ciências e em seus também variados enfoques.

Nas Ciências Humanas, área de nosso interesse, acreditamos que a categoria trabalho, como conceito ontológico que é, caracteriza-se como tema-chave, ajudando-nos, segundo nossa percepção, a melhor entender de forma relacional o mundo que nos cerca, um mundo que ora aproxima, ora distancia os sujeitos por intermédio das próprias ações e representações desses. Assim, ao buscar entender como se estrutura o trabalho, necessitamos relacioná-lo aos múltiplos fenômenos, em razão de sua dinamicidade e de seus diferentes graus de determinação.

Sem querermos ser conclusivos, mas esboçando uma nota introdutória ao tema, fica evidente que as proposições citadas podem nos ajudar, pelo menos, a disparar um olhar reflexivo à categoria trabalho, permitindo-nos perceber, de forma mais objetiva, possíveis caminhos de análise sobre o que representa para determinados grupos sociais. Com base nelas, temos bons indicadores de que o trabalho faz parte de um cabedal cultural motivador e estruturante das relações entre os sujeitos, amparando o modo de ser de diferentes segmentos sociais, em diferentes formas e possibilidades, pois as relações sociais se dão, inclusive, pela contradição de interesses, pelos confrontos internos na sociedade, pelas negociações e construções mútuas de processos políticos, os quais estão, certamente, relacionados com a vida prática, material e cultural dos sujeitos vivendo em sociedade. Cultura, que segundo Minayo (1999, p.15),

(...) não é um lugar, ela abrange uma objetividade com a espessura que tem a vida, por onde passa o econômico, o político, o religioso, o simbólico e o imaginário. Ela é um *locus* onde se articulam os conflitos e as concessões, as tradições e as mudanças e onde tudo ganha sentido, ou sentidos, uma vez que nunca há apenas um significado.

Ao pensar sociologicamente, certamente, devemos procurar refinar nossas análises e tentar compreender a complexidade das construções sociais e culturais, não embasadas em fatores monocausais e mecanicistas, que advogam, *grosso modo*, a inflexão dos fatos e de meras determinações de causas e efeitos. Devemos “submergir” e “emergir” problematizando questões e interagindo com os sujeitos, observando suas peculiaridades, reações e idéias;

em outros momentos, propondo certo afastamento do campo de observação para tentar entender os contextos segundo outras óticas e perspectivas teóricas; comparando, fazendo analogias, buscando e percebendo as diferenças entre os diversos grupos que possam enriquecer nossas análises. As falas de nossos interlocutores no campo de pesquisa, por exemplo, material empírico-analítico que queremos utilizar especificamente neste trabalho, são aqui encaradas como uma possibilidade para executar esta tarefa de percepção da realidade, visto serem as falas formas

(...) reveladora[s] de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela[s] mesma[s] um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (MINAYO, 1999, p.109-110).

Devemos, para isso, estar preparados e respaldados a fim de podermos trabalhar com os materiais que trazemos do campo de pesquisa. Categoricamente, o tema trabalho é envolvente e dá margem para refletirmos cientificamente e de forma transversal, transitando por diversos campos do conhecimento que tratam do desenvolvimento humano. Isso possibilita ao cientista utilizar-se de conceitos e argumentos de diversas áreas do conhecimento, sejam exatas, sejam biológicas ou humanas. Para isso, todavia, o cuidado epistemológico deve ser respaldado com certo rigor, para não cairmos num ecletismo insolúvel e desgastante na busca da objetividade científica.

Algumas obras clássicas nas ciências humanas, como o texto de Friedrich Engels (1820-1895), *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*, buscaram relacionar campos científicos distintos dentro do quadro e do enfoque analítico proposto. O texto citado, especificamente, retrata a engenhosidade e a *performance* instrumental (física e biológica) que o homem possui e o uso direcionado que faz de seu potencial como ser pensante. Refere-se, dessa forma, à bagagem instrumental e lógica que o homem possui e, com isso, a sua forma afirmativa de distinção perante os outros animais, salientando a especial condição estrutural analítica e mental,

que nos libertou em parte dos imponderados fenômenos da natureza, possibilitando a construção de nossas sociedades e de distintas organizações sociais. (ENGELS, 1990).

Estudos mais recentes, por sua vez, oriundos do processo de maturação industrial e da necessidade de ora entender e disciplinar o trabalhador para que execute suas tarefas com destreza e eficiência, ora analisar criticamente as formas como os sujeitos estão expostos às condições de trabalho, abordaram aspectos muitas vezes focados no caráter psíquico e subjetivo dos indivíduos, via iniciativas e fenômenos que se sucedem nos meios, nos procedimentos e reações dos trabalhadores, diante, inclusive, dos estímulos e das estruturas lógicas que se modelam nas particularidades de se pensar e agir das pessoas¹. Outros trabalhos propuseram-se pensar e desvendar parcialmente, pois sabemos que nenhum estudo é absolutamente conclusivo, a relação dos aparatos tecnológicos e o nível de desenvolvimento social e econômico. Dessa forma, as ênfases destes últimos deram maior relevância aos aspectos concernentes à organização social e cultural das sociedades, assim como outros que abordaram a dimensão de fatores relacionados aos aspectos da desigualdade social, as questões de gênero e de condicionantes, que perfazem a realidade do mundo do trabalho e que se entrelaçam muitas vezes aos fatores anteriores de objetividade estrutural e subjetividade, da materialidade mais aparente dos fatos concretos à participação distintiva dos indivíduos em seu meio e no seu local de trabalho (LEITE; SILVA, 1996).

De qualquer forma, invariavelmente, os temas mais investigados sobre o trabalho estiveram ligados às mudanças e às condições que o próprio objeto de pesquisa vinha sofrendo e ao estágio em que se encontrava o campo de conhecimento científico específico. A visão mais voltada aos aspectos tecnológicos e do avanço industrial esteve, por exemplo, mais calcada nos fenômenos ligados ao sistema fordista de produção e ao Estado de bem-estar social, os quais, de certa forma, induziram o progresso tecnológico

¹ Com uma abordagem crítica e com ênfase na psicopatologia do trabalho, encontramos o importante trabalho do psiquiatra Christophe Dejours, que analisa o sofrimento do trabalhador (DEJOURS, 1988).

propriamente dito, impulsionando a sociedade a novos patamares de desenvolvimento econômico, político e social. Essa fase se caracteriza com maior ênfase no período do pós-guerra, perfazendo o plano nacional-desenvolvimentista de inúmeros países que visavam ao crescimento econômico e ao aprimoramento técnico-científico. Essa visão, muitas vezes, foi bastante otimista e amparada ideologicamente pelas relações de classe e pelas contradições de interesses que se perfilavam nas sociedades.

Alguns atuais substratos de análise também dizem respeito às mudanças que ocorreram a partir da década de 1970 dentro da estrutura produtiva em que se salientavam. A partir da reelaboração do processo produtivo em ordem mundial, isto é, pela política de reestruturação das esferas produtivas no interior das fábricas, seja pela necessidade de acomodação entre os espectros de produção e de abertura de novos mercados, seja para agregar maior margem de lucro ao capital, passou-se a dar importância às questões que diferenciavam e modelavam os ambientes de produção e os aspectos que circunscreviam as formas sociais e as imprevisibilidades e manifestações dos sujeitos no interior da produção. Desse modo, passou-se a dar maior atenção às condições de trabalho, aos referenciais e às estruturas organizacionais, doravante mais flexíveis dentro das empresas. Observar-se-ão mais detidamente as formas e *performances* do trabalhador e as condições e influências sociais adquiridas em razão do “processo de reengenharia” das empresas – utilizando-se aqui a terminologia gerencial dos próprios meios empresariais e de seus agentes organizadores da produção.

Realizando um balanço resumido da produção científica das últimas décadas, especificamente nas ciências sociais, encontramos as seguintes linhas temáticas, entre outras certamente possíveis: organização industrial, formação do proletariado, sindicalismo, atitudes e orientações operárias, greves e conflitos sociais, representações operárias, trabalho urbano e rural, Estado e legislações trabalhistas, adesão e resistências, questões de gênero e trabalho, tecnologia e reconversão industrial.² Todas elas, por sua vez, são

² Um bom apanhado das principais correntes que abordam o tema trabalho é feito na introdução do livro de Colbari (1995). Ali são ressaltados trabalhos clássicos, desde obras que

matizadas por diferentes abordagens e quadros teóricos e analíticos os mais variados.

Ao falar do trabalho, portanto, somos remetidos seja ao amplo universo das relações sociais, às quais dão origem ao modo de produção de uma determinada civilização, seja ao mais recôndito universo disjuntivo do cotidiano humano e das experiências e expectativas individuais de reprodução da vida. Basta-nos, assim, para fundamentar um trabalho coerente, aprofundado e que avance na linha do conhecimento, concatenar um foco de análise coerente, mediante certa totalidade de determinações e relações diversas, pois “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade dos diversos” (MARX, 1982, p. 14). Para isso, devemos nos permitir pensar na concretude dos fenômenos e relações, ou seja, na possibilidade de desenvolver uma investigação que relacione e dê conta da maior gama possível de fenômenos e explicações que permitam entender, na base das relações sociais e materiais, a realidade mediada pelos processos e condições históricas em que nos encontramos e que queremos investigar.

Contudo, existem cientistas sociais que, contrariamente a esta nossa preocupação de propor o trabalho como referencial analítico de forma a ser ressaltado, acreditam que esta categoria tenha perdido centralidade analítica e, até mesmo, venha perdendo grande grau de relevância para explicar a realidade atual. Na verdade, o menosprezo, em décadas atrás, a abordar a categoria trabalho teve duas vertentes opostas e equidistantes. Uma origina-se na própria vertente marxista, que referenda a máxima de que o processo de produção e as relações de trabalho já teriam sido desvendados e esgotados em suas análises pelo próprio Marx. Assim, qualquer coisa que pudesse ser

retratam a família como aspecto disciplinador para o trabalho, até temas mais atuais, que versam sobre novos padrões tecnológicos, reconversão industrial e novas formas de manifestações dos trabalhadores. Outro interessante material é o trabalho elaborado por Cattani (1995), que tem por objetivo orientar pesquisas disponibilizando uma farta lista de livros, textos e artigos científicos sobre o tema trabalho, além de indicar alguns principais centros de documentação que podem ser consultados pelos interessados. Estas duas referências, coincidentemente, são do ano de 1995; outras referências mais atuais certamente poderão trazer maiores informações do que até então está sendo publicado e em que ponto o debate sobre o tema se encontra. O que reforçamos aqui é a preocupação destes autores em listar as principais obras de referência até aquele momento, incluindo os textos clássicos, consultas obrigatórias para quem quer se lançar ao estudo dessa temática.

dita tornar-se-ia redundante³. Em outra perspectiva, qualifica-se claramente que a categoria trabalho teria perdido a sua centralidade, pois não daria mais conta do que poderia estar acontecendo no meio social, por vivermos numa sociedade pós-industrial, na qual o trabalho, agora de poucos, perde sua força para o conjunto da sociedade⁴. Essas concepções conduziram, de certo modo, a um arrefecimento das pesquisas e análises sobre a categoria trabalho, as quais só foram revigoradas no final das últimas décadas do século passado (CATTANI, 1995).

Não vamos nos ater à crítica de forma conjunta de certos estudos que argumentam que o trabalho perde teor explicativo e condicionante às sociedades, mas, na medida em que os argumentos forem necessários, serão feitas referências a esses.⁵ Por ora, queremos deixar claro que nossa posição é de que, longe de estar esgotado o tema, o trabalho continua sendo uma categoria central para que possamos entender profundamente o horizonte social. Acreditarmos que esta categoria nos dá suporte analítico fundamental porque os homens trabalham para manter suas vidas, envolvendo-se em relações e em determinadas divisões dos meios de produção e exploração do trabalho. É pela materialidade relacional, instrumental e simbólica que os sujeitos produzem e garantem suas condições de existência, perfazendo as estruturas das sociedades e segmentando suas posições nas próprias relações.

O trabalho hoje, do modo como está estruturado, certamente não é mais aquele do início da Revolução Industrial, nem mesmo aquele orientado pelas restritas concepções fordistas que instituíram a esteira de produção em massa. Não referendamos uma posição analítica de fenômenos estáticos, mas

³ Estudos com esta ênfase dão primazia aos aspectos da evolução econômica e suas determinações estruturais, com pouca atenção às ações e interpenetrações sociais dos sujeitos. Um dos principais autores desta corrente, sendo referência paradigmática dentro da teoria marxista, é Louis Althusser (ALTHUSSER, 2003).

⁴ Entre os trabalhos clássicos desta vertente analítica estão os textos de Offe (1989) e Gorz (1987).

⁵ Para uma sistematização das idéias e visões de teóricos sobre a transformação do trabalho e seus reflexos na sociedade, o artigo de Toni (2003) retrata as abordagens e disposições analíticas de diversos autores.

intuímos a dinamicidade das relações geradoras de mudanças sociais, mesmo que internamente ao conjunto dos sistemas econômicos e de modos de produção específicos, seja em suas formas concretas, seja no teor de suas referências significativas e simbólicas por parte dos grupos sociais.

Queremos estar em correspondência e investigar as mudanças e os novos contornos das dinâmicas sociais, pois nos parece evidente que elas ocorrem de forma permanente em suas diferentes dimensões. Todavia, fica claro que até hoje as sociedades não se transformaram em sociedades do não-trabalho, nem mesmo o trabalho deixou de perfazer a simbologia do homem atual e de conduzir, amplamente, as expectativas e estratégias dos sujeitos para a manutenção de suas vidas e de lhes servir de meio para se relacionarem em sociedade. As frases com as quais iniciamos este trabalho nos ajudam a pensar desta forma. A perspectiva de que a categoria trabalho, efetivamente, perde relevância para outras formas de relação, como, por exemplo, as ações de ajuda comunitária ou projetos governamentais aos necessitados, pauta-se em casos e realidades muito específicos. Não estão essas relações e formas de ações desvinculadas da noção da necessidade de se gerar trabalho e renda a quem precise, não sendo, por isso, possibilidades exclusivas que se forjam em sociedade para superar carências de certos sujeitos.

A perspectiva do advento de uma sociedade descentrada do trabalho, atualmente, não passa de uma falácia, visão futurista desfocada da realidade atual, deixando de lado as controvérsias recentes entre capital e trabalho, as formas que estruturam a organização da sociedade e, em primazia, a necessidade de destacá-lo como

(...) indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1971, p.50).

Percebemos que as condições e possibilidades de trabalho tomaram novos contornos, ramificaram-se em novos exercícios nos meandros da

sociedade moderna, que se complexifica, e, mais do que tudo, a partir de suas novas composições, forma o que Antunes chama de ampliação do “conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, da classe-que-vive-do-trabalho em escala mundial” (ANTUNES, 2005, p.48).

O trabalho concreto não desapareceu, pois faz parte da capacidade humana de pensar e elaborar novas engenhosidades, que facilitem a vida e promovam as práticas humanas – porém não é a este aspecto que queremos dar maior destaque. O que nos motiva a abordar o tema realmente é o teor explicativo de certas normas e práticas sociais em razão do seu caráter representacional, pelo qual os sujeitos dão significado àquilo que os intui a atividade laboral num mundo em constante transformação. Em verdade, a abordagem da categoria trabalho ganha ainda mais relevância por sua complexificação estrutural e representacional, pois veio a ser permeado de novas modalidades de práticas, em vista da intensificação organizacional dos setores de serviços e comércio que muitos trabalhadores agregaram, além de conformar relações industriais segundo parâmetros mais flexíveis de produção, sob novas orientações técnicas e de planejamento por parte das empresas e de demais segmentos envolvidos na produção e no consumo.

A classe-que-vive-do-trabalho não é mais apenas o operário da fábrica, mas o bancário, o comerciário, o pequeno produtor rural, o vendedor ambulante das ruas, ou até mesmo aquele que executa pequenas atividades em tempos específicos ou em tempos reduzidos, como é o caso de certos trabalhadores de empresas multinacionais, como a Souza Cruz⁶, na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Esta organização contrata temporariamente trabalhadores para executarem certos processos de beneficiamento do fumo em determinados períodos do ano; depois, durante a maior parte do ano, o trabalhador fica desempregado ou realizando pequenos biscates (serviços) de forma autônoma, à espera que o chamem novamente

⁶ A Souza Cruz, empresa líder no mercado nacional de cigarros, é um dos cinco maiores grupos empresariais do Brasil e subsidiária da British American Tobacco, com marcas comercializadas em 180 países do mundo. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br>. Acesso em: 6 março 2006.

para que integre o beneficiamento deste produto na próxima temporada de trabalho.

O próprio operário permanente das fábricas sofre novas contingências, configuradas pela reestruturação produtiva, ou seja, novas exigências e demarcações são lançadas para que opere a produção de forma mais eficiente e adequada à empresa. Podemos dizer que, à medida que o contexto e as condições de trabalho se modificam, o trabalho perde sua formalidade e sistematicidade de tempos anteriores. Em verdade, se, por um lado, ainda subsistem empresas que ainda empregam processos rudimentares e mesmo pré-fordistas em seus formatos produtivos, é porque temos hoje uma imbricada diversidade de relações e formas de trabalho. Cabe destacar um *mix* de empresas e condições diversas de produção, visto que muitas vezes grandes corporações industriais, comerciais ou de serviços cedem espaços que não lhes interessa diretamente explorar a pequenas organizações empresariais. Geralmente, os grandes grupos empresariais exploram áreas que dependem de aparatos técnicos e processos organizacionais mais sofisticados que lhes dêem maior diferencial e “renda monopolista” (HARVEY, 2005), estando permanentemente em contato com o mundo, prospectando novos mercados e aplicando novos modelos gerenciais, que lhes dão corpo e poder de monopólio.

Com um olhar mais centrado, podemos dizer que, longe da tendência da extinção do trabalho, que poderia nos levar ao usufruto do ócio, ou, talvez, a maiores dificuldades e desigualdade social, as possibilidades de trabalho agora se alastram a segmentos sociais que não as detinham até então, a segmentos que não possuíam referenciais práticos do que era participar das redes sistemáticas do trabalho que caracterizam fortemente a atualidade. A introdução cada vez maior da participação da mulher no mercado de trabalho é um fator eloqüente e serve-nos como aspecto exemplar⁷.

⁷ “A partir da década de 70 até os dias de hoje, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado uma espantosa progressão. Se em 1970 apenas 18% das mulheres brasileiras trabalhavam, chega-se a 2002 com metade delas em atividade”. Fundação Carlos Chagas. Disponível em: http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html. Acesso em: 6 março 2006.

Cabe registrar, todavia, que a entrada de novos sujeitos na produção e nos serviços não tornou o trabalho menos penoso em certas realidades; ao contrário, em razão do controle gerencial fortalecido, da maior competitividade das empresas e da concorrência por postos de trabalho, podemos observar condições que atestam afirmativamente uma crescente onda de precarização do trabalho em ordem mundial. A pressão atual sobre os trabalhadores formais caracteriza-se por um nexo muito semelhante ao dos primórdios da Revolução Industrial. Observa-se uma precarização das condições de trabalho nas empresas em razão dos grandes contingentes de trabalhadores terceirizados, mal pagos, com poucas garantias assistenciais e poucas condições seguras do exercício de suas profissões, sem a garantia efetiva de seus empregos. Isso sem referirmos o trabalho informal de chefes de famílias, bem como de mulheres e crianças, exercendo atividades temporárias, vendendo objetos nas ruas ou realizando pequenos serviços desqualificados quando demandados. Outro fator ilustrativo é a integração de pequenos proprietários rurais que se vinculam ao processo de produção de grandes empresas fornecendo a matéria-prima para o beneficiamento industrial. Essa relação, especificamente, de indústria e pequenos produtores rurais engendra novas e complexas relações no meio rural, transformando tradições e o trabalho do produtor, gerando, certamente, adesões, conflitos e resistências em vista dos novos formatos que definem as práticas e novas relações de produção que se estabelecem no campo.

É evidente que existem muitas diferenças entre os trabalhadores urbanos e os pequenos produtores rurais, as quais, inclusive, devem ser amplamente salientadas. Contudo, também devemos frisar que a possibilidade de operarem dentro de uma mesma lógica de produção é bastante grande, pois cada vez mais atendem, por meio de diferentes formas de trabalho, às demandas do mercado e do sistema de processamento industrial, que se estrutura em diferentes espaços, na órbita cada vez mais globalizada dos mercados, os quais apreendem os territórios encontrando condições favoráveis à valorização de seus capitais.

Com base nisso, realmente, as análises sociais devem se sofisticar, buscando esclarecer de certa forma o caráter dinâmico e que diz respeito às transformações do sistema capitalista em si, aos aspectos conjugados aos atributos econômicos, sociais e políticos, bem como às lutas internas no sistema, às estratégias dos grupos, às contradições e construções sociais, até mesmo às subjetividades inerentes às próprias relações.

Para compreender a dinâmica das relações de classe é preciso ter presente a dialeticidade da práxis cotidiana entre as classes. É nessa práxis, marcada pela confrontação direta ou mediatizada por instituições sociais que revela a força real e a dimensão estrutural, pois exprime-se através de mecanismos culturais, sociais, econômicos e políticos. Nessa mesma práxis revela-se também uma dimensão subjetiva, resultado da interiorização – pelos atores individualmente, e pelos grupos coletivamente – ‘de suas condições de existência’. (GEHLEN, 1994, p. 169).

Enfim, devemos observar, tanto quanto possível, os diversos condicionamentos que fazem parte do mundo do trabalho, estando este a consubstanciar formatos irregulares, complexos e conflituosos das relações sociais. Precisamos, para isso, implementar uma análise que assegure a dialeticidade das relações, matizada pelas esferas extrínsecas e intrínsecas que recortam os sistemas e se retroalimentam, pois só assim poderemos melhor entender o que observamos e nos aproximar ao máximo da realidade concreta que buscamos entender.

1.2 Referencial teórico

Consideramos que a abordagem materialista dialética (MARX; ENGELS, 1987) permite-nos desenvolver uma análise coerente a fim de investigarmos as contradições e lutas entre atores sociais envolvidos num determinado contexto econômico e social, no qual a categoria trabalho seja fator conectivo dos nexos das relações sociais. Dessa forma, por serem o meio cultural e as relações de poder aspectos inerentes àquelas relações, configuradoras dos processos históricos, dos meios de interação social e das estruturas produtivas, buscaremos focar aqui o trabalho dos sujeitos numa perspectiva analítica

que dê relevância aos aparatos simbólicos e culturais correlacionados às posições e relações de poder entre os sujeitos, dentro de uma dinâmica particular de produção e de trabalho.

Temos a intenção de reforçar a idéia de que o trabalho é construído socialmente e é respaldado por diferentes formações culturais, permitindo-nos, inclusive, perceber certos ajustes e julgamentos morais e identitários, formulados pelos e para os grupos sociais que o executam em suas diferentes formas. Nesse sentido, concordamos com Ellen Wood nos seguintes termos (WOOD, 2003, p. 32):

Uma compreensão materialista do mundo é então uma compreensão da atividade social e das relações sociais por meio das quais os seres humanos interagem com a natureza ao produzir as condições de vida; e é uma compreensão histórica que reconhece que os produtos da atividade social, as formas de interação social produzidas por seres humanos, tornam-se elas próprias forças materiais, como o são as naturalmente dadas.

Transportamos essa compreensão teórica ao sistema atual de relações que caracterizam o sistema capitalista de produção para salientar o caráter político e das lutas de certos grupos sociais que se dão num campo de relações específicas entre grandes indústrias fumicultoras e pequenos agricultores – espectro da diferenciação social e de classe – no município de Santa Cruz do Sul, na região Sul do Brasil. Nossa análise tem por objetivo frisar, então, o caráter do conflito observado no cotidiano das relações sociais, mediante o confronto de interesses de grupos de pequenos agricultores e dos significados do trabalho incorporados por eles. Investigamos, para isso, qual é a representação que o trabalho possui para grupos de agricultores num contexto de relações no qual, predominantemente, pequenas unidades agrícolas integram-se à organização do processo industrial do fumo, por iniciativa de grandes grupos empresariais, a maioria com filiação estrangeira. Tais relações de poder são expressas de várias formas, não estando atreladas exclusivamente à esfera econômica ou às formas institucionalizadas ligadas ao poder do Estado, mas apresentando-se como segmentos imbricados do processo produtivo e social de dominação e dependência.

Wood ressalta que as relações sociais são os dispositivos preponderantes das configurações sociais, o aspecto que dá os contornos das organizações sociais, e que as estruturas do poder exercido caracterizam-se de diferentes formas a partir das equações das próprias relações que se estabelecem entre os sujeitos sociais.

(...) o controle capitalista pode ser exercido de várias formas, que variam desde a organização mais “despótica” (o “taylorismo”, por exemplo) até graus variáveis de “controle dos trabalhadores” (embora não se deva subestimar as pressões contra essa forma de controle inerentes à estrutura de acumulação capitalista). Mas, quaisquer que sejam suas formas específicas, permanece a condição essencial do controle capitalista: em nenhum outro sistema de produção o trabalho é tão completamente disciplinado e organizado, e nenhum outro modo de organização da produção responde tão diretamente às exigências da apropriação. (WOOD, 2003, p. 46)

Dessa forma, acreditamos que as expressões da luta social não só devem ser buscadas nas esferas políticas institucionais, nos organismos de Estado, na jurisprudência legal, que fazem parte e configuram o manancial ideológico da superestrutura da sociedade, nem exclusivamente nos aparelhos de violência física. Tais expressões são também fatos cotidianos, concretizados nos próprios ambientes de trabalho, nas próprias unidades de produção, nos campos de interação social entre sujeitos hegemônicos e contra-hegemônicos que caracterizam a grande contradição de interesses dentro do sistema social. A luta social, enfim, remodela-se no próprio espectro da cultura do trabalho, mediante os canais e vínculos sociais estabelecidos e contrapostos no dia-a-dia, transpondo a ante-sala das conversas onde geralmente se firmam os compromissos e colocando-se no “epicentro” das relações de poder, ou seja, para o meio da produção laboral. Ali os desejos muitas vezes aparecem e os fragmentos significativos do que realmente importa para o trabalhador são enaltecidos por seus gestos e suas falas.

No ambiente de trabalho a simbologia dos atos e das falas é mais facilmente apreendida e compreendida, por estar ligada aos aspectos práticos dos modos de vida e formas de produção, visto serem produzidos na confluência das relações de poder e mediante as trocas simbólicas, como ressalta Bourdieu (1996b, p. 23-24).

Para romper com a filosofia social é preciso mostrar que, embora seja legítimo tratar as relações sociais – e as próprias relações de dominação – como interações simbólicas, isto é, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, não se deve esquecer que as trocas lingüísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos. Em suma, é preciso superar a alternativa comum entre o economicismo e o culturalismo, para tentar elaborar uma economia das trocas simbólicas.

Delimitando nosso marco investigativo, buscamos analisar, empiricamente, as posturas de determinados sujeitos num certo contexto, onde relações de dominação e dependência se configuram e medeiam as possibilidades dos sujeitos em suas manifestações. Esclarecemos, desse modo, que as relações sociais não são homogêneas entre os diversos lugares, nem mesmo os instrumentos de poder são exclusivos a determinados grupos – frações de classes. A luta deve ser entendida como tal na contradição de interesses entre partes que compõem o espectro da produção, embora a ressonância das armas seja diferente e muitas vezes não se saiba ao certo, conscientemente, que se está lutando por espaços restritos dentro de um leque de possibilidades. Nesse sentido, ao destacar a importância das relações que se dão no espectro da produção, Wood (2003, p. 57) cita uma passagem de O Capital, obra clássica de Marx:

A forma econômica específica em que a mais-valia não paga é arrebatada dos produtores diretos determina a relação entre governantes e governados, pois nasce diretamente da própria produção e, por sua vez, reage sobre ela como elemento determinado... É sempre a relação direta entre os donos das condições de produção e produtores diretos que revela o segredo mais recôndito, a base oculta de toda a estrutura social e, com ela, a forma política das relações de soberania e dependência, a forma específica correspondente de Estado. Isso não evita que a mesma base econômica – mesma do ponto de vista de suas condições principais -, devido a inumeráveis condições empíricas diferentes, apresente infinitas variações e gradações de aparência que só podem ser identificadas pela análise das circunstâncias empiricamente dadas.

O respaldo que têm determinados grupos, ou a escassez de recursos disponíveis que possuem, dá o tom das suas formas e possibilidades de ação, conquistas e dependências. Recursos como a coerção física extrema tornaram-se menos freqüentes num Estado democrático de direito, onde o conceito de

cidadania é uma referência cada vez mais importante e exercida, embora a violência física no meio rural brasileiro se apresente de forma mais saliente do que em outros lugares nos dias atuais (PORTO, 1997). A cultura do campo, em lugares específicos, ainda traz formas de mando e paternalismo de difícil superação, advindas, muitas vezes, de nossas raízes escravocratas, nas quais, não exclusivamente, o trabalho era, ou ainda é, tratado como algo de segunda ordem, um castigo, uma pecha, um desprestígio ao ser que o exerce.

O aporte das idéias e condicionamentos simbólicos é um dos pontos mais relevantes para serem analisados, pois pode concentrar, junto com outros aspectos, sistemáticas e mecanismos de dominação e violência por parte de quem detém a hegemonia econômica, política e social, sendo forma imprescindível para que o poder se propague e flua “naturalmente”. Esse aporte de idéias e condicionamentos simbólicos, dessa forma, não é algo automático, determinado de forma exclusiva pelas condições econômicas e por quem concentra mais recursos desta natureza, mesmo porque as culturas e “experiências” dos grupos populares indicam fenômenos de resistências às diferentes formas impositivas que pesam sobre suas condições (THOMPSON, 1998).

Nossa escolha teórica abrange referências à luta de classe como sinalizadora das relações sociais que se caracterizam pela contradição de interesses, transformando a história e seus processos. Ressaltamos, quando possível, as referências de adesões, conformismos, contestações e resistências no palco cotidiano dos enfrentamentos específicos e particulares de um mundo paradoxalmente mais globalizado, no qual o tempo e o espaço se comprimem (HARVEY, 2001); onde as relações de poder então estabelecidas robustecem-se de forma estendida entre o particular e o universal, entre o local e as relações pertinentes a interesses e posturas globalizadas.

Para isso, seguimos um caminho visando identificar os referenciais e as representações que o trabalho adquire para produtores rurais localizados. Observamos, dessa forma, que existem vários aspectos incrustados nas

culturas locais que definem o campo das representações simbólicas sobre o trabalho. Em muitos casos, essas representações são apreendidas e reformuladas pela classe hegemônica, que busca impor suas formas e interesses de dominação; como também são reelaboradas como construções estratégicas das classes dominadas, na perspectiva intencional ou não intencional de reconduzir e ressignificar o que lhe é imposto, utilizando-se de suas próprias perspectivas e racionalidades culturais para respaldar suas ações. Advém daí nossa proposição de que o modo de interação social está respaldado pelas condições e circunstâncias materiais, bem como estas se circunscrevem àquele. Contorna-se, substantivamente e em profundidade, o processo dialético, entendendo que os interesses locais são circunscritos, em certa parte, por origens e disposições próprias, em justaposição a interesses exógenos que se interpõem.

Como refinamento analítico, adotamos algumas categorias advindas da contribuição de Bourdieu, como *campo social e habitus*⁸, na perspectiva teórica de perceber as práticas dos indivíduos mediante as formas de poder, as dinâmicas culturais dos grupos e o contexto do qual fazem parte. Assim, a ênfase é dada aos aspectos culturais e à apreensão dos valores que se inserem no campo de luta entre as diferentes partes e posições relativas que compõem o meio social, na medida em que o referencial simbólico legitima certas posições e possibilita-nos a compreensão do modo como se estrutura o trabalho forjado nas trajetórias de vida e nas possibilidades de ação dos sujeitos.

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. (BOURDIEU, 1989, p.179).

Em verdade, nossa tarefa foi articular, tanto quanto possível, as condições sociais de diferentes grupos de agricultores – mais especificamente,

⁸ Habitus: instrumento conceitual criado por Bourdieu para pensar a relação, a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos. Os sujeitos, pelas suas experiências práticas, agem relacionalmente com base em suas condições específicas de existência.

plantadores de fumo e não-plantadores de fumo, entre outras distinções – e ressaltar como apreendem a categoria trabalho em seus significados. Procuramos analisar a realidade social objetiva e construída, onde as significações do trabalho podem ser entendidas de diferentes modos, perfazendo o jogo de relações e possibilidades, sendo os significados que o trabalho adquire fatores que dão encaminhamento a formas de dominação ou de resistência entre os diferentes grupos sociais firmados no campo de relações.

Compreender os conflitos e as transformações sociais também com base nos discursos dos trabalhadores, em seus gestos rituais, métodos próprios de trabalho, formas de luta e expressão, costumes e ações que dão inteligibilidade ao mundo laboral, possibilita-nos vislumbrar fenômenos que se “sintetizam com seus contrários” (MARX, 1982). Logo, com o estudo do significado do trabalho adquirido e do modo como as pessoas se constituem como sujeitos, podemos buscar contornos que demonstrem, para além da lógica estritamente mercadológica das indústrias que detêm grande parte dos meios de produção e dos veículos de informação, embora relacionadas a elas, outras concepções, identidades, estratégias e anseios que definem a complexidade do mundo do trabalho. Devemos, enfim:

Ter presente que as ideologias são sempre duplamente determinadas, - que elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem (função de sociodiceia), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção (comumente configurado em ideologia da “criação” e do “criador”) – é possuir o meio de evitar a redução brutal dos produtores ideológicos aos interesses das classes que eles servem (efeito de “curto-circuito” freqüente na crítica “marxista”) sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções ideológicas como totalidades auto-suficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiologia). (BOURDIEU, 1989, p.13).

A compreensão da dinâmica das relações entre grupos sociais, associada aos seus aparatos simbólicos e representacionais, parece-nos muito importante para esclarecer como se estabelecem as mobilidades sociais e os

arranjos produtivos numa sociedade em permanente construção e que, por vezes, necessita ser repensada em suas formulações concretas de trabalho.

Não é apenas o cabedal dos investimentos de modernização tecnológica ou a plêiade ideológica dos agentes dominantes globalizados ou locais que irão configurar exclusivamente as relações sociais, mas, por ser em si algo interacional, essas relações denotam a existência de lados opostos, devendo ser estimadas pelo senso e pelo contra-senso, pelas disputas e conformações concretas, também acionadas pelas contribuições culturais que se manifestam. Tais contribuições muitas vezes são localistas e revestidas de concepções muito próprias dos sujeitos, seja nas formas como encaram suas condições de vida, seja nas formas como participam de suas organizações sociais. Dessa forma, o caráter do trabalho, do consumo e da produção, por parte de segmentos da sociedade, apresenta aspectos muito dinâmicos e, por vezes, muito próprios de determinada realidade cultural, permitindo-nos afirmar que “a motivação para o trabalho, ainda que desencadeada por uma racionalidade referida a fins econômicos, legitima-se por meio de valores e idéias afirmados simbolicamente”. (COLBARI, 1995, p.8). Qualquer construção social é resultado das relações sociais em tempo e espaço determinado, da confluência, embora assimétrica, de diferentes níveis de poder refletidos no campo social.

A assimetria de poder interna às relações de produção, entre aqueles que detêm os meios de produção e os que trabalham, configura a desigualdade e a imposição de interesses, pela qual determinados sujeitos possuem maior ou menor poder de influência, porém não podemos afirmar, como o faz Mariano Enguita, que o consumo sem fim, induzido ideologicamente, transformou-se no parâmetro por excelência que orienta o trabalho. Segundo este autor:

A busca de um equilíbrio entre a satisfação das necessidades de consumo e o esforço de trabalho necessário para isso foi substituída pela identificação do bem-estar com o mito do consumo sem fim. A apreciação do trabalho como parte integral da vida que deveria ser julgada por seus valores materiais e morais intrínsecos cedeu terreno à sua consideração como mero meio de conseguir satisfações extrínsecas. As redes comunitárias de solidariedade, reciprocidade e obrigações mútuas de artesãos e camponeses, e mesmo o rígido

código de direitos e obrigações entre o campesinato e a nobreza, foram substituídos pela atomização das relações sociais, pela expansão do individualismo e pela guerra de todos contra todos – guerra econômica mas, caso necessário, também armada.(ENGUITA, 1989, p. 28),

Essas questões foram analisadas e consideradas em nosso estudo num campo específico de produção e representação do trabalho. Até onde podemos afirmar que o valor de troca das mercadorias subsume o valor de uso e destrói referências morais e valorativas que o trabalho adquiriu em sua história? Até onde o consumo ilimitado encapsula o valor e a satisfação pelo trabalho e vai numa única direção, fortalecendo as relações estritamente capitalistas e de mercado induzidas por grandes conglomerados empresariais? Nossas hipóteses iniciais são de que não há linearidade nesse processo e que o caráter e referências culturais e da vida prática estão em permanente fricção, além de que as posições em conflito, reforçamos mais uma vez, compõem a realidade contradizendo-se e esboçando resistências.

1.3. Metodologia da pesquisa

Nesta pesquisa, de enfoque qualitativo, a ênfase é dada à perspectiva de analisar os significados que o trabalho adquire para dois grupos de agricultores – plantadores de fumo e não-plantadores de fumo - do município de Santa Cruz do Sul / RS, a “Terra do Fumo”, como muitos o chamam, referência em si bastante eloqüente e que demonstra sua importância no imaginário cultural e da relação com o trabalho.

Tratou-se em observar como segmentos de agricultores elaboram seus nexos significativos e possibilidades de trabalho em suas relações, ou não, com o setor industrial fumageiro. Dessa forma, este município, importante centro exportador de fumo, serve-nos como dimensão de um campo concreto (território ou região, como preferem alguns) onde se dão as relações entre os sujeitos e grupos com interesses diferenciados; onde as ambigüidades entre as relações se fazem presentes e onde se podem observar, embora muitas vezes de forma velada, as assimetrias das relações de poder e dos jogos simbólicos

que consubstanciam o *corpus* discursivo e as ações dos sujeitos. Enfim, propomos neste espaço tratar das relações que trazem subjacentes as histórias de um lugar, suas particularidades e singularidades.

Colonizada predominantemente por imigrantes alemães, que chegaram a partir do ano de 1849 (ETGES, 1991; VOGT, 1997), a localidade de Santa Cruz do Sul recebeu contingentes de famílias que ali chegaram com a intenção de estabelecer uma nova vida, pelas quais o trabalho era determinante e possibilidade única para quem ali chegasse e quisesse se estabelecer.

Não é por acaso que um dos principais monumentos do município chama-se Marco do Imigrante (*Ilustrações 1 e 2*). Na estrutura, um painel em ladrilho faz referência a homens trabalhando na lavoura e, ao fundo, no horizonte, a cidade é representada por suas edificações, com chaminés industriais, equipamentos públicos, igreja e residências. Na frente do painel encontra-se uma estátua, em bronze, de um homem segurando um machado, instrumento de trabalho; abaixo dele encontra-se afixada uma placa com as seguintes inscrições: “O Povo de Santa Cruz do Sul a seus Antepassados”. Essa simbologia pode nos indicar que o culto às tradições ancestrais e a suas formas de trabalho, em parte, pode estar relacionado e em constante confronto simbólico com o desenvolvimento de iniciativas atuais de produção e trabalho, mediante novas técnicas e possibilidades no espaço da produção industrial e agrícola.



Ilustração 1 - Monumento Marco do Imigrante, no Centro do Município de Santa Cruz do Sul.

Fonte: registro fotográfico do autor, abr./2006.



Ilustração 2 – Detalhes do Monumento Marco do Imigrante.

Fonte: registro fotográfico do autor, abr./2006.

Para finalizar este capítulo, é necessário caracterizar o espaço de relações em que o estudo foi realizado. Assim, destacamos algumas particularidades do município de Santa Cruz do Sul, como seus limites, população, divisão do trabalho, unidades rurais, entre outros aspectos; num segmento subsequente, esclarecemos os procedimentos técnico-metodológicos que viabilizaram concretamente este estudo.

1.3.1. Aspectos socioeconômicos do município

O município de Santa Cruz do Sul⁹, principal pólo fumicultor exportador do mundo, está inserido no contexto da globalização econômica em suas particularidades, contendo, evidentemente, muitas singularidades. Muitos se referem a ele como a capital mundial do fumo, pois, além de alta produção agrícola da planta do tabaco, agrega dentro de seus limites as maiores empresas mundiais que atuam no setor de beneficiamento da folha de fumo - uma destas, inclusive, também produz cigarros nesta localidade.

Para termos uma dimensão mais concreta do que representa Santa Cruz do Sul no cenário da fumicultura no Brasil, podemos salientar que a maior produção de fumo no Brasil é realizada nos três estados do sul do país, ou seja, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com produção por estado de 13,82%, 30,92%, 52,42%, respectivamente, totalizando 97,16% do fumo produzido (TABELA 1). No estado do Rio Grande do Sul, a predominância do fumo produzido está centrada na microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul, região instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde está localizado o município de mesmo nome, unidade econômica pólo desta região.

Podemos observar, dessa forma, um setor industrial da economia santa-cruzense hegemônico pela indústria do fumo como pilar estruturante da

⁹ O município de Santa Cruz do Sul localiza-se na Encosta Inferior do Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, a 155 km da capital, Porto Alegre. Suas coordenadas geográficas são 29°43'59" de Latitude Sul e 52°24'52" de Longitude Oeste.

lógica global dos capitais multinacionais. As indústrias instaladas em Santa Cruz do Sul são protagonistas da exploração dos recursos naturais e do sobretrabalho humano desta localidade, apropriando-se dos excedentes da produção e transferindo-os aos seus países de origem na forma de lucro.

Na órbita desses capitais estão atrelados setores funcionais ao sistema imposto por eles, abastecendo as grandes indústrias com produtos e serviços que lhes são peculiares ou que representam a manutenção da estrutura produtiva que os integra, como é o caso dos setores de serviços, do comércio, dos trabalhadores urbanos/rurais e agricultores autônomos familiares. Estes últimos, aos quais queremos dar relevância, são compostos, em sua maior parte, por pequenos produtores familiares que fornecem a matéria-prima *in natura* (a folha de fumo) para beneficiamento nas unidades industriais fumageiras.¹⁰ Estes pequenos agricultores estão atrelados a um sistema de integração produtiva que vai desde a produção agrícola familiar até os agentes (empresas) de distribuição do produto cigarro às redes que o comercializam para o consumo.

Para que isso ocorra realmente, os agricultores integrados ao sistema de produção das empresas devem seguir as normas técnicas de produção e adquirir os insumos básicos exigidos pelas empresas - a normatividade e o controle técnico do produto são rigorosos e seguem padrões internacionais estabelecidos por clientes e empresas beneficiadoras de fumo. Diante da inter-relação de processos de trabalho, formados, por um lado, pelo *modus operandi*

¹⁰ Segundo dados do Censo Agropecuário de 1995-96 (IBGE), existem 3.128 propriedades rurais em Santa Cruz do Sul, sendo 84% delas dos próprios produtores rurais, ficando o restante, 5%, sob o regime de arrendamento; 4,6%, de parceria e 6%, de ocupação. Em relação ao tamanho das propriedades, 98% ficam na faixa de menos de 50 ha, o maior número de propriedades (64%) fica na faixa de maior que 5 ha e menos de 20 ha. Nem todos têm como atividade principal a lavoura de fumo, embora a maioria, 2.244 (72%) das propriedades rurais, invista principalmente nesta cultura, tendo o restante, 884 (28%), como atividades principais outras culturas, como milho, arroz, horticultura, bovino, suíno etc.

tradicional¹¹ dos agricultores em suas unidades produtivas e, por outro, pela postura organizacional dinâmica das empresas transnacionais ligadas ao fumo, analisamos como a categoria trabalho é significada, ou ressignificada, pelos agricultores locais, haja vista a permanente relação estabelecida entre os sujeitos ao longo de décadas.

O município está dividido em sete distritos (TABELA 2 e FIGURA 3) e é palco de estreitas relações entre culturas e formas distintas de elaboração do processo produtivo. Sendo esse aspecto resultado do processo da dinâmica econômica mundial, buscamos enfocar, com base em entrevistas agendadas com os agricultores, como estes retratam atualmente seu trabalho ao seguirem as mudanças e dinâmicas sociais contemporâneas que os integram. Destacamos como contraponto um contingente de agricultores que se abstêm de plantar fumo, esse um grupo minoritário, o que nos indicou a possibilidade de avaliar e comparar suas linhas de pensamento e ações com as daqueles que estão majoritariamente integrados às dinâmicas empresariais dos conglomerados multinacionais do fumo.

1.3.2. Procedimentos técnico-metodológicos

Os procedimentos técnico-metodológicos consistiram em estabelecer contatos *in loco* com agricultores, elegendo a entrevista com roteiro semi-estruturado (ANEXO E) e a subsequente análise de suas falas como forma reflexiva principal, a fim de descrever as lógicas e regularidades subjacentes a determinados grupos sociais, aos quais podemos classificar como produtores de fumo e não-produtores de fumo. Este último grupo foi subdividido

¹¹ Tradição aqui é apontada como possibilidade cultural construída e estabelecida pelo conjunto dos sujeitos ao longo de suas histórias e que retrata certa sistemática de princípios, valores e práticas comuns a determinadas populações. Não há nenhuma conotação valorativa de nossa parte. Esta sistemática de princípios, valores e práticas, por sua vez, não deixa de se transformar permanentemente a partir de novos arranjos, condicionantes, problemáticas concretas e relações que envolvem poder e mobilidade social, estando os sujeitos a interagir, criando novas formas de significados e práticas culturais, de produção, de organização comunitária etc.; adaptando-se ou contestando o que muitas vezes lhe é imposto. A utilização no texto do prefixo “re” em algumas palavras – ressignificação, reconstrução – busca frisar a dinâmica valorativa de certas práticas e significados que se transformam permanentemente ao se viver em sociedade.

basicamente em produtores de hortaliças de forma convencional e produtores agroecológicos; este último subgrupo não usa produtos químicos em suas lavouras, ao contrário do primeiro, apenas material orgânico para adubar e proteger as plantações. As falas foram gravadas e posteriormente transcritas, sendo, após, sistematizadas e analisadas dentro do contexto no qual foram apreendidas.

A análise das falas dos sujeitos e das observações que realizamos nos locais das entrevistas teve como objetivo verificar as possíveis situações análogas e discrepantes entre os grupos, no sentido de entendermos como se constroem os significados relacionados às esferas de seus trabalhos, condicionamentos valorativos e possíveis resistências que se mostraram salientes ao longo da pesquisa de campo. Tal se justifica em razão dos novos processos de organização do trabalho estabelecidos e influenciados pelas empresas fumageiras, que absorvem a produção agrícola de uma grande parcela desses agricultores.

No início da pesquisa, o número de entrevistas a serem realizadas era indeterminado e ficou condicionado à nossa percepção posterior em observar quando as informações coletadas tornar-se-iam saturadas pela repetitividade sistemática de respostas, constituindo o volume necessário para compor da forma mais fidedigna possível o corpo analítico. Ao término do levantamento de campo, verificamos que foram realizadas trinta entrevistas com os agricultores, sendo vinte e três com plantadores de fumo e sete com não-plantadores de fumo, totalizando quarenta e seis entrevistados – explica-se: em algumas entrevistas havia mais de uma pessoa, geralmente o cônjuge do agricultor, um de seus filhos ou parente próximo.

Para que houvesse certa equidade na distribuição das entrevistas, tivemos de dimensionar uma certa composição, visto que o grupo de plantadores de fumo é amplamente majoritário ao ser comparado ao grupo daqueles que não o plantam. Assim, contemplamos de forma ponderada, embora não rigorosa, uma gama de entrevistas deste último grupo, que é importante para entender a dinâmica produtiva e as relações criadas em vista

do contexto local e de suas particularidades. Outro cuidado que tivemos foi realizar as entrevistas em diferentes pontos do município, abordando o tema proposto nas diferentes espacialidades e particularidades locais. Com base num levantamento mais apurado de informações que dizem respeito aos aspectos socioeconômicos, tivemos melhores condições de observar as características do município, enfocando suas dimensões espaciais, populacionais, caracteres produtivos, entre outras questões. Essas informações foram obtidas basicamente nos dados disponibilizados pelo IBGE, o que nos permitiu apoiar nossa análise a respeito da dinâmica socioeconômica do município de Santa Cruz do Sul.

Utilizamos também de outras informações que nos ajudaram a entender as dinâmicas e os processos em que está configurada a localidade de Santa Cruz do Sul, como a identificação de outros agentes que fazem parte das correlações nesse contexto, os poderes públicos locais, sindicatos, igrejas e associações, assim como outros aspectos relevantes para o nosso entendimento, como o levantamento de informações via documentos, jornais e trabalhos publicados. Nosso objetivo foi armazenar e organizar uma gama de dados e informações, formular questionamentos, buscar outras características locais e cruzar variáveis acerca desta realidade.

A identificação e a observação direta dos espaços de sociabilidade dos trabalhadores, como igrejas, festas, entre outros, também foram realizadas com o intuito de entendermos as relações e problemáticas próprias de cada lugar, bem como para nos servir de aporte para estabelecermos as ligações entre as relações sociais e as práticas do trabalho com os referenciais teóricos e discursivos dos sujeitos com os quais mantivemos contatos nas entrevistas.

Assim, realizado contato presencial em diversos locais¹² e com a

¹² Todos os sete distritos foram visitados em diferentes locais: 11 entrevistas foram realizadas no distrito sede de Santa Cruz do Sul; 8, no de Alto Paredão; 3, no de Boa Vista; 2, no de Monte Alverne; 2, no de Rio Pardinho; 2, no de São Martinho e 2, no distrito de Saraiva. O número maior de entrevistas em Santa Cruz do Sul e em Alto Paredão deve-se aos seguintes fatores: Santa Cruz do Sul é a localidade em que mais existem agricultores que não plantam fumo, pois, por estarem mais próximos da cidade, realizam a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros; em relação a Alto Paredão, é o distrito mais distante da cidade, com

classificação de dois grupos de agricultores específicos e suas eventuais subdivisões, buscamos compreender, basicamente, com base na análise das projeções discursivas dos agricultores, o que idealizam e, por oposição, o não-ideal que abstraem de suas situações concretas de vida e trabalho, bem como saber como reagem ao cabedal técnico-gerencial das unidades industriais instaladas no município.

Como estratégia que nos reporte a entender as dinâmicas do significado do trabalho e a relação ou não dos agricultores com as indústrias de beneficiamento de fumo, analisamos os seguintes temas abordados nas entrevistas: trabalho, tecnologia, métodos de trabalho, cultura do fumo, indústria (fumageiras), expectativas profissionais, associação, diversificação da produção, parentesco (antepassados) e lazer. Esses temas se caracterizaram como conceitos investigativos para entendermos como se sente atualmente o agricultor em relação as suas atividades de trabalho e como vai reconstruindo os significados que explicam essas atividades e sua trajetória.

Dessa forma, os temas em análise, como *trabalho, técnica, métodos e expectativas profissionais*, possibilitaram-nos, entre outros enfoques, discorrer sobre como o agricultor vê suas condições de trabalho, dificuldades e potencialidades. Outros temas, como *cultura do fumo, indústrias (fumageiras), associação e diversificação da produção*, remeteram-nos à observação das relações, conflitos e resistências que se fizeram salientes dentro do campo social de atuação desses agricultores. Categorias como *lazer e parentesco (antepassados)*, do mesmo modo, remeteram-nos ao universo mais íntimo dos indivíduos, do modo como compõem suas histórias e transitam entre o trabalho e os aspectos lúdicos do entretenimento e do descanso.

Assim, acreditamos abordar num primeiro módulo de conceitos, pela cobertura destes tópicos temáticos, como se representa o trabalho a partir de suas práticas e das expectativas dos agricultores; num segundo módulo

características distintas de seus moradores em relação àqueles que moram mais perto do distrito sede, tais como imigração mais recente, pouco contato com a cidade, entre outros aspectos, o que nos motivou a implementar maior número de entrevistas para poder destacar a realidade deste local.

retratar as relações sociais propriamente ditas, seja de aproximação, seja de confronto entre os atores; num terceiro agrupamento de questões buscamos o contraponto ao trabalho, que é o tempo livre, o jogo íntimo da casa, o aspecto das relações de lazer, tão importantes para se conhecer o que, por oposição, define o mundo do trabalho.

Nossa estratégia, dessa forma, foi analisar aspectos que estão direta e indiretamente relacionados ao trabalho e que nos ajudam a entender a importância da atividade laboral, remetendo-nos ao campo das representações sociais.

TABELA 1 - Áreas plantadas e colhidas, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção de fumo e seus respectivos percentuais (%), segundo as grandes regiões e os estados da região Sul - Brasil / 2004.

Grandes Regiões e Unidades Sul da Federação	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (1 000 R\$)	Área plantada (%)	Área colhida (%)	Quantidade Produzida (%)
Norte	550	545	424	777	1 093	0,12	0,12	0,05
Nordeste	25 058	25 028	25 585	1 022	52 607	5,42	5,41	2,78
Centro-Oeste	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	175	175	150	857	1 058	0,04	0,04	0,02
Sul	436 608	436 517	895 122	2 050	3 577 455	94,42	94,43	97,16
Paraná	64 489	64 489	127 329	1 974	471 598	13,95	13,95	13,82
Santa Catarina	143 112	143 082	284 825	1 990	1 176 156	30,95	30,95	30,92
Rio Grande do Sul	229 007	228 946	482 968	2 109	1 929 702	49,53	49,53	52,42
Brasil	462 391	462 265	921 281	1 992	3 632 214	100	100	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Anual de Produção Agrícola - 2004

Tabela 2 - População residente de Santa Cruz do Sul – urbana e rural (por distritos)

Município e Distritos	População Residente								
	Total	Homens	Mulheres	Situação do domicílio e sexo					
				Urbana			Rural		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<i>Santa Cruz do Sul</i>	107.632	52.105	55.527	93.786	44.878	48.908	13.846	7.227	6.619
Alto Paredão	1.741	904	837	327	157	170	1.414	747	667
Boa Vista	2.167	1.136	1.031	153	73	80	2.014	1.063	951
Monte Alverne	2.953	1.508	1.445	758	358	400	2.195	1.150	1.045
Rio Pardinho	2.452	1.237	1.215	659	317	342	1.793	920	873
Santa Cruz do Sul	96.410	46.292	50.118	91.705	43.876	47.829	4.705	2.416	2.289
São Martinho	766	410	356	59	29	30	707	381	326
Saraiva	1.143	618	525	125	68	57	1.018	550	468

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 2000.

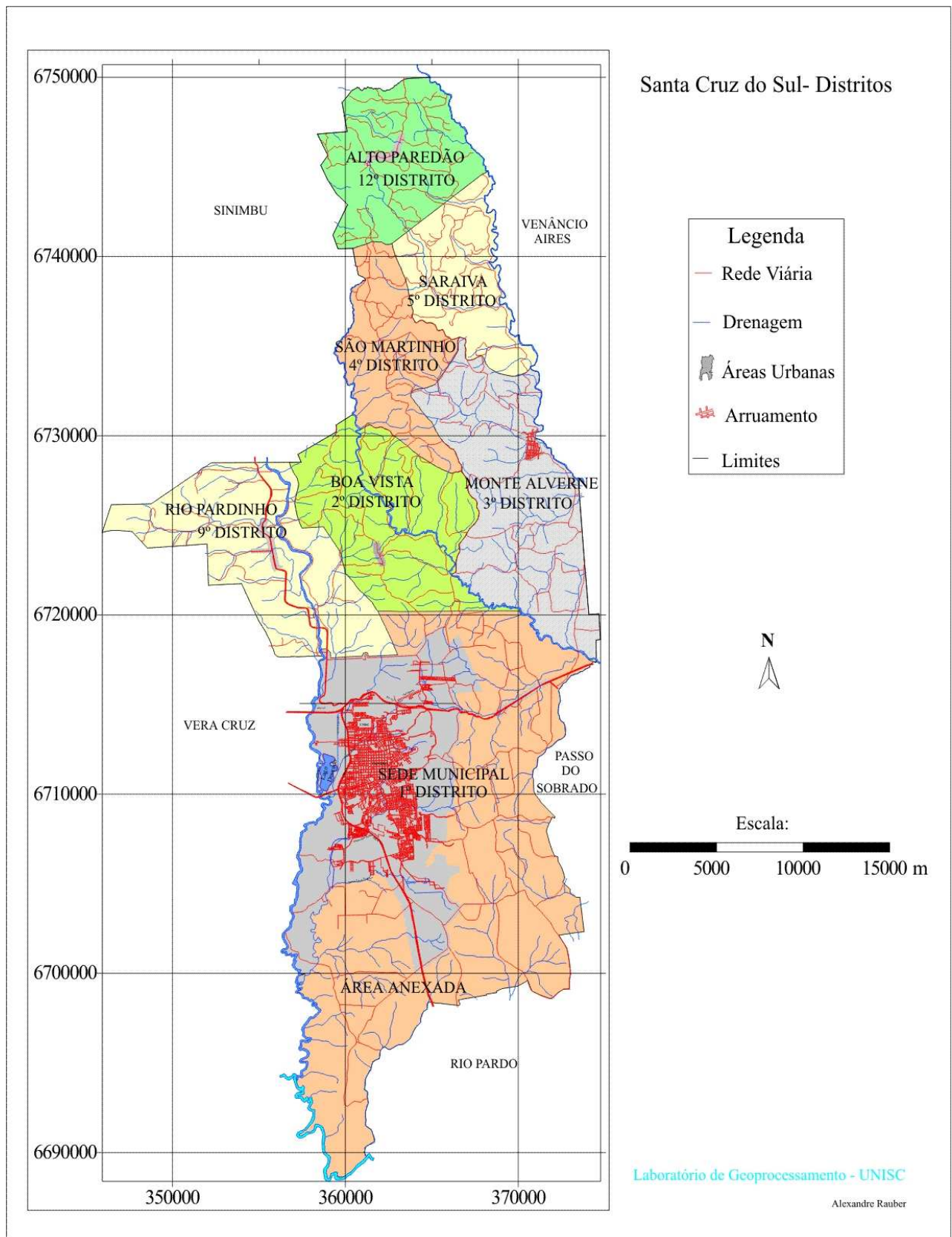


ILUSTRAÇÃO 3 - Mapa do Município de Santa Cruz do Sul e seus Distritos.

2. DINÂMICAS DA GLOBALIZAÇÃO E DO TRABALHO LOCAL

Este capítulo trata, de modo geral, de alguns aspectos estruturais e contextuais que caracterizaram o desenvolvimento do sistema capitalista do século passado até os dias atuais. Apesar de sua pouca extensão, transita por temas que conformaram o atual desenvolvimento socioeconômico, trazendo à tona os processos da globalização e regionalização econômica, do consumo e das formas de organização social, entre outros assuntos. Com isso, queremos estabelecer ligações da macroestrutura social com a dinâmica local de grupos de agricultores que compõem o município de Santa Cruz do Sul. Entre os aspectos enfocados da dinâmica desses agentes estão o trabalho, a produção e os significados sociais por eles expressos, os quais serão abordados mais detidamente em capítulos subseqüentes.

Dessa forma, num primeiro momento analisamos os rearranjos que possibilitaram a manutenção e o avanço do sistema capitalista até sua forma atual; num segundo momento, de forma semelhante, observamos o campo das políticas e produção agrícola no Brasil ligada a este sistema, bem como a montagem, numa terceira seção, de certos nexos e formas que dão suporte ideológico à manutenção de empreendimentos tipicamente capitalistas em suas relações com posturas culturais locais relacionadas ao trabalho.

2.1. Globalização e novas exigências à acumulação

Os regimes de acumulação econômica e do modo de regulamentação social, lançados no/pelo sistema capitalista nos últimos séculos, condicionaram mudanças sociais significativas, que se forjaram a partir do desenvolvimento das condições materiais e dos antagonismos sociais existentes entre os diversos grupos dispostos em sociedade.

Analisando as mudanças do século XVIII na Inglaterra, vertente da Revolução Industrial, o historiador Edward Thompson já observara uma disposição às mudanças sociais perpetradas por fatores econômicos, políticos e sociais daquela época e que seriam reverberadas significativamente nos antagonismos dos séculos posteriores, quando a cultura tradicional buscava estabelecer, desde os primórdios do sistema capitalista, o contraponto às condições emergentes inseridas por este sistema de produção.

A cultura conservadora da plebe quase sempre resiste, em nome do costume, às racionalizações e inovações da economia (tais como cercamentos, a disciplina de trabalho, os 'livres' mercados não regulamentados de cereais) que os governantes, os comerciantes ou os empregadores querem impor. A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico / social neutro e sem normas ('modernização', 'racionalização'), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer. (THOMPSON, 1998, p.19)

Já na primeira metade do século passado, a disposição ao confronto de interesses antagonônicos dentro do próprio capitalismo tornou-se ainda mais saliente. Este foi o período em que a classe operária tomou maior vulto e começou, de forma mais sistemática e organizada, a compor suas reivindicações. Uma gradual, porém forte redefinição do quadro estrutural do sistema, com a destituição dos indivíduos como seres em parte autônomos e criativos no seu trabalho, levou ao robustecimento de grandes controvérsias e resistências da classe trabalhadora, tal qual no início da Revolução Industrial pela plebe destituída de seu modo de viver e trabalhar. Entre crises e avanços, os novos formatos de produção idealizados visavam transformar o indivíduo do trabalho em personagem extensivo às máquinas e a processos, destituído, por

isso, de qualquer referência a sua autonomia e subjetividade. Assim, torna-se o trabalhador componente apenas capaz de executar tarefas programadas por um quadro gerencial que busca apreender as formas essenciais dos processos do trabalho e instituir os ritmos exigidos por uma escala seqüencial de produção, aumentando o grau de previsibilidade, eficiência, eficácia e rapidez na confecção de produtos manufaturados (BRAVERMANN, 1987).

Neste período, o patamar de crise gerado no/pelo sistema, mediante os meios de produção e de sua não-correspondência com o mercado consumidor, propiciou aglutinar estratégias que pudessem orientar a definição de políticas nos próprios meios empresariais. A saída para reforçar o modo de produção, desta feita, foi realizar ajustes na própria estrutura produtiva, indicando uma nova e absorvente dinâmica de fabricação de produtos em larga escala e de incorporação do consumo como referência a ser enaltecida, configurando, de forma conjugada, um mercado consumidor para a produção. Nesse contexto, a participação no consumo de amplos segmentos da sociedade tornar-se-ia, de forma preponderante, desaguadouro da produção industrial, o que alterou o regime fabril e estabeleceu novos patamares de propagação das indústrias e do comércio.

Essa reelaboração do modo de produção capitalista configurou-se numa nova estrutura de organização para o trabalho, visto que uma produção, agora em larga escala, referenda novos contornos e perspectivas no modo de vida do indivíduo vivendo em sociedade. A nova estrutura voltada à produção congregou trabalhadores que produzem em grandes espaços de produção, no recinto das fábricas e sob a tutela de um quadro de gestores organizacionais.

No início do século XX, a superprodução de mercadorias não encontrava, realmente, mercados que demandassem por sua produção, asfixiando o sistema, que não tinha a quem ofertar os bens produzidos com margens de lucros suficientes para cobrir o capital investido. A rigidez da forma produtiva e em série, característica que iria adquirir maior relevância a partir da década de 1930, já ensaiava seus primeiros passos em anos anteriores, mas não integrava um espaço de consumo absorvente e de forma ampliada na

sociedade. Com o *crack* da Bolsa de Nova York em 1929, oriundo do afunilamento da forma organizacional oligopolista crescente e pela perda de previsibilidade do próprio sistema, estruturou-se um mercado de massas que absorvia a produção e reconfigurou-se o sistema a partir do seu crescimento produtivo, aliado a uma demanda ascendente. Ideólogos e planejadores do sistema, muitos deles, principalmente, ligados aos Estados Unidos da América, concatenaram efetivamente propostas que revigoraram o capitalismo, formando um novo tipo de trabalhador, voltado à produção e ao consumo. Mediante a aliança com o setor público, que buscou fomentar a economia pelos gastos públicos, gerando empregos e demandas, empresas privilegiaram o modelo fordista de produção, idealizado por Frederick Taylor e implantado, por exemplo, de forma mais efetiva, por Henry Ford em sua unidade fabril automobilística, com vistas à execução de um formato industrial que servisse a um mercado mais amplo, seguindo uma sistematização em séries seqüenciais padronizadas de produção.

O trabalhador, por seu turno, deveria sujeitar-se a um trabalho repetitivo e a uma estrutura rígida de produção, possibilitando o incremento de novas técnicas de trabalho, especialização, destreza e rapidez na confecção de produtos baratos e industrializáveis, a serem absorvidos por uma grande massa de consumidores, dentre os quais os próprios trabalhadores do sistema fabril.

Mais do que forjar um trabalhador para receber ordens e estar disponível a executar tarefas dentro de um sistema gerencial rígido de produção, buscou-se forjar um novo tipo de homem, não apenas voltado à produção, mas também ao consumo do que ele mesmo ajudava a produzir. O trabalhador especializado, teoricamente, estaria apto a consumir aquilo cuja feitura, de forma parcial e altamente especializada, participava. Guardadas as devidas reservas, pois suas formas foram sempre multifacetadas e estabelecidas em realidades muito diversas, este formato operativo voltado ao consumo de massa, segundo a preponderante tríade produção / salários / consumo, de certa forma, revigorou o capitalismo, dando o contingenciamento necessário a superar a crise de demanda existente. Caso contrário, se seguisse seu curso

anterior, poderia levar o sistema a um colapso sem precedentes e a uma crise terminal.

Este foi o modelo de desenvolvimento que traçou uma linha de crescimento instituída por uma esfera reguladora da economia com primazia no papel do Estado (setor público), conjugando capital (empresas) e trabalho (trabalhadores / sindicatos) para a manutenção do sistema produtivo. Grandes empresas, assim, dirigiam seus negócios a partir de grandes pólos e centros industriais, principalmente em países desenvolvidos (Estados Unidos e Europa), reconfigurando os espaços, absorvendo contingentes de operários e formando bases de consumo sobre o incentivo e indução do Estado regulador da economia.

A “Idade de Ouro” do Estado de bem-estar social, assim chamado pela forma mais intensiva como foi concretizado este projeto de desenvolvimento atrelado a um sistema de benefícios sociais e gastos públicos orientados pelo Estado, perfaz o período que vai de 1945 até o início da década de 1970. Esse período, de grande crescimento econômico, finaliza ao ceder terreno a novos condicionantes que iriam lastrear uma nova reviravolta no sistema mediante outro estado crítico. Este é oriundo, agora, fundamentalmente, não como resultado das dificuldades para se organizar uma demanda que absorva os produtos industrializados, mas pela falta de possibilidades de diversificação da oferta, que não mais supria o mercado cada vez mais absorvente e irradiador de novas exigências de produção.

A partir de uma crise relativa à oferta de produtos a serem consumidos, o modelo rígido do sistema fordista não mais sustentou a dinâmica do crescimento econômico ao cabo do início da década de 1970. O mercado de produção em série já se tornava antiaderente ao consumo, este já saturado e em vias de exigir novos arranjos industriais. Com a perda da margem de lucro das empresas, associada ao acirramento das exigências da classe trabalhadora, à elevação dos preços de produtos derivados do petróleo, à crise fiscal do Estado, com a qual este perde seu “poder de fogo” para produzir

gastos e benefícios dentro do modelo de Estado de bem-estar social, o sistema capitalista sofre novo descompasso estrutural.

Em face dessa nova crise, novos parâmetros tornar-se-iam urgentes caso se quisesse viabilizar a continuidade do próprio sistema de produção. Então, um “novo pacote” de diretrizes para isso emerge. O fulcro das novas diretrizes diria respeito à produção flexível, à desregulamentação do Estado, ao desemprego estrutural e à alternativa de fortalecer o mercado financeiro como forma de remunerar e capitalizar os excedentes da produção, segundo uma nova lógica espacial, estendida simultaneamente a diversos lugares do planeta, o que daria margem ao capital para procurar novos investimentos e escoar a produção em outros e amplos territórios.

A fase do sistema capitalista que iniciou em 1945 e estende-se até em torno da década de 1970, em verdade, aprofundou os alinhamentos estruturais que dariam plena forma ao capitalismo moderno e, mais tarde, a um capitalismo ainda mais amplo, planetário. Junto a ele há um novo espaço, o qual definimos como sendo globalizado, por articular diferentes espaços do globo terrestre, visando a diferentes fins, com predominância das diretrizes econômicas dos grupos dominantes, que conseguem estabelecer canais e regular operações em diferentes pontos do mundo. O século XX configurara-se, assim, como um período marcante e definidor de novos arranjos estruturais, visto que o sistema capitalista, internamente, foi sendo redimensionado e, por sua vez, foi indutor de novas possibilidades e relações econômicas e sociais em âmbito global.

O mercado, a partir da década de 1970, afrouxa as amarras de uma produção rígida, fazendo dissenso ao modelo fordista de produção. A própria organização operária foi parcelada, pois perde poder de negociação perante um capital fluido e de alta tecnologia, sendo destituída, em parte, de sua força unitária de mobilização reivindicativa, fechando-se cada vez mais os laços de negociação entre capital e trabalho. Forma-se um contingente de trabalhadores despossuídos de suas ocupações, acirrando a concorrência interna no mercado de trabalho. Desempregados, muitos trabalhadores irão compor um

vasto exército de desocupados ou perfilados no mercado informal, à espera de oportunidades de trabalho formal, regulado pela legislação trabalhista.¹³

Se no sistema fordista de produção o trabalhador era segmentado por suas funções, o que lhe dava corpo e sentido direto de pertencer a uma categoria social bastante delimitada, com a flexibilização produtiva e com o advento tecnológico que limita o trabalho humano, isso deixa de ser a regra. Os que permaneceram no mercado formal de trabalho, em tese, visto que as realidades locais são ainda muito diversas, de certa forma, tornaram-se polivalentes no ambiente da fábrica, pois predomina a execução de tarefas superficiais em células de produção, aprofundando a destituição do trabalhador das concepções de planejamento e organização do seu trabalho, o que não lhe assegura estabilidade e noção de pertencimento a uma categorização funcional com afinidade relacionada às suas atividades produtivas.

Busca-se, dessa forma, produzir segundo uma lógica fundada na flexibilidade produtiva, visando ao atendimento das demandas sempre cambiantes do mercado globalizado. Com os refinamentos de tecnologias e de novos dispositivos informacionais, provoca-se a “compressão do espaço-tempo” (HARVEY, 2001), ou seja, o tempo e as distâncias tornam-se não mais obstáculos aos negócios e investimentos do capital acumulado, na medida em que os meios de comunicação e a rapidez informacional pelos meios de sistemas operacionais computadorizados ligam hemisférios de forma instantânea, possibilitando maior agilidade do mercado, geração de negócios, produção e consumo em diversos lugares do mundo, onde as vantagens alocativas devem ser mais bem observadas e absorvidas pelos agentes

¹³ A forte implementação e sistematização tecnomecânica e informacional da produção, abstrai e subtrai espaços de trabalho, circunscrevendo formatos característicos de um desemprego estrutural, não havendo condições de *empregabilidade* de uma ampla massa de trabalhadores. O conceito de *empregabilidade*, muito em voga nos meios sociais e empresariais, vem perfazer a noção de que o trabalhador deve ser responsável por sua formação profissional, procurando estar apto para suprir as demandas que o mercado de trabalho necessita. Anteriormente, o trabalhador tornava-se cidadão por estar incluso em seu trabalho, pela sua experiência profissional; a ênfase atual identificada por alguns autores é que o trabalhador deve atualmente tornar-se cidadão, investir no seu desenvolvimento profissional e humano, para que possa ingressar no mercado de trabalho e se adaptar às circunstâncias do que lhe é exigido (COCCO, 2000). Cidadão, nesta ótica, é aquele que consegue se locomover pelo mercado de trabalho e ser consumidor, possibilidades que nem todos os indivíduos têm acesso, ficando a margem da sociedade.

econômicos hegemônicos, em razão da possibilidade de seu rápido deslocamento e fluidez. As grandes empresas, dessa forma, globalizam-se buscando melhores alocações para seus investimentos, escolhendo regiões absorventes aos seus interesses e focos designativos.

O impulso de realocação para locais mais vantajosos (o movimento geográfico do capital e do trabalho) revoluciona periodicamente a divisão territorial e internacional do trabalho, acrescentando à insegurança uma dimensão geográfica vital. A resultante transformação da experiência do espaço e do lugar é acompanhada por revoluções na dimensão do tempo, na medida em que os capitalistas tentam reduzir o tempo de giro do seu capital a um “piscar de olhos”. Em resumo, o capitalismo é um sistema social que internaliza regras que garantem que ele permaneça uma força permanentemente revolucionária e disruptiva em sua própria história mundial. Se, portanto, “a única coisa segura sobre a modernidade é a insegurança”, não é difícil ver de onde vem essa insegurança. (HARVEY, 2001, p.103)

Em certo sentido, altera-se o traçado do mapa produtivo, aprimorando-o na dispersão geográfica; com isso, muda muito rapidamente a matriz socioeconômica de muitas regiões até então pouco integradas ao sistema econômico mundial. Novos padrões de consumo também são criados a cada momento com o fim de absorver produtos novos e sustentar a oferta, esta mais em sintonia com o que prevalece em determinados momentos, caracterizando um modelo de produção em correspondência aos fins artificialmente criados pelo próprio capital. Nesse sentido, as necessidades dos que consomem são estimuladas e recriadas, freqüentemente, pelo próprio modelo de produção, por meio de seus apelos publicitários, permitindo um acúmulo econômico sempre renovado pelo giro ininterrupto das mercadorias.

Assim, esse processo, de certa forma, destitui o Estado do papel de ente regulador da sociedade. Embora ainda o capital se valha do Estado como agente indispensável, este já não mais serve para impulsionar o sistema produtivo exclusivamente (TAVARES, 2002). Segundo as novas concepções, o Estado deve ser desmantelado e dar espaço à iniciativa privada até mesmo em serviços que eram reservados até pouco tempo aos seus exclusivos desígnios, como educação, segurança e previdência social. Advoga-se, como idéia hegemônica contemporânea, o livre-trânsito do mercado como regulador da

economia, embora se vedem determinados acessos para o livre-trânsito migratório de certos contingentes populacionais. Aflora-se o *laissez-faire* moderno muito decantado, o neoliberalismo, em detrimento de políticas sociais que possam ter como prioridades combater as injustiças sociais e revigorar possibilidades culturais próprias dos sujeitos com base nos sentidos que dão às coisas em sociedade.

Com a desterritorialização do capital e sua maior fluidez, principalmente onde parte da sociedade civil tem, no geral, pouca articulação propositiva e os mecanismos democráticos são fracos, o planejamento estatal visando ao desenvolvimento integrado do Estado-nação, eventualmente preocupado com as desigualdades regionais, fica, no mínimo, em processo de impasse e descompasso, muitas vezes sem esfera substantiva de planejamento e desenvolvimento de políticas efetivas de largo alcance. Portanto, pensar o desenvolvimento fica mais a cargo de localidades, em virtude da inexistência de articulação para o desenvolvimento integrado de regiões, sem o teor de desenvolvimento com ênfase no conjunto da sociedade abrangente, mas apenas com possibilidades relativas de uma política local de encaminhamento de ações públicas, muitas vezes induzidas pelo próprio mercado e por suas elites locais. A grande tendência, como já se configura em alguns locais, é de que os espaços regionais devam buscar garantir, nesta nova fase do capitalismo, suportes que os alavanquem como espaços revitalizados na ótica das racionalidades do capital, introduzindo as vantagens alocativas para que o capital se insira em suas regiões, “dinamizando-as” econômica e socialmente.

O ideário é de que, ao atrair investimentos, as regiões deprimidas economicamente possam receber investimentos privados externos, alavancando, com isso, uma maior movimentação econômica e postos de trabalho no local. Assim, passa-se a estabelecer o planejamento como ferramenta “neutra” a serviço de uma pseudomodernização da sociedade, visto que as regiões devem, obstinadamente, procurar, como denuncia Escobar (2000, p.215),

(...) sobrepor-se às “tradições”, “obstáculos” e “irracionalidades” ou erradicá-los completamente, isto é, uma transformação total das estruturas humanas e sociais existentes, para substituí-las por outras consideradas racionais.

Mais do que qualquer momento da história da humanidade, as regiões e territórios têm a responsabilidade de buscar seus desenvolvimentos econômicos, inserindo-se ou não na economia mundial. No Brasil, como exemplo, a lógica da competição regional para atrair o movimento do capital levou estados e municípios a se digladiarem numa guerra fiscal generalizada que só vem ao encontro, fundamentalmente, dos interesses dos empreendimentos empresariais, que ganham com dividendos pela possibilidade de isenções de impostos e outras vantagens recebidas ao decidirem alocar-se em determinadas localidades.

Dessa forma, o viés do fenômeno da globalização econômica consubstancia-se via modelo de acumulação capitalista, que, entre crises e avanços, redireciona estratégias e acaba por intensificar as desigualdades estruturais e a dominar o jogo de forças que mantém os antagonismos e interesses entre as classes sob a complacência de poderes nacionais, regionais e locais instituídos. As relações entre poderes, fundamentalmente, não mais se restringem aos âmbitos das controvérsias mediadas pelo Estado-nação moderno, mas agora, num âmbito mais amplo, globalizado. Globalização é definida por Giddens (1991, p. 69-70) como a

(...) intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice versa. Este é um processo dialético por tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. A *transformação local* é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores – tais como dinheiro mundial e mercados de bens – operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão. (*grifos do autor*)

Com base em tal fenômeno, organizações transnacionais potencializam-se nos trâmites de seus negócios numa escala espacial superior, desregulando certos controles governamentais e de organização social. Criam-se, enfim,

novos canais de fluidez, nos quais o capital tem uma maior margem de escolha e negociação para seus investimentos, ficando o sistema capitalista como arcabouço dessa dinâmica de desenvolvimento muito própria e servindo de anteparo estruturante e ideológico às grandes corporações e agentes financeiros, agora mundializados e com grande poder de barganha. O poder do dinheiro rompe barreiras territoriais via abertura de canais que possibilitam a busca por melhores condições reprodutivas do capital investido em distintas regiões do planeta, onde se vislumbram facilidades e meios para a ótima exploração dos recursos territorializados.

Ao observar os diversos ângulos dessa dinâmica globalizante, destacamos o caráter de sua incompletude, pois, ao mesmo tempo em que inclui no sistema áreas de interesse para estruturas corporativas privadas, funde guetos de exclusão. Podemos retratar esse fenômeno da globalização econômica na representação de uma rede interligada por pontos, deixando brechas marginalizadas e não exploradas pelo sistema capitalista de forma direta, pois, indiretamente, influencia as dinâmicas que se encontram além dos desígnios do capital, nas brechas da rede, seja pelo abandono, seja pela criação de desigualdades estruturais. Em essência, a globalização é um fenômeno que atinge a todos, sendo um movimento estruturante das relações, como referenda Milton Santos (2004):

Para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade. Ele não se verifica de modo homogêneo, tanto em extensão quanto em profundidade, e o próprio fato de que seja criador de escassez é um dos motivos da impossibilidade da homogeneização. Os indivíduos são igualmente atingidos por esse fenômeno, cuja difusão encontra obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares. Na realidade, a globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda estrutural. (Idem, p. 142-143),

Tais influências sublinham os patamares a que estão expostos os sujeitos sociais em suas possibilidades de ações. Fenômenos subjacentes a essa dinâmica, como a pobreza e a exclusão social, geradores de um grande mal-estar social, fixam comumente uma expressão de impotência por parte de segmentos da sociedade perante esses males. Por outro lado, tais males não

deixam de estar presentes mesmo nos lugares onde os grandes capitais se insinuam, ao contrário, muitas vezes regiões aderidas ficam expostas e dependentes de uma limitada estrutura de produção e trabalho, que reduz o desenvolvimento, rompendo com a diversidade e com as iniciativas locais. Em relação a isso, regiões tornam-se vulneráveis às iniciativas exclusivas do mercado monopolista, com grandes possibilidades de se desintegrarem em razão do próprio movimento que a estrutura do mercado lhes impõe ou por deixar de ter interesse por elas.

Analogamente, independentemente de sua natureza, regiões e trabalhadores estariam sujeitos em muitos casos aos imperativos de forças envoltas pelo capital. O aporte econômico de empresas e de grupos hegemônicos apresenta-se com poderes ampliados de regulação de certas práticas sociais. Consubstancia-se, de forma efetiva, uma violação do caráter objetivo dos lugares e subjetivo de seus habitantes, rompendo, até certo ponto, os padrões culturais envoltos em seus significados.

O caráter homogeneizador que o sistema econômico tenta induzir, porém, é alçado pelo crivo da assimilação e da rejeição, o que configura a rede de relações em conflito na própria dinâmica das localidades e nas relações de trabalho que são inseridas na esfera abrangente da produção e do consumo globalizado. O discurso hegemônico, assim, não se fixa de forma exclusiva e resoluta, embora perpassa por toda a sociedade, mas recebe as constantes mediações das práticas, das falas e disposições contra-hegemônicas.

Neste caso, uma organização empresarial globalizada e que tem à disposição investimentos voltados a seus interesses num determinado território, seja na perspectiva de produção de mercadoria, seja da sua distribuição para o consumo, torna-se ente substantivo do arcabouço discursivo e relacional em disputa na escala territorial perante outros agentes que compõem o mesmo campo social. As organizações empresariais, permanentemente, estão voltadas às suas estratégias de definição dos arranjos locais e a buscar vencer a concorrência global, da qual também fazem parte. Em sua perspectiva local, assim, com o usufruto de amplo poder

econômico e da informação que detêm, as grandes organizações violam concretamente a possibilidade de um eventual equilíbrio de forças por parte dos agentes locais.

A associação entre tirania do dinheiro e a tirania da informação conduz, desse modo, à aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo “pensamento único”, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passivamente ou ativamente, tornando-se hegemônicos. Em outras palavras, os processos não hegemônicos tendem seja a desaparecer fisicamente, seja a permanecer, mas de forma subordinada, exceto em algumas áreas da vida social e em certas frações do território onde podem manter-se relativamente autônomos, isto é, capazes de uma reprodução própria. Mas tal situação é sempre precária, seja porque os resultados localmente obtidos são menores, seja porque os respectivos agentes são permanentemente ameaçados pela concorrência das atividades mais poderosas. (SANTOS, 2004, p. 35)

A predominância de um quadro tecnológico avançado, no qual a informação e o respaldo científico são apreendidos pelas grandes corporações empresariais, deu o aporte necessário para que o meio empresarial quebrasse a relação de dependência que existia em relação aos seus trabalhadores, acarretando tanto implicações econômicas quanto políticas, ideológicas e simbólicas. No geral, o ciclo do desenvolvimento e do trabalho tem muito menos a ver com o “status ascendente do trabalhador” do que com a produtividade do sistema capitalista (WOOD, 2003).

A concepção de “trabalho” como “melhoramento” e produtividade, qualidades que pertencem menos aos trabalhadores que ao capitalista que as aciona, estão no centro da “ideologia burguesa” e se reproduz constantemente na linguagem da economia moderna, na qual os “produtores” não são os trabalhadores, mas os capitalistas. Ela denuncia uma ordem econômica em que a produção se subordina a imperativos de mercado e em que o mecanismo motor é a competição e a maximização do lucro, não as coações “extra-econômicas” da propriedade politicamente constituída, mas os imperativos puramente “econômicos” do mercado que exigem produtividade crescente do trabalho. (Idem, p.172)

É conveniente observar como se dão as formas e montagens dos investimentos hegemônicos capitalistas ao se instalarem em diferentes quadrantes do planeta e quais as possibilidades dos trabalhadores em correspondência a tais investimentos. De qualquer modo, os contextos e

possibilidades estão abertas a novas crises estruturais, advindas do próprio dinamismo do sistema ou vinculadas a contingências setoriais impostas pelas redes do mercado envolvente.

2.2 Agricultura do capitalismo de produção flexível

A questão rural no Brasil é emblemática e corresponde às condicionantes do capitalismo em seus diferentes estágios. Há a possibilidade de se observarem os ciclos econômicos que o país, em suas diferentes regiões, vem a caracterizar mediante políticas e arranjos de interesses que dão forma ao seu desenvolvimento.

Para uma análise macrossocial, ângulo abrangente para certa ilustração esquemática, podemos caracterizar a questão rural no Brasil em três grandes ciclos de desenvolvimento econômico, buscando entender de forma contextualizada o processo que diz respeito a este meio. O primeiro período inicia-se com o próprio descobrimento do Brasil e o domínio efetivo por parte de Portugal no século XVI, transcorrendo até a primeira metade do século XX, especificamente, até o fim da República Velha em 1930. É um período, bastante longo, mas que retrata, em seus diferentes momentos, certas características comuns que perfazem o desenvolvimento econômico e estruturam decisivamente os ambientes, tanto do meio rural quanto do urbano. O segundo ciclo, de menor periodicidade, porém muito intenso, inicia-se em 1930 e estende-se até 1970, caracterizando-se como de extrema importância pela estruturação básica de nosso parque industrial e dos diversos fatores a ele relacionados. O terceiro momento, que ainda perdura, remete-nos ao início da década de 1970, com a intensificação do processo de globalização econômica e das novas linhas e diretrizes das políticas comerciais que envolvem o âmbito internacional.

Retomando a primeira fase identificada, podemos caracterizá-la como fase agroexportadora por excelência. Este ciclo também pode ser subdividido em outros tantos que dizem respeito ao que foi privilegiado como produto para

a exportação, indo da fase do simples espólio do que naturalmente se encontrava já em grande quantidade nas terras brasileiras, como o pau-brasil, árvore nativa das terras mais ao norte, passando pela produção da cana-de-açúcar e borracha, pela extração de minerais, chegando à produção do café, no sudeste e sul do país. Nesta fase, a ênfase foi a configuração de uma economia com base em alguns elementos extraídos da natureza ou produzidos nela, atendendo a diversas práticas econômicas aportadas por demandas externas ao país. Diferentes elites agrárias, de qualquer forma, alternaram-se no poder, muito em função das condições substantivas que detinham mediante a estrutura rural que possuíam e do capital produtivo e econômico que lhes estava vinculado e era privilegiado em determinados momentos (PRADO JR., 1987).

Essa primeira fase econômica do Brasil também pode ser caracterizada, *grosso modo*, por um reduzido mercado interno, de estrutura urbana muito incipiente e com baixa interligação entre uma região e outra; o que era consumido no país, como bens duráveis, era importado de outros países regularmente. A execução da produção agrícola que sustentava a economia era realizada, predominantemente, pelo trabalho escravo. Somente com a abolição da escravatura, em 1888, é que se buscou conformar, gradualmente, uma relação com o trabalho livre assalariado, utilizando-se até mesmo a configuração de políticas de imigração, com levas de europeus chegando ao país para suprir a falta de mão-de-obra em certas regiões produtivas (FURTADO, 1989). Enfim, este ciclo é de um Brasil agrário-exportador, de mercado interno fraco, dependente ao extremo de bens manufaturados vindos do exterior.

O segundo grande ciclo pode ser caracterizado como o “estopim” da industrialização do país. A partir da “Revolução de 1930”, que inaugurou a “Era Vargas”, o Brasil iria sofrer forte intervenção do Estado com características populistas e padrão de atuação desenvolvimentista. Era o período propício à intervenção do Estado, em virtude da estagnação econômica mundial e da necessidade de geração de políticas que revigorassem a esfera econômica. As reformas implantadas pelo Estado brasileiro passariam a privilegiar a

estruturação econômica de base, guinando a partir da indústria metalúrgica o desenvolvimento urbano-industrial. Dessa forma, impôs-se um novo padrão de desenvolvimento, tendo como ápice as substituições das importações e o fomento do mercado interno a partir dos grandes centros urbanos.

Ressaltam-se, nesta fase, as reformas estruturais visando à implantação do parque industrial brasileiro e à formação de uma massa de operários que iriam suprir as demandas industriais por mão-de-obra. Rompia-se, assim, com a matriz agroexportadora exclusivista que até então tinha dominado de forma absoluta a vertente econômica brasileira. O meio rural, porém, foi alçado a um outro nível de importância, embora mantendo certas características, pois continuou a atender os mercados externos, porém, nesse momento, adquiriu a primazia de atender com produtos agrícolas também o mercado interno dos grandes e médios centros urbanos, onde os complexos industriais se robusteciam e centralizavam a mão-de-obra.

Foi nesse período que a legislação trabalhista vigorou e transitou pelos espaços do trabalho urbano-industrial, negando-se, todavia, a afirmar suas prerrogativas aos camponeses e trabalhadores ligados ao meio rural¹⁴. A ênfase, substancialmente, era fortalecer o setor urbano-industrial, tendo como suporte deste setor o meio rural, pelo barateamento de produtos alimentícios que compunham a cesta básica do trabalhador urbano, o que deixa clara a articulação entre o campo e o espaço urbano dentro de um projeto de desenvolvimento no qual foi estruturada. Martins destaca os universos urbanos e rurais como ambientes integrados, em consonância com uma proposta de desenvolvimento e estruturação produtiva.

A situação agrária,... não constitui uma “aberração” ante o desenvolvimento atingido pela sociedade urbana brasileira. Antes, o desenvolvimento urbano, particularmente o da economia industrial, só foi e tem sido possível graças à existência de uma economia agrária estruturada de molde a suportar e absorver os custos da acumulação do capital e da industrialização. Ao contrário do que ideologicamente parece, a situação agrária não é produto da “impossibilidade” cultural e social do homem rural absorver e acompanhar o “progresso” do

¹⁴ O Estatuto da Terra só veio a ser efetivado sob os auspícios da ditadura militar (Lei 4.504, de 30-11-1964), servindo, de certa forma, para controlar os conflitos que se davam no meio rural em razão das lutas pelo acesso à terra e por melhores condições de vida dos camponeses.

país, nem é produto, portanto, de valores, concepções e caracteres de personalidade incompatíveis com o desenvolvimento econômico. Essa condição periférica, mas integrante, do desenvolvimento brasileiro é o ponto de partida para questionar o problema da modernização, seja dos meios de produção, seja das relações de produção, seja das concepções que integram esses fatores no processo produtivo. (MARTINS, 1975, p. 39-40)

A terceira divisão do cenário brasileiro corresponde às novas condições do sistema capitalista e de sua ascensão intensiva às escalas globais, expostas na primeira seção deste capítulo. Esgotada a fase anterior de substituição das importações, a idéia proeminente alçada pelos novos detentores do poder estatal, após o golpe militar de 1964, seria caracterizada por uma intensiva modernização de cunho conservador, na qual se privilegiaria a abertura aos capitais industriais e financeiros internacionais, gerando um clima de euforia pelo advento de um suposto “milagre” de desenvolvimento econômico brasileiro via aspectos modernizantes da infra-estrutura econômica (MAZZEO, 1988). No campo, a estrutura agrária foi alterada, pois em grande parte a proletarização camponesa é concreta, em virtude do processo de modernização das lavouras via subsídios estatais e de novas possibilidades que a agricultura mecanizada e altamente tecnificada encontrava para se instalar no país dispensando o trabalhador rural.

Os sinais de um novo modelo, de desenvolvimento calcado em fortes investimentos de capital, tornam-se, então, percebidos. Esse desenvolvimento é caracterizado como conservador do ponto de vista social por não mexer na estrutura rural no sentido de possibilitar o acesso à terra a grupos que não a possuíam, tendo como ênfase apenas a produção intensiva e tecnificada do meio rural. Os efeitos da tecnologia nas lavouras, porém, imprimem mudanças significativas e imediatas, sobre as quais frisa categoricamente Milton Santos:

O efeito desestruturador da tecnologia é tanto mais brutal quanto menos implicado estiver o país em relação às inovações técnicas precedentes. Tais efeitos são sociais, econômicos, políticos, culturais, morais, e, igualmente espaciais, geográficos, levando a uma reorganização do território, mediante uma distribuição de papéis que inclui novos roles, estranhos até então à sociedade territorial. (SANTOS, 1997, p. 200)

O meio rural, dessa forma, revigora suas formas de participar e atender a uma produção especializada para exportação, embora o mercado interno tenha se consolidado e tenha aportado um escoadouro importante para a produção agrária de forma diversificada. Assim, a agricultura no Brasil segue, modernamente, a tendência do capitalismo em sua forma globalizada, ou seja, comprimem-se as distâncias e dinamiza-se o sistema conforme suas relações em diferentes partes do mundo, valorizando o capital circundante investido. Empresas especializam-se em territórios que são potencializados por suas peculiaridades, estabelecendo ações dentro de um mercado altamente competitivo mundializado.

O portfólio apresenta um leque de oportunidades aos capitais privados, relegando ao mercado a definição do novo ciclo de investimentos. Sem fazer parte de um plano global de desenvolvimento, o “novo” desenho dos investimentos em circulação territorial relembra e aprofunda aquela antiga herança de extroversão, centrada nos eixos de conexão entre áreas produtivas e portos exportadores. A diferença reside no fato de que, hoje, todo o território é economicamente produtivo, resultado das sucessivas expansões das fronteiras agrícolas, onde a riqueza rural está fortemente integrada ao processo industrial. Assim são projetados hoje profundos corredores de exportação de produtos estabelecidos, considerados, no entanto, potencialidades (corredor da soja, agroindústrias, minerais em Carajás etc.), onde espera-se que a inserção de cada eixo resulte em crescente “especialização produtiva”, o que não significa necessariamente a redução das desigualdades regionais ou sociais. (PIMENTA, 2003, p. 598)

A agricultura moderna reivindica, com isso, sua legitimidade em razão de sua tecnologia e de seu alto padrão de produção especializada. A qualidade da produção e das normas técnicas segue o corolário da eficiência, da produtividade, da lucratividade e do atendimento aos clientes por parte das empresas inseridas no meio rural (PORTO, 1997). Esta agricultura moderna é a fusão da indústria com a agricultura, realizando, de forma direta e indireta, a organização da produção e da comercialização. Com isso, formas tradicionais e modernas de organização produtivas no meio rural se confundem e colidem. O saber tradicional do agricultor é desconsiderado em grande parte pelos grandes empreendimentos, pois novas formas de trabalho são vinculadas aos produtos que o próprio sujeito já produzia muitas vezes de forma própria e sem os mesmos padrões da produção considerada moderna.

Muito em função da desqualificação do saber tradicional do homem do campo, reverbera-se o fortalecimento de uma relação assimétrica de poder entre quem detém certos conhecimentos e quem não os possui, processo de certa forma análogo ao ocorrido no setor industrial, pela desqualificação constante dos trabalhadores em seus sistemas de produção em função das novas técnicas gerenciais e dos novos processos com a utilização massiva de alta tecnologia aplicada ao processo produtivo. Assim, o agricultor, ou o trabalhador da indústria, gradualmente, ou até mesmo de forma abrupta, perde a noção dos elos do seu sistema produtivo e de certos procedimentos neles inseridos.

Em verdade, são múltiplas as dimensões alteradas pelo processo de modernização e inserção empresarial no meio rural, as quais dizem respeito aos problemas da fome, da desigualdade social, da concentração fundiária, da devastação ambiental, da precarização do trabalho, da violação dos direitos humanos de crianças camponesas trabalhadoras, entre outros igualmente importantes e que merecem a atenção e a reflexão de toda a sociedade.

A realidade é que a agroindústria, longe de ser uma solução, apenas agrava o problema da fome, pois tem como consequência não apenas a modernização da agricultura, mas também a transferência de um determinado modelo de desenvolvimento econômico e de relações sociais para o Terceiro Mundo – o modelo capitalista. Como tal, a agroindústria apenas exacerba as desigualdades sociais que..., constituem as verdadeiras causas da fome. Tanto nos Estados Unidos como no Terceiro Mundo, o crescente domínio da agroindústria significa, de forma característica, que grande número de pequenos agricultores estão sendo continuamente privados de seus meios de produção. Muitos são expulsos da terra e vão engrossar as fileiras dos trabalhadores assalariados, num processo gradual de proletarianização. (BURBACH; FLYNN, 1982, p. 14-15)

Em relação ao processo de *proletarianização* do homem do campo, destacado por Burbach e Flynn¹⁵, não deve ser encarado como futuro fatal e irremediável para todos que vivem neste ambiente, pois, embora contingentes

¹⁵ Outros autores (LENIN, 1985; KAUTSKI, 1980), anteriormente, de forma ainda mais enfática, ressaltavam que havia no processo de composição do capitalismo uma insofismável prova de que se alastraria para o meio rural exercendo exclusivamente sua lógica, transformando completamente as características das relações econômicas e sociais do meio rural.

de agricultores sigam essa tendência, esvaziando, de certo modo, o ambiente rural ou transformando-se em assalariado no próprio local de origem, perduram, contemporaneamente, compatibilidades econômicas entre formas não capitalistas de produção e empreendimentos essencialmente capitalistas. Uma das formas que ensejam a possibilidade de não se esgotarem estruturas não capitalistas no campo, vinculando-se ou não a empreendimentos capitalistas, é a organização econômico-produtiva da agricultura familiar, pois, entre tantos exemplos, como na produção de soja e fumo, só para citar fortes dinâmicas produtivas da região Sul do Brasil, reproduz-se a integração entre grandes empreendimentos capitalistas e pequenas e médias propriedades familiares. Propriedades familiares que têm no trabalho e na auto-exploração dos membros da família a base de sua organização produtiva, não se configurando como empreendimentos capitalistas no campo¹⁶.

De qualquer forma, a complexidade da dinâmica econômica atual enseja a fusão ainda maior dos espaços urbanos e rurais do que o estágio precedente, o que destaca várias possibilidades em jogo e aspectos relacionais entre diferentes atores e interesses, até mesmo entre aqueles que pertencem a um mesmo campo de atuação. Entretanto, não podemos deixar de considerar as condições contextuais e conjunturais que se apresentam ao desenvolvimento da agricultura atual, visto que a emergência dos meios empresariais configura uma dinâmica de organização produtiva que se assemelha à dos modelos de organização fabril, pelo menos em sua forma de controle da qualidade, inserção de processos de manejo e organização da produção, especificações técnicas, prospecção de novos mercados, entre outros aspectos, perfazendo distintas características e seguindo as particularidades em que se insere determinado complexo agroindustrial (CAI) indutor de certa cadeia produtiva.¹⁷

A respeito dos complexos agroindustriais, Silva destaca (1996, p. 53):

¹⁶ Para uma análise das teorias, formas e condicionantes que perfazem os contextos da agricultura familiar, ver Abramovay (1992). O autor destaca que a agricultura familiar ainda perdura em diferentes países - analisa mais detidamente casos como os dos Estados Unidos da América, Inglaterra e a Comunidade Econômica Européia, não se caracterizando como uma estrutura tipicamente capitalista.

¹⁷ Os CAIs estruturam-se via a montagem de uma rede de relações que viabilizam determinada orientação produtiva mediante um bem, na qual indústrias, comércio, serviços e agricultura são mesclados, contornando de forma sistemática toda uma dinâmica produtiva que tem relação com o espaço territorial e com os meios pelos quais o negócio possa ser implantado. Para isso,

Hoje, não se pode mais compreender a estrutura e a dinâmica da agricultura brasileira sem levar em conta a estrutura e a dinâmica dos setores industriais com ela inter-relacionados, bem como as formas e as características próprias das ligações que se estabelecem entre eles. Também é insuficiente tratá-las de forma abrangente, substituindo a agricultura por um pretense CAI genérico. A heterogeneidade de situações é tal que somente a partir de casos concretos e específicos é possível compreender de fato a dinâmica da produção e das mudanças estruturais nas atividades agrícolas. A resposta dessa dinâmica e políticas de preços, crédito, tecnologia certamente deverá ser distinta, caso se trate de uma atividade que já se insira numa estrutura de complexo (cana de açúcar, por exemplo) ou de outra que mal mantenha vínculos intersetoriais definidos (caso típico do feijão).

Contemporaneamente, estabelecem-se os vínculos da indústria com o meio rural que a abastece com matéria-prima, cooptando, de certo modo, as iniciativas culturais locais para que se insiram em sua matriz produtiva integradora, além de outros agentes a montante e a jusante, como os fornecedores de insumos e os comerciantes atacadistas e varejistas locais e exteriores. Isso caracteriza a variada, porém insofismável, “concentração vertical” (LIEDKE, 1977) em que se estruturam os CAIs no Brasil, em razão do predomínio das indústrias que movimentam outros agentes econômicos dentro de seus interesses hegemônicos. Garantem, assim, a predominância do poder do capital acumulado sobre a força de trabalho necessária a ser dispensada visando à manutenção do empreendimento como um todo integrado.

É dessa forma que a produção de cunho familiar pode estar integrada a grandes empreendimentos capitalistas. Os negócios capitalistas usufruem da estrutura previamente montada pelo modelo de agricultura familiar sem ter custos, inclusive, de despenderem recursos que remunerem a organização e a manutenção da estrutura fundiária a eles, de certa forma, articulada e integrada.

os empreendimentos levam em consideração, além dos meios técnicos e do rigor da produção de que necessitam para concorrer no mercado, a excelência dos meios produtivos, como a terra, a mão-de-obra empregada, o escoamento da produção, modelando um verdadeiro sistema de produção integrada entre diversos agentes econômicos necessários para que o negócio seja efetivado.

2.3. O município de Santa Cruz do Sul como espaço de trabalho

No caso do município de Santa Cruz do Sul, onde se encontra incrustado o CAI fumageiro, assim como em outros municípios a ele circunvizinhos, a verticalidade com que se impõem os interesses das corporações processadoras de fumo é eloqüente, visto que ditam as normas e investimentos que devem ser feitos pelo produtor rural para que se mantenha no elo da estrutura integrada de produção e possa comercializar o seu produto. Assim se consubstanciam formas e um caráter “monopolista” de produção (ETGES, 1991) em torno dos quais giram os modos de vida dos sujeitos, contexto este refletido em grande parte nas práticas cotidianas dos sujeitos e nos referenciais simbólicos circunscritos ao próprio território onde acontecem as relações sociais e os conflitos de interesses.

Com o domínio do mercado de fumo, as empresas que têm condições de se adequarem ao mercado global e de introduzirem mecanismos de modernização técnico-industrial sofisticados, impõem novas lógicas de produção e subvertem práticas enraizadas na cultura local e do modo como até então eram processadas as lavouras de fumo. Impõe-se, em última instância, o discurso de qualificação do produto para o mercado e de uma maior produtividade seguindo certos referenciais normativos. A esse respeito, Prieb (2005, p. 26-27) ressalta:

(...) as profundas mudanças assistidas no Complexo fumageiro do Rio Grande do Sul a partir de 1970. Trata-se de mudanças nas relações de produção que implicam diretamente o processo de trabalho dos agricultores familiares envolvidos na articulação. A centralização e desnacionalização das empresas fumageiras ocorreu concomitante a um processo de modernização da agricultura em nível nacional, em que o uso de insumos modernos imprimiu um crescimento da produção e produtividade, mas elevou os custos para os fumicultores.

Segundo a mesma autora,

(...) os agricultores fumageiros não tiveram outra saída senão incorporar as novas técnicas de produção sob pena de terem que deixar de produzir a cultura remunerada principal (e não raras vezes, a única) e lançarem-se a um mundo obscuro e sem alternativas reais já que o ‘saber camponês’ da maior parte das famílias na região considerada é, e sempre foi, tradicionalmente relativo à atividade fumageira. (2005, p. 45)

Pela simples razão de que o produtor rural familiar não tem condições de se autofinanciar tecnicamente e de atender o mercado externo autonomamente, integra-se à dinâmica dos empreendimentos que lhe fornecem assistência técnica, sementes e outros insumos para que realize uma produção de alto desenvolvimento e produtividade, em correspondência com as especificações do mercado. Mesmo que o agricultor tivesse as possibilidades de se autofinanciar, as empresas, por sua parte, exigem a assinatura de um contrato de compra e venda de fumo em folha, pelo qual disponibilizam na prática os insumos e enquadramentos técnicos para o agricultor por meio de financiamento e orientação¹⁸, exigindo que ele, quando da comercialização da safra produzida, venda seu produto “em caráter irrevogável e irretratável” e dentro das estimativas firmadas na assinatura do contrato – artigos contratuais 1.1 e 2.1.- (ANEXO A)¹⁹.

Caso contrário, se o agricultor não firma um compromisso com qualquer empresa do ramo, disponibilizando a produção que estima desenvolver para uma empresa contratante, não tem garantias de que seja comercializada no futuro, pois as organizações estrategicamente se respaldam em não garantir a compra junto ao produtor, ficando este, fatalmente, à espera de mercado para o fumo estocado. Dessa forma, o agricultor está atrelado a um modelo de produção que lhe impõe condições e normas de trabalho, bem como as formas segundo as quais deve ser comercializada sua produção, cujo valor é definido pela própria empresa com a qual o agricultor se obriga contratualmente a comercializar sua safra posteriormente.

A localidade de Santa Cruz do Sul, de certa forma, pela pujança dos investimentos empresariais ali instalados e pelo atrelamento de unidades

¹⁸ Artigo 1.3.1 do Contrato de Compra e Venda – “O valor dos insumos agrícolas e outros materiais – juntamente com os juros incidentes – que vierem a ser fornecidos ao Produtor pela Empresa, serão amortizados/liquidados por ocasião da entrega e classificação do fumo” (Anexo A).

¹⁹ A estimativa dos resultados da produção de um produtor é feita com base na última estimativa de produção, levando-se em consideração no cálculo o tipo de fumo, quantos hectares serão plantados e a variedade das sementes que o agricultor utilizará; assim, são apontados o número de pés de fumo e os quilogramas estimados para a próxima safra, podendo variar 5% a mais ou a menos para efeito de comercialização - artigo 1.1 do Contrato de Compra e Venda (Anexo A).

agrícolas a eles vinculados, extrapolando suas relações a outros municípios mais próximos, torna-se referência ao se tratar do fumo no país. Na prática, o fumo já era uma cultura local, como ressalta Prieb, porém, agora, foi intensificada pelos empreendimentos externos. Simbolicamente, ao transitar pelo município, podemos perceber nas conversas e no jogo de imagens o reforço e à importância do fumo para esta localidade, na ideia de que o fumo alavanca o desenvolvimento em razão da solidez dos empreendimentos e do retorno aos investimentos realizados.

Um exemplo muito eloqüente da imponência dos empreendimentos fumageiros no município é percebido logo ao serem tomadas as principais vias de acesso à cidade, onde se encontram muitas placas publicitárias (*outdoors*) de empresas que fazem parte do negócio do fumo, como também alguns pórticos de entrada construídos nessas vias. Esses pórticos, especificamente, foram financiados e construídos por uma das maiores empresas do ramo de fumo – sua logomarca, inclusive, é colocada no mesmo nível do brasão símbolo que identifica a cidade, afixada numa estrutura de alvenaria que representa duas estufas (fornos) em paralelo, alusivas às utilizadas pelos agricultores para a secagem de sua produção de fumo. Isso reforça, simbolicamente, a importância de tais empreendimentos para o município, revigorando suas contribuições para o trabalho e para o desenvolvimento local, pois imprimem significativo vigor econômico e social ao local, segundo o senso comum de seus habitantes (*Ilustração 4*).



Ilustração 4 - Um dos pórticos de entrada da cidade de Santa Cruz do Sul, patrocinado por uma empresa fumageira (acesso Grasel).

Fonte: registro fotográfico do autor, jul./2006.

Configuram-se, portanto, nesta e em outras diferentes formas e veículos de comunicação visual os mecanismos de poder que as empresas de fumo exercem na região, legitimando-as, ideologicamente, como estruturas imprescindíveis para a pujança econômica e para o bem-estar de quem ali vive e “depende”, direta ou indiretamente, de tal matriz econômica, representada pelas corporações instaladas na localidade.

Relacionado a isso, as empresas instaladas em Santa Cruz do Sul encontraram nessa localidade um padrão ético que reverencia o trabalho dos que vivem neste lugar, este arraigado já no cotidiano do agricultor e que define seu modo de ser muito em função de sua trajetória e pelo que executa no presente junto com sua família e em sua comunidade. São as representações subjetivas e coletivas referências que dão forma valorativa e diferenciação social aos sujeitos mediante fatos concretos, consoantes ou dissonantes aos seus desejos.

Esse padrão ético do trabalho, por sua vez, emerge da própria materialidade com que o local começou a ser colonizado (pela colonização alemã iniciada no século XIX) e que vem se desenvolvendo até os dias de hoje. A valorização da união da família, o apreço à propriedade rural e ao trabalho ajudam a entender formas de desenvolvimento local, que foram muito calcadas nas possibilidades econômicas ali encontradas pelos primeiros imigrantes, vindos de uma situação adversa originalmente, mas com a idéia de encontrar melhores possibilidades de vida. De certa forma, tais possibilidades foram permanentemente sendo reconstruídas e experimentadas pelas diversas gerações que se sucederam. Com estrutura fundiária com características de pequena propriedade familiar, a referência ao trabalho aparece como possibilidade de luta por meio de muito sacrifício e união da família, delineando o imaginário e a prática de uma vida difícil, porém dignificante às pessoas e ao grupo familiar de um modo geral. Decorrem disso valores que retratam uma saga voltada à manutenção da vida e da esperança sempre renovada de dias melhores.

A apologia ao trabalho é concretizada em muitos eventos comunitários, principalmente nos rituais religiosos, dando sentido e deixando transparecer a importância na construção do caráter e do que o indivíduo possui por meio do que realiza. No ofertório religioso (*Ilustração 5*), a enxada e o facão estão alinhados à fé e à esperança dos sujeitos, esta última representada pela vela acesa, bem como pelo pão, produto do próprio trabalho e que alimenta fisicamente os seres humanos, já que a fé, representada pelo rosário e pela Bíblia posta à mesa, em sentido figurado, alimenta a alma. Sem trabalho, sem fé e sem esperança, segundo o ritual, o homem não sobrevive. Esta missa, especificamente, celebrou o I Encontro da Família Bohnen, quando o ato litúrgico foi aberto com as seguintes palavras por um dos assistentes do pároco e membro desta família: “Saudamos a família Bohnen que com coragem, fé e trabalho ajudou a construir este lugar”. Denota-se, portanto, nesta cerimônia, o trabalho como imperativo ao monumento que torna a família forma identitária e relacional dentro da comunidade; as pessoas têm um nome, o qual diz muito do que são e do que realizam.



Ilustração 5 – Objetos entregues em ritual de ofertório em missa católica (*1 Encontro da Família Bohnen*)

Fonte: registro fotográfico do autor, abr./2006.

Pudemos observar que as festas reunindo famílias na região são uma prática muito comum, constituindo-se num momento em que as pessoas reencontram e reforçam seus valores. Tedesco, ao realizar trabalho junto aos imigrantes italianos na região da Serra do Rio Grande do Sul, destaca a importância do reencontro do indivíduo com seu passado cultural, visto que há a necessidade de reforçar suas práticas e significados com base em sua matriz cultural, dando confiança ao que realiza para que possa redefinir o ser presente mediante um modo, ou melhor, um *habitus* que o identifica.

O passado cultural é importante para definir espaços, auto-estima, reafirmação social tanto no espaço regional quanto no local, não com a intencionalidade de restauração sociocultural, o que seria cair numa alteridade unidimensional ou numa homogeneidade sem conceber a diversidade e a multiplicidade de elementos intervenientes, mas de reencontrar valores que promovam atitudes, projetos de vida, integrações, configurando padrões de vida, traumatismos culturais frutos de mudanças significativas no grupo, alterando o mundo da vida e a ordem dos valores existentes. (TEDESCO, 1999, p. 75-76)

O caráter de reunião da família Bohnen ao agrupar membros vindos de diversas localidades - inclusive, segundo um dos organizadores do evento, de outras partes do Brasil e até mesmo do exterior - é fator de consagração e orgulho para os participantes, produzindo uma forte demonstração de que a família formou raízes e prosperou a partir de sua trajetória de luta e união. Os mais velhos foram reverenciados e colocados em lugares de destaque na festa, na qual se conversou, tirou-se fotos e foram lembrados casos e circunstâncias passadas. Após a celebração da missa, foi servido um almoço no salão da paróquia (Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, Distrito de Boa Vista), reunindo, ao todo, também segundo um de seus organizadores, 450 pessoas. Neste dia também foi organizada, numa antiga escola ao lado da igreja, uma exposição de fotos dos antepassados e da árvore genealógica desta mesma família (Ilustração 6).²⁰

Entretanto, a apologia ao trabalho, fortemente encontrada nos atos religiosos, como podemos constatar, não diz respeito exclusivamente àqueles que são adeptos da religião protestante, o que, ao contrário, poderia comprovar a tese weberiana relacionada à correlação direta entre os preceitos protestantes e uma volúpia ao trabalho (WEBER, 1987). Longe de sinalizar nesse sentido, não encontramos qualquer relação que comprove isso em nossas entrevistas e observações, até porque a maioria dos entrevistados declara orientação católica, refletindo a realidade do número de católicos e protestantes no município – Santa Cruz do Sul tem maior percentual de católicos e evangélicos do que os percentuais correspondentes à população do Brasil e do Rio Grande do Sul, que possuem maior distribuição, relativamente à Santa Cruz do Sul, em outras religiões; são estas duas religiões predominantes também nestes dois últimos casos.²¹

²⁰ Os primeiros Bohnen que chegaram à região foram por intermédio de David Bohnen e Carolina Gerwens, os quais trouxeram da Alemanha seus quatro filhos. David, porém, morreu na travessia do oceano, não chegando sequer a descer em solo brasileiro.

²¹ Em Santa Cruz do Sul a população católica representa 78,2% da população total; os evangélicos possuem 19,3% e outras religiões agrupadas perfazem 1,7%; os sem religião definida totalizam 0,7%. No Brasil os católicos representam 73,6% e os evangélicos são 15,4%; os índices relativos à orientação religiosa para o Rio Grande do Sul são 76,6% e 13,0%, respectivamente. (IBGE, Censo Demográfico 2000).



Ilustração 6 – Amostra de fotos e da árvore genealógica da família Bohnen (*Encontro da Família Bohnen*)

Fonte: registro fotográfico do autor, Abr./2006.

O trabalho de Silvana Krause (2002), intitulado *Migrantes do Tempo*, já sinalizava este aspecto ao apontar a não-existência, principalmente no meio rural, de práticas empreendedoras ou de concepções diferenciadas do trabalho que singularizassem e estratificassem os indivíduos conforme suas orientações religiosas, principalmente entre católicos e protestantes. Ressalta a autora, como exemplo ilustrativo, a região da Serra gaúcha, colonizada por pessoas de origem italiana, em sua maioria pertencentes à religião católica, mais especificamente, os municípios de Caxias do Sul, Farroupilha e Bento Gonçalves, pólo econômico muito importante, com um nível de crescimento econômico acima do de outras regiões do estado do Rio Grande do Sul. Tal realidade deixa patente a não-conformidade da tese weberiana em nosso caso, ou seja, de que os protestantes seriam mais imbuídos pelo trabalho em relação aos sujeitos que possuem outras orientações religiosas, tendo a tendência de se desenvolverem economicamente de forma mais vigorosa.

Ao contrário, o que percebemos é que o trabalhador do meio rural tem definido um *habitus* de agricultor moldado por suas práticas e condições sociais objetivas, embora estas sofram mudanças e não sejam experimentadas de forma homogênea pelos sujeitos, os quais possuem uma margem de possibilidades que lhes permite esboçarem suas escolhas, subjetividades e representações próprias dentro de um campo relacional dinâmico. Esse campo relacional mostra-se ainda mais dinâmico nas últimas quatro décadas, quando as políticas e o desenvolvimento agrário no Brasil remodelaram o quadro de inserção do capital estrangeiro no país, com certos investimentos organizando suas estruturas e integrando o meio rural a outros fatores de produção e ao setor industrial.

No próximo capítulo retratamos as semelhanças e diferenças entre agricultores com base em suas condições materiais atuais, destacando os desejos, significados e as possibilidades construídas segundo suas concepções e formas de trabalho, bem como suas percepções dos interesses que os envolvem, adaptações e resistências.

3. CAMPO SOCIAL E O SIGNIFICADO DO TRABALHO

O contato com experiências entre sujeitos num campo de relações sociais pode ser muitas vezes surpreendente e nos reportar a dimensões ainda não refletidas dentro de um quadro teórico-analítico sistemático e que possibilite interpretações de um determinado contexto, assim como de estruturas e de mecanismos relacionais de poder e demais condições sociais existentes. Mesmo num quadro tomado por forte interseção de poder concentrado e verticalizado, como é o caso do campo das relações econômicas e de trabalho no município de Santa Cruz do Sul, sob a hegemonia do setor industrial fumageiro perante os produtores rurais em suas propriedades, os diversos sujeitos das relações elaboram e configuram nuançadas decisões e posturas de ação dentro do mesmo sistema relacional que os envolve.

Ao investir no campo das relações sociais, especificamente dentro dos limites territoriais do município de Santa Cruz do Sul, destacamos o caráter das controvérsias e confrontos estabelecidos por diversos sujeitos que ali vivem e trabalham, frisando como determinados grupos de agricultores significam, retratam, representam atualmente seus trabalhos em face das mudanças e das dinâmicas sociais contemporâneas, a partir de suas práticas, experiências de vida e da relação direta, ou não-relação, com o setor industrial fumageiro.

Referimo-nos neste texto a grupos de agricultores inseridos num determinado contexto produtivo, hegemonizado por grandes estruturas organizacionais, nas quais existem facetas e características que emolduram as idéias e práticas, muitas vezes divergentes entre os sujeitos que o compõem. De forma concreta, a perspectiva precípua deste trabalho foi destacar como se caracterizavam discursivamente os grupos que se inserem diretamente no plano organizacional dos grandes empreendimentos do fumo e também aqueles que não estão diretamente ligados ao negócio da produção de fumo, estes últimos, geralmente, cultivando produtos para o consumo alimentar na linha de hortifrutigranjeiros.

Essa divisão entre dois grupos, por sua vez, mostrou-se insuficiente para entender como se configuram e se caracterizam as relações entre os sujeitos em suas determinadas atividades de trabalho. O diagrama a seguir (Ilustração 7) ilustra nossa perspectiva de trabalho e do campo social a que se refere:

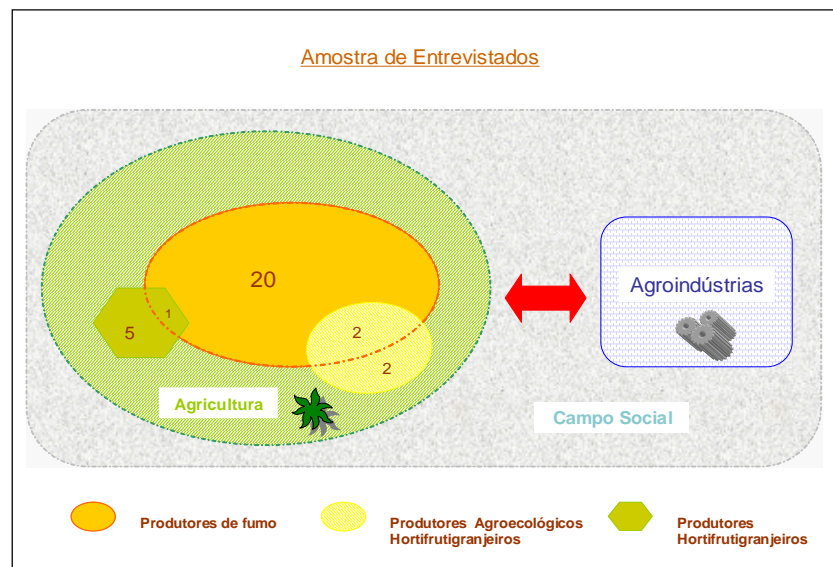


Ilustração 7 - Representação do Campo Social

No diagrama em destaque podemos visualizar, na representação do espaço da agricultura, três grupos, a princípio distintos em suas bases produtivas e em suas relações com o setor agroindustrial fumageiro, ou seja, produtores de fumo, produtores de alimentos de forma convencional

(verdureiros com uso de agrotóxicos) e produtores agroecológicos (sem o uso de agrotóxicos). Ao todo realizamos trinta entrevistas, subdivididas e representadas numericamente nos respectivos grupos em destaque - vinte *agricultores exclusivamente produtores de fumo; dois produtores de fumo e de produtos agroecológicos, simultaneamente; dois somente produtores hortifrutigranjeiros agroecológicos; cinco produtores hortifrutigranjeiros de forma convencional e um produtor hortifrutigranjeiro de forma convencional que também planta fumo* -, o que nos ajudou a problematizar e entender os nexos de significados que os ligam e que, ao mesmo tempo, os diferenciam em suas abordagens de idéias e em suas práticas de trabalho.

Internamente a cada grande grupo, como esclarecermos mais detidamente adiante, alguns segmentos, de certa forma, também se polarizam, deixando claro que as possibilidades dentro de um sistema produtivo não são fixas e deslocam as capacidades dos agentes conforme suas ações concretas e escolhas realizadas em determinados momentos. Como representado no diagrama, alguns agricultores participam do mercado com mais de uma atividade produtiva agrícola, tendo um grau de autonomia sempre relativo concatenado às estruturas sociais, muitas vezes recorrendo a um emaranhado de racionalidades específicas que se adaptam às suas condições concretas.²² Cabe esclarecer que tais racionalidades são muito próprias da cultura do agricultor, emergindo no próprio ambiente em que é definida e composta sua identidade, dando-lhe aporte para suas intervenções.

²² Schneider (2003) aborda as questões das estratégias da reprodução social de famílias rurais com base no conceito de pluriatividade, o qual, segundo o autor, é um termo de discernimento heurístico e metodológico que ajuda a consubstanciar uma teoria social no campo. Os indivíduos e/ou famílias de acordo com suas decisões e estratégias em desenvolver atividades não agrícolas, mesmo não deixando de executar atividades agrícolas, por isso pluriatividades, buscam se reestruturar e manter as características que os compõem, ou seja, como unidade econômica familiar, embora sob intercessão de canais e aspectos macro-estruturais que não envolvem o trabalho ligado à terra exclusivamente. Em Santa Cruz do Sul o fenômeno da pluriatividade deve ser mais estudado por pesquisadores. A princípio, observamos uma baixa ressonância desse fenômeno, em virtude de o meio rural apresentar poucas alternativas de trabalhos diversos, como a ocupação de agricultores em atividades no setor de serviços ou pequenas indústrias instaladas em seu meio. Todavia, a busca por outras atividades não agrícolas está ligada à desistência total de produzir gêneros agrícolas para o mercado, com um ou mais membros da família deslocando-se para a cidade, onde encontram melhores oportunidades de empregos diversos.

Podemos observar no diagrama a base da complexidade de produção e trabalho existente, definida por interesses e estratégias por parte daqueles que compõem o campo social. Desde já, podemos constatar que o ente agricultor não é um ser puro, abstrato; desse modo, caso queiramos analisá-lo dentro de seu campo representacional, não podemos defini-lo apenas em suas linhas gerais, mas devemos vê-lo como ser concreto, embora multifacetado. Este agricultor também pode pertencer a diferentes grupos, o que exige uma cuidadosa análise interna destes, ressaltando também as particularidades de cada segmento que os compõe para que possamos traçar, de forma mais acurada, a totalidade das relações e possibilidades que os unem como agricultores numa realidade também concreta.

Os itens que seguem trazem a reflexão sobre o espaço da produção, congregando as disposições que perfazem a noção que se tem do trabalho por parte dos agricultores de Santa Cruz do Sul, ou seja, como os possíveis significados do trabalho imprimem características particulares ao local em estudo conforme os discursos dos sujeitos evidenciados em determinado campo social.

3.1. Tradições e práticas do trabalho

O espaço da produção de fumo para suprir a demanda das empresas que beneficiam o produto em Santa Cruz do Sul e em outros dois municípios da região – Venâncio Aires e Vera Cruz – é inquestionável. Essas empresas dominam o mercado impondo preços e definindo as políticas para o setor. As referências à produção de fumo, majoritariamente, entre os diversos segmentos da sociedade, são de que o local depende do fumo para o seu desenvolvimento. Sem ele, atualmente, as condições econômicas da região sofreriam um colapso, com empobrecimento, pois, segundo a idéia dominante, não havendo outras alternativas de produção que se adaptem rapidamente a esta realidade, todos os setores que dependem do fumo, incluindo os do comércio e serviços, não teriam mais condições de se manter, em virtude da

profusão e do direcionamento econômico que o negócio do fumo gera em seu ciclo produtivo local e externo.

As empresas multinacionais que se utilizam do fumo como matéria-prima produzida pelos agricultores da região incentivam este trabalho, elevando ano após ano os números de fumo fornecido e de propriedades que integram o sistema quando o mercado internacional sinaliza esta necessidade. O modelo de produção incorporado pelas empresas do setor, seguindo uma tendência mundial que busca maior competitividade no mercado e desempenho ao maximizar e extrair lucro a partir dos mínimos detalhes logísticos dentro do processo fabril, enaltece o processo da qualidade, tanto do sistema em si como do elemento produzido, semelhante aos programas de Qualidade Total²³ implantados em outros ramos industriais.

Um produto de qualidade torna-se não só um produto que segue as especificações do mercado e de determinada demanda sempre cambiante, mostrando-se competitivo em relação a produtos similares, mas um produto que segue determinados padrões minimizadores do tempo de produção, de forma a maximizar o volume de ganhos dentro da própria escala de trabalho, utilizando os recursos técnicos mais eficientes e rentáveis dentro da estrutura organizada para a produção. Para isso, mobiliza-se todo um cabedal de conhecimentos científicos, sejam técnico-motriz, em que são trabalhados os aspectos de engenharia físico-mecânica, sejam ergonômicos ou a partir de melhoramentos genéticos, químicos, entre outros aspectos que possam ser desenvolvidos para o alcance de melhor rendimento da produção. Soma-se a isso a necessidade de mobilizar a mão-de-obra para que esteja disposta ao trabalho dentro de certos padrões de produção e afinada com os conceitos de organização, maximização do tempo, e, sobretudo, que seja fiel à corporação à qual está ligada. Portanto, perfaz-se todo um arcabouço ideológico que ressalta o trabalho como aspecto signficante e fonte de desenvolvimento pessoal e social, conforme foi visto no capítulo precedente.

²³ Programa de Qualidade Total: processo incorporado por empresas visando reestruturar concepções e práticas de trabalho, organizando os processos de produção para eliminar os desperdícios e o não-trabalho dentro do sistema, tornando-as mais eficientes e competitivas no mercado. (CATTANI, 1997).

Os conhecimentos e investimentos científicos, dessa forma, retratam e consubstanciam um panorama de franca concorrência e dinâmica dos mercados. Estar à frente no conhecimento e preparado de forma a flexibilizar as linhas de produção de acordo com as necessidades do mercado é um aporte importante para se situar na ponta da cadeia de produção, estando habilitado, por conseguinte, a participar e induzir as próprias tendências que o mercado consumidor exige. Esse mercado, sendo um elemento construído historicamente pelas próprias relações sociais e vínculos de dependência e submissão, reflete estruturas de poder, convicções, normas e controles sociais (ABRAMOVAY, 2001).

É o mercado que intercede, em primeira instância, nas dinâmicas e nos modos tradicionais de produção e na vida dos sujeitos localizados, sendo produto das relações históricas de uma gama maior de agentes que lhe dão lastro e profusão em diversos campos de relações. Todavia, essa intercessão do mercado não se dá de forma ampla e totalizante, capaz de acabar com relações de cunho não capitalistas, como prognosticavam Lênin (1985) e Kautsky (1980) ao destacarem que as formas capitalistas destruiriam totalmente certos modos e estilos de produção que se lhe interpusessem a sua frente. Certamente, as dinâmicas do mercado ampliado também não passam incólumes, como não poderia ser diferente, por sua dinâmica de integração globalizante, perante à organização familiar de produção, que, segundo Chayanov (1981), teria na estabilidade e no equilíbrio entre produção e consumo a base fixa de sua organização produtiva familiar.

No caso dos agricultores do município de Santa Cruz do Sul, onde predomina a estrutura produtiva a base da organização familiar, há o tencionamento permanente entre as formas tradicionais de produção e as novas possibilidades que o mercado introduz, inclusive criando tendências e novas necessidades de consumo aos produtores rurais, o que redimensiona as formas de trabalho e os próprios vínculos familiares. Um exemplo disso é a diminuição do número de componentes das famílias em relação às gerações anteriores – o número de integrantes, que ficava em torno de seis a oito filhos,

mais o casal progenitor, segundo nossos próprios entrevistados, atualmente soma um a três filhos, perfazendo uma racionalidade que tenta se adaptar às novas lógicas e técnicas de trabalho, além das novas possibilidades de consumo que as unidades familiares buscam absorver.

Era tudo manual. Era difícil. Hoje o cara que planta lá fumo. Hoje a mesma pessoa que comprou, tem três pessoas que trabalham na terra e fazem 800 a 1.000 arrobas. Naquela época, o pai, quando mais fez, foi 180 arrobas, isso com 6 ou 7 pessoas trabalhando. Só que o meu pai plantava de tudo. Eles não, eles plantam muito pouco de verdura. O resto compram tudo. Meu pai plantava arroz pra comer, tinha porco, tinha galinha, plantava bastante milho. A gente não comprava, a não ser trigo, açúcar. O resto tudo, amendoim a gente plantava. A minha mãe sempre dizia que sempre tinha amendoim, distribuía pros filhos assim... Não era monocultura como hoje é na maioria do interior, que eles plantam fumo e mais uma coisa. Naquela época, não, mas era muito difícil, era muito trabalhoso. Meus pais se judiaram barbaridade... minha mãe ia de sol a sol pra roça junto. *(Ex-produtora de fumo, esposa de produtor convencional de hortifrutigrangeiros)*

Hoje não são mais necessários tantos braços para produzir uma lavoura e manter uma família. Novas técnicas, como o plantio direto²⁴ e insumos modernos, possibilitam que o trabalho seja realizado por poucas pessoas numa ordem produtiva muito maior que a de anos atrás. Associado a isso, os gastos da vida moderna no campo aumentaram, onerando o produtor com o pagamento de água e iluminação fornecida pelo Estado, além de produtos como eletrodomésticos, automóveis, enfim, bens de consumo duráveis e não duráveis que fazem parte de um novo estilo de vida ao qual as pessoas não estão dispostas a abdicar, mesmo que tenham consciência de viverem no meio rural e acharem que nas cidades há uma maior facilidade na aquisição e utilização de certos bens, pelo maior acesso a serviços e uso de produtos mais sofisticados que a condição do meio rural ainda não possui ou não permite ter; contudo, está cada vez mais disponível uma variedade de produtos e serviços

²⁴ O plantio direto caracteriza-se por uma forma de plantio que dispensa antigas e inclui novas formas de manuseio do solo, das quais a principal é a da não necessidade de o produtor precisar lavrar a terra com arado, facilitando o cultivo na lavoura. Com o uso de herbicidas aplicados no local onde será realizada a plantação, o produtor seca as plantas que fazem a cobertura da terra; após, com uma sementeira específica e com sementes selecionadas, faz o plantio sem remover a palha que restou e está seca após o uso do herbicida. Esta palha, segundo alguns agricultores, ajuda a manter o solo livre de erosões e retém a água da chuva, além de poupar o trabalho de eliminação permanente de ervas daninhas.

no meio rural, aumentando a oferta pelas facilidades de acesso e pelos meios de informação.

Com a compressão do espaço e do tempo, isto é, com a redução das distâncias e com a instantaneidade dos meios informacionais, o que torna as relações muito próximas, o produtor, antes mais isolado do mercado e de suas dinâmicas, é integrado como fornecedor e produtor dos elementos que cultiva em sua lavoura. Antes da intensificação do processo de globalização, que iniciou por volta da década de 1970, este agricultor encontrava-se mais voltado à sua propriedade e à sua produção para o autoconsumo. A maior parte do que consumia produzia em sua própria propriedade, pois a diversificação produtiva dos gêneros alimentícios era uma prática generalizada. O fumo, produto tradicional na região desde os primeiros imigrantes, respaldava os agricultores com certa quantia de dinheiro, mas não era o elemento principal para a manutenção da propriedade. Segundo um agricultor mais idoso, hoje aposentado, antes se “...plantava o fumo pra ter aquele dinheirinho pra fazer algum negocinho, alguma coisa, comprar o que precisava”, mas, realmente, não era o principal investimento do produtor. Longe do centro urbano, este agricultor vivia à distância do consumo e da economia de troca mais efetiva; sua concepção do trabalho estava ligada à produção de alimentos para sua própria manutenção.

Geralmente, os depoimentos referentes a um tempo pretérito - em média, quarenta, cinquenta anos atrás -, com tom de certa nostalgia, provêm de uma geração mais velha, os avós atuais, pessoas que retratam tempos difíceis, nos quais se abriam estradas, havia contatos esporádicos com outros vizinhos, marchas longas sobre carros de boi. São tempos contrastantes com o atual para a maior parte destas pessoas. Uma geração subsequente a esta ainda tem na lembrança dos tempos de criança e/ou de adolescência esta vida rarefeita, de certo isolamento pelas distâncias e pelo pouco contato com outras pessoas. Contudo, esta segunda geração apreendeu e regula o processo do desenvolvimento local de acordo com os tempos atuais, servindo como elo de ligação de um tempo remoto e difícil com os tempos modernos de seus filhos e das “facilidades” de que dispõem em termos de condições de vida, como água

encanada, iluminação residencial, televisão, melhor acesso à escola, à cidade e a tudo o que esta pode lhes oferecer.

É esta segunda geração que modula os aspectos da mudança, porém sofre de forma mais intensa a pressão por se adequar a ela. De um lado, possui um arcabouço cultural que faz parte de sua história e do modelo de trabalho recebido dos pais; de outro, necessita rever seus procedimentos laborais e corresponder às exigências de um novo formato produtivo e aos anseios de uma terceira geração, a de seus filhos, que se encontra em maior sintonia com os elementos e necessidades modernas, até mesmo de entretenimento e do consumo do que é moda, tudo isso amplamente divulgado pelos meios de informação de massa, como a televisão.

Embora o trabalho do agricultor esteja mais vinculado aos interesses de consumo, novos gostos e facilidades do mundo moderno, intrinsecamente, o trabalho não perde o seu valor como mecanismo de estruturação de uma identidade do agricultor e de força interior que o impulsiona à atividade laboral. O consumo das facilidades e congêneres modernos pode dirigir o trabalho para outras atividades que possibilitam ao trabalhador auferir um rendimento maior em dinheiro, com o qual possa pagar o que consome ou o que venha a consumir. A necessidade de dinheiro é um fator determinante na sociedade atual, e o meio rural está cada vez mais afinado com isso, pois as facilidades da vida moderna têm seus custos, coisa que há poucos anos - questão de algumas décadas - não era fator preponderante, embora o trabalho em si tivesse um valor agregado de sobrevivência e manutenção da vida das pessoas.

A integração do agricultor ao sistema industrial de produção não deve ser explicada, todavia, por fatores que dizem respeito à escolha do agricultor de estar ou não integrado à indústria. Esse é um processo histórico que perfaz as características do lugar, do modo como foi colonizada a região, da introdução da cultura do fumo, das estratégias dos empreendimentos fumageiros e das políticas agrícolas que dizem respeito ao estado do Rio

Grande do Sul e ao país como um todo. Somam-se a isso, entre outros possíveis aspectos, a relação com o consumo e o estilo de vida moderna.

Ao sair da policultura, prevalecente como economia de autoconsumo familiar, e ingressar na monocultura do fumo, um amplo número de agricultores especializa-se, estando, teoricamente, em condições de participar das formas e estruturas modernas de trabalho na lavoura, onde o binômio planejamento e qualidade deve ser a mola-mestra para que consigam ter uma boa produção de fumo - boa produção segundo os parâmetros que as empresas determinam ao agricultor, mediante seus orientadores agrícolas, que visitam as propriedades com certa regularidade.

As referências discursivas de alguns agricultores nesse sentido são muito fortes, independentemente de conseguirem um bom rendimento e produzirem o fumo dentro das especificações que as empresas desejam e de obterem melhor classificação na comercialização. Ressaltam, assim, a idéia de que as atividades na produção de fumo devem ser desenvolvidas de forma correta, bastante específica e em seu tempo certo; em caso contrário, o fumo poderá não ter a textura e a cor de boa qualidade exigidas para a sua subsequente venda.²⁵

Segundo o depoimento de um agricultor, que resume muito bem a preocupação com o planejamento e o rendimento da produção, o fumo tem que

(...) ser feito, se deixar pra última hora daí a coisa... daí a coisa fica difícil. Vai sempre, vai adiantando o serviço onde é que dá, pra sempre dá. Tem que fazer o fumo assim... tem que fazer o serviço na hora certa. Se tu te atrasar, vamo dizer, numa época se tu não acompanha mais, isso mais tarde reflete na produção de fumo, porque, se tu não faz a coisa na hora certa, tu já não colhe bem e assim vai indo. (Produtor de fumo, 38 anos, do Distrito de Rio Pardinho)

²⁵ As empresas orientam os agricultores também em forma de jornais distribuídos ao produtor. O jornal *Alliance de Ouro*, da organização fumageira Alliance One, recomenda processos bastante específicos em seus tempos de maturação e desenvolvimento da produção; ainda referenda que o atraso em alguns processos pode trazer prejuízo ao produtor, como, por exemplo, o atraso na capação, representando uma perda de 1% ao dia. Capação consiste em retirar a flor da planta e colocar o antibrotante para que a planta se desenvolva nos padrões desejados (ANEXO C).

Assim, o trabalho com o fumo, que anteriormente era desenvolvido conforme certas condições de que o próprio agricultor dispunha, torna-se cada vez mais meticuloso e absorve grande parte do tempo do agricultor para que o fumo produzido se enquadre numa classificação segundo critérios técnicos avaliados pela empresa à qual o produtor o vende buscando atingir uma boa remuneração. O que antes era um trabalho mais rústico, sendo que o agricultor não precisava estar permanentemente observando o desenvolvimento da planta, hoje lhe exige maior atenção, alterando as rotinas de trabalho. Alguns agricultores referem-se às formas de trabalho antigas como muito sacrificantes, pois cortavam a lenha com machados, tinham de lavrar a terra, entre outros procedimentos que não fazem mais parte da rotina de trabalho atual. Contudo, se antigamente o esforço físico era um aspecto dificultoso, atualmente a preocupação com a qualidade do fumo absorve muito o tempo do agricultor, que deve cuidar da temperatura do forno, inclusive nas madrugadas, assim como realizar uma “surtição” (classificação) rigorosa do fumo normatizada pelas empresas, entre outros procedimentos.²⁶

Mudou. Naquele tempo não existia... nós plantava fumo de galpão. Então aquilo era surtido no pé do fumo e secado no galpão. Então, quando ele tava seco no galpão, as folha a gente surtia no pé, no pé a gente ia tirando, não tinha classe como tem hoje. Com tudo era umas cinco, cinco classe. E hoje em dia, quantas classes de fumo pra entregar o fumo! É a diferença que tem. E não precisava enfardar pra levar, botava a granel assim numa carroça. Levava na venda, no posto que eles tinham pra receber o fumo pra dali mandar pra firma. A primeira firma que eu vi, a que tinha, era a Souza Cruz. Então aquele fumo era pra Souza Cruz. Era uma firma que vinha não sei da onde. Porque não tinha antes, não tinha muitas firmas, era só aquela. Era a

²⁶ O fumo de galpão, produção predominante de décadas atrás, antes da introdução por parte das empresas da variedade Virgínia, que é secada em estufa, não exigia alguns procedimentos na lavoura e em seus processos de beneficiamento que existem nas formas atuais. O fumo não precisava ser desfolhado do seu caule e era pendurado no galpão, onde era deixado para secar sem a intervenção de qualquer outro mecanismo. O atual processo do fumo, de estufa, exige que apenas certas folhas de fumo sejam desmembradas do seu caule de cada vez (as folhas mais maduras) na própria lavoura. Após a “panha” (colheita), as folhas de fumo são agrupadas e amarradas em varas para que sejam penduradas na estufa, onde ficarão de quatro a seis dias no processo de secagem. O processo de secagem envolve o controle da temperatura, ventilação e umidade da planta no forno. O trabalho mais penoso na lavoura atual, segundo os agricultores, é encher uma estufa de fumo, porque há a necessidade de que as primeiras folhas colhidas não amadureçam e destoem em seu amadurecimento em relação às folhas colhidas mais para o final desta colheita, visto a necessidade de se produzir um fumo “parelho”, sem variação dentro da estufa. Dessa forma, há a necessidade de se colher e encher uma estufa rapidamente, para que o fumo não tenha oscilações em sua qualidade, o que muitas vezes exige um trabalho ágil e mão-de-obra extra. Num pé de fumo há, geralmente, de quatro a cinco colheitas e uma planta possui de dezoito a vinte e duas folhas.

que se interessava em fumo. Hoje em dia tem firma de todo o tipo.
(*Ex-produtor de fumo, aposentado, 86 anos, do distrito de Alto Paredão*)

Esse aspecto do sistema produtivo atual, que necessita da maior atenção e destreza do produtor em todos os seus estágios de produção, é fator significativo, pois redefine as formas de trabalho e, em grande parte, a composição dos indivíduos aptos a desenvolvê-las em seus diferentes estágios. Uma mudança radical gerada pela produção de um fumo sob normatizações de qualidade específicas pode ser retratada pela quebra de práticas tradicionais de ajuda mútua (mutirões) na região – os chamados “ajuntórios” ou “poxerões” -, os quais as pessoas se reuniam para ajudar um ao outro em momentos em que necessitam de apoio. Isso acontecia geralmente quando alguém se atrasava no serviço por questão de doença na família, para limpeza de uma grande área de terra, ou quando há necessidade de força extra para desenvolver um trabalho específico, como a construção ou deslocamento de um paiol, caracterizando um sistema de reciprocidade e de interligação bastante forte entre as pessoas da comunidade.

Esses espaços de ajuda eram concretizados pelo apoio dos vizinhos a determinadas tarefas, mas também compunham um importante momento de trocas de experiências e confraternização. Os ajuntórios eram também investidos de uma concepção lúdica e de integração, pois geralmente acontecia um almoço na propriedade onde estava sendo realizada a tarefa e todos comiam e desfrutavam de um momento comum. Muitas referências trazem ainda que este dia podia ser estendido até a noite, quando era realizado um baile (dança) entre os convidados. Tais eventos perderam muito de suas características e hoje acontecem de forma mais restrita, quando da necessidade de alguma família receber ajuda por questão muito específica, como doença de algum dos seus membros. Essa ajuda normalmente vem de um parente consanguíneo que não mora na mesma propriedade ou mediante a remuneração em dinheiro - quarenta reais, em média, por um dia de trabalho de uma terceira pessoa.

Os ajuntório tu marcava, vamo dizê que fosse num sábado. Daí tu comprava uma cachaça, fazia uma carne e saía convidando: olha, eu preciso limpar tal pedaço de fumo. Daí se ajuntava e vinha tudo.

Cantava... todo mundo limpava tudo, até o fim. *(Ex-produtor de fumo, aposentado, 86 anos, do distrito de Alto Paredão)*

No entender de alguns agricultores, antes as pessoas eram mais “afetivas”, tinham mais “apego”, havia maior solidariedade para com os outros; hoje o pessoal é muito “exibido”, o que denota na atualidade um apelo muito forte ao cuidado individual do trabalho e ao consumo solitário mediante os rendimentos que aquele pode proporcionar, quebrando muito o sentido de cooperação entre os agricultores. A preocupação por um fumo de qualidade, nos padrões para uma boa rentabilidade, faz o agricultor se interessar exclusivamente pela sua produção. Estar sempre atento aos mínimos detalhes é um forte indicador de que o agricultor está preocupado em desenvolver um fumo bom, com “capricho”, zelando por sua produção. Segundo um produtor, avaliando o seu trabalho e o de outros conhecidos seus,

(...) não é só plantar e colher. Tem que ficar observando a lavoura pra ver como desenvolve. Daí se falta uma coisa tem que largar, né. E o forno também. Se o fumo vai pro forno, ali é o ponto que o colono tem que cuidar mais. A cura do fumo. Ali, se tu só largar o fumo no forno... tu larga ele ali dentro e fogo... não é assim as coisa. Ali a cura do fumo, no caso, é o essencial. Aquele ponto dentro do forno. Porque numa fornada, se tu tirar uma fornada de fumo ruim, tu vai ter que tirar duas de fumo bom. Daí tu vai ter que plantar o dobro, as despesas é o dobro. Porque tem gente que diz, “eu planto tanto e tanto”, enche as lavoura de fumo e depois só vai, traz uma vez uma força e pronto. Daí vai na horta tirar umas flor e pronto. Daí já não vence. Aí já começa as coisas, daí já se atrapalha e tudo. E daí, naquela hora, ao tirar as flor, o brote vem, daí o fumo já perde a força, o brote tira a força do pé. Aí tu já tá perdendo e assim vai. O cara, que da minha parte eu acho caprichado, que capricha, né, aí tu tem que plantar o que tu acha que tu vence. Aí tu não pode, quando tu entra nas lavoura não pode ver brote, estas coisas, tem que tar limpo. E depois, no forno, como eu disse antes, ali é o principal, ali é judiado aquela hora do forno. Ali tu tem que, de noite, tem que tar junto com o forno. Tu não pode deitar... assim: “agora vou dormir e acordar no outro dia”. Tu tem que ficar e pelo menos fazer a ronda do forno. *(Produtor de fumo, 42 anos, do distrito de Monte Alverne)*

Esse sentimento muitas vezes enseja a desconfiança pelo trabalho do outro, pois, ao se confiar no trabalho de um terceiro, se este não for bem feito, compatível com as normas de produção para se auferir um fumo de “qualidade”, o prejuízo pode ser grande. Para alguns, correr este risco é algo que está totalmente descartado.

De outra forma, há uma prática entre os vizinhos de avaliarem informalmente o trabalho do outro, aprovando e desaprovando suas práticas, na medida em que se geram uma desconfiança inicial e uma curiosidade em ver como o outro está produzindo e como está se saindo para obter uma boa classificação do fumo. Em muitos casos, inclusive, definem-se e classificam-se certas pessoas como não saberem trabalhar, serem preguiçosas, “se esconderem do trabalho”, só quererem ficar tomando bebidas alcoólicas, cachaça, especificamente, nas “bodegas” (bares) próximas, sem muita preocupação com o seu trabalho.

O nosso sistema é assim, a gente aproveita, digamos assim... se a gente vai pra lavoura trabalhar, a gente vai pra aproveitar o dia. Mas tem gente aí, não quero falar mal dos outros, mas tem gente aí que trabalha dois dias por semana e o resto se esconde. Esta para mim é a grande diferença. Aqui não, a gente começa segunda e vai até sábado. A gente não trabalha tipo bicho, mas a gente aproveita o tempo. É por aí viu? É a mesma coisa. Vocês vão lá pro colégio estudando, mas tem que aproveitar o tempo, o espaço que têm lá. Assim é o trabalho da gente, mas com muitas pessoas não acontece isso. As pessoas que mais trabalham têm resultados positivos; outros, já não, é negativo. (*Produtor de fumo, 62 anos, distrito de Alto Paredão*)

Quem hoje é organizado, o trabalho é mais fácil. Naquela época... não se cuidava do que valia a pena fazer. Era tudo arriviria. Por isso aí que tem muita gente de idade que, se tu vai ver no passado, 30, 40 anos atrás, era considerado gente rica e hoje tão remando. Isso que não jogaram, não beberam. Eram pão-duro e aconteceu este fato. Se não fosse a aposentadoria rural... é triste. Eles não cuidaram do custo e benefício. A propaganda, todo mundo quer vender, se atiravam nas coisas e quando vê isso não dá retorno. Daí isso fica atirado e vai pro outro lado de novo. (*Produtor de fumo, 48 anos, distrito de Rio Pardinho*)

O trabalho figura em ser mais meticuloso para os que buscam atingir os objetivos de obter um “fumo de qualidade”, o que implica estar atento aos mínimos detalhes em sua produção. Muitos pais se sobrecarregam em algumas atividades, como a seleção do fumo ou no seu preparo na estufa, porque temem que o trabalho não seja bem feito pelos seus próprios filhos. Com uma lavoura de alto custo, visto que o agricultor paga os insumos disponibilizados pela empresa, a pressão sobre ele é muito grande. Ele deve pagar suas dívidas com o que foi produzido, logo, uma dificuldade ou uma quebra na produção podem ser muito prejudiciais à economia familiar, com efeitos devastadores ao longo do tempo pelo difícil processo de recuperação a

que o agricultor deverá se submeter; assim, pode enfrentar o acúmulo de dívidas com o setor industrial com o passar dos anos.

Observamos que cartazes confeccionados pelas empresas fumageiras ou pelo Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo) estão afixados em todas as propriedades que visitamos (*Ilustração 8*), lembrando, permanentemente, a necessidade de evitar um fumo com impurezas, como penas de animais, pedras, plásticos, entre outros objetos estranhos. A fiscalização é muito rigorosa nas esteiras de recebimento do fumo, pois o mercado desclassifica o produto que contenha tais objetos ou possua vestígios de resíduos químicos não recomendados pelas empresas (ANEXO D).²⁷



Ilustração 8 – Cartazes afixados nas propriedades

Fonte: registro fotográfico do autor, mai./2006.

Os cartazes também frisam os diferentes estágios do processo de produção, como a temperatura ideal exigida nos diferentes estágios da cura do

²⁷ Os orientadores agrícolas das empresas preenchem um formulário no qual são especificadas as condições infra-estruturais da propriedade do agricultor, como, por exemplo, as condições dos galpões onde são selecionados os fumos, se existe ou não a presença de animais próximos ao produto armazenado, como se encontram os materiais de trabalho, as condições de iluminação, entre outros aspectos.

fumo (secagem), além do modo de colher e manocar o fumo (amarrar numa porção), entre outros procedimentos. Colocados em lugares estratégicos, nas portas dos galpões ou perto das estufas, tais cartazes tornam-se, certamente, um alerta constante do discurso pela qualidade, propagando-se em cada pessoa e nos círculos de relações que se estabelecem nas conversas sobre trabalho e produção de fumo, perfazendo um eficiente sistema de vigilância das empresas, de forma que o agricultor, ao conviver com este discurso de forma permanente, acaba assimilando-o.²⁸

A idéia em voga é de que, havendo asseio do produtor e preocupação por seu trabalho, o fumo estará limpo e apresentará as melhores condições para ser comercializado; conseqüentemente, melhores negócios serão feitos pelo produtor rural. Prática correta e interesse pelo trabalho são diretamente relacionados a um bom negócio e a prosperidade para o agricultor; ao contrário, a vontade e a capacidade do agricultor para isso são muito questionadas se os negócios vão mal. Tais julgamentos são muito difundidos entre os próprios agricultores no seu convívio comunitário, como notamos ao ridicularizarem certos procedimentos de alguns vizinhos, ilustrado neste depoimento:

Eu tenho um vizinho lá, destes mais antigos. O homem é... ele, veja que não é certo, mas é uma doença, ele não pode ver a peãozada na lavoura, aquele fogareu queimando. É incrível. E a produção deste vizinho lá... ele tinha que parar de planta fumo, porque não tem jeito. Ele planta fumo destas variedades que não sai a flor baixa, que dá bastante folha. Ele é daquele tipo que acha que, quanto mais folha, mais lucro. E ele deixa aquele fumo vim, vim e vim. Aqui dá... a gente faz um fuminho assim (pequeno), ele faz assim (grande), só tira a flor e larga o veneno em cima e colhe aquilo por baixo. Dá um fumo paiento, esbranquiçado que não tem valor, as firma não querem, querem, mas... metade do fumo é assim. E quando tá no meio do pé pra cima, que vai dar qualidade, ele dá um acinzentado, que dá 70, 75, ele tem que vender por 18, 20, 35. Daí ele diz que tem umas firma roubando e roubando. Ele não mudou. Ele vai na minha lavoura, como vizinhos, ele é muito bom, ele vai na minha lavoura e olha os

²⁸ Aqui as técnicas de vigilância ao agricultor são tão ou mais eficientes do que aquelas ressaltadas por Foucault dentro do panótipo que prende os indivíduos em suas celas e submete-os a um regime de olhar permanente de um suposto observador de infratores. No caso, as empresas deixam suas marcas e discursos nas paredes dos ambientes, panótipos próprios de cada agricultor, para depois conferirem meticulosamente o que foi produzido. Ao expor suas marcas, as empresas deixam configurados seu cabedal normativo e a lembrança de que o custo será alto ao agricultor caso se desvie dos objetivos e pressupostos firmados, transformando “corpos dóceis” dentro de uma disciplina voltada ao adestramento do agricultor ao trabalho em suas formas específicas. (FOUCAULT, 1987)

fumo e diz: “Este teu fumo vai rende, é petiço mas entroncado”. Mas como é que não vem na cabeça dele de fazer assim. Ele é uma pessoa assim... é do tempo antigo. Falar, assim, que não dá pra fazer aquilo, daí que ele faz... (risos). (*Produtor de fumo, 45 anos, distrito de Alto Paredão*)

De forma bastante nítida, há uma idéia na comunidade, nos seus diferentes distritos, de culpar certos agricultores por não conseguirem obter um melhor rendimento na lavoura e, logo, não prosperarem na cultura do fumo; assim, desresponsabiliza-se, em parte, as empresas pela censura que os agricultores fazem de si mesmos. A conotação é de que certos agricultores não sabem trabalhar dentro da técnica, que ainda vivem no sistema antigo ou que “não são do trabalho”. De forma muito rigorosa, o discurso voltado à tecnologia e a um trabalho correto, meticoloso, pelo qual, para se conseguir rendimento e obter um bom desenvolvimento da lavoura, deve-se estar atento aos mínimos detalhes, insere-se num arcabouço de circunstâncias práticas e discursivas que oprimem tanto aquele que se encontra fora do padrão de “bom agricultor” quanto aquele que julga o outro e tenta estar em sintonia com as práticas modernas determinadas pelos novos padrões de produção estipulados pela indústria fumageira.

Tanto o agricultor que não se adapta ou que não teve condições de se inserir nas novas linhas de produção quanto aquele que consegue estar mais em sintonia com as novas práticas, de certa forma, são oprimidos por um processo rigoroso de trabalho e de preocupação pela qualidade. Estar permanentemente dentro da técnica, seguir procedimentos específicos dentro de um programa padronizado de trabalho contrasta muito com os modos de vida simples e da cultura do agricultor, exigindo dele uma guinada em sua forma de vida e em suas representações culturais. Esse é um processo moroso e que não se realiza sem muitos percalços e traumas na comunidade.

Na maioria dos casos, julgam-se aqueles que não se adaptam ao processo tecnológico, ou que não tiveram oportunidades materiais e financeiras para tal, como sendo relapsos, vagabundos, pessoas teimosas, que não possuem a capacidade de absorver o novo. Esses sentimentos nutrem nas comunidades uma relação de distanciamento, corroborada pela falta de

recursos daqueles que não conseguem acompanhar os novos padrões de consumo. Em verdade, há um enfrentamento de estilos de vida e formas de pronunciamento. Dentro de uma heterogeneização de práticas de trabalho, entre o “sistema antigo” e o “novo”, alguns recuos nas formas de entrosamento comunitário são percebidos, pois há maiores dificuldades de se encontrarem laços comuns que digam respeito às experiências de vida e ao trabalho dos indivíduos.

Mais difícil ainda que seguir as formas modernas de produção de fumo é conseguir um equilíbrio entre insumos solicitados à indústria para que a produção se inicie, o trabalho dispensado a partir do que se imagina que se possa realizar na propriedade e os rendimentos estimados – conforme está previsto no Art.1 do “Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha” (ANEXO A). A equação entre esses três fatores diz respeito a um cálculo que pode se tornar imprevisível, no qual qualquer quebra de um dos elos da equação pode levar o agricultor a ter dificuldades financeiras. No equilíbrio entre produção e consumo, tão bem representado pelo modelo de Chayanov ao se referir à agricultura familiar, o agricultor tem em suas formas endógenas de produção a medida entre o que consome e a necessidade de maior ou menor trabalho desenvolvido para sustentar a unidade familiar; este modelo agora é rompido deslocando-se para um modelo exógeno de produção induzido pelas empresas fumageiras, no qual os custos de produção e trabalho são, agora, os dois lados da balança. O aumento ou a diminuição de um desses fatores pode alterar a estabilidade da unidade de trabalho familiar. Qualquer erro no cálculo entre pedidos de insumos e/ou aumento de seu custo e o trabalho desenvolvido pode levar o agricultor ao acúmulo de dívidas para com as empresas. Além do complicado balanço entre a possibilidade de produção e sua necessidade de trabalho e cuidado específico desenvolvido, não assimilado por muitos, a ocorrência de alguma intempérie, como estiagem ou precipitação de granizo, pode destruir uma lavoura onde foram investidos muitos recursos financeiros por parte do agricultor.²⁹

²⁹ O seguro agrícola contratado pelos agricultores junto à Afubra, segundo a maioria dos agricultores, só cobre o prejuízo das dívidas com as empresas, o que deixa o agricultor em uma situação difícil, pois, caso precisem do benefício, tal seguro não cobre o restante do prejuízo, deixando-os sem recursos para passar o restante do ano, visto que perderam a parte

Assim, a questão das dificuldades financeiras e do empobrecimento de alguns agricultores torna-se cada vez mais um tema complexo, que, absolutamente, não deve ser apenas retratado com base no senso comum dos próprios agricultores, os quais julgam que as dificuldades surgem porque alguns não querem trabalhar ou não possuem aptidão para o trabalho dentro do sistema moderno. Este tipo de referência certamente diz respeito à ideologia dominante, que realça a necessidade do esmero e do esforço do trabalhador em suas atividades acima de tudo.

Embora a adaptação ao novo sistema seja algo de extrema relevância para que o agricultor tenha retorno financeiro, os problemas e dificuldades do agricultor dizem respeito também ao sistema de preços imposto pelas empresas aos insumos, ou à matéria final produzida pelos agricultores; também às suas condições de trabalho e do que possuem para realizar a produção, como instrumentos, estufa em boas condições, terra adequada, além do número de pessoas disponíveis e, até mesmo, dos recursos para pagamento do arrendamento da terra e de instrumentos de trabalho, caso não os possuam. Somam-se a estes e, talvez, a outros fatores, as variações climáticas, que tanto preocupam os agricultores, ou seja, manter-se na produção de fumo sem contrair dívidas no longo prazo e, ainda, auferir um certo retorno financeiro depende de uma série de diferentes fatores, alguns relativos à capacidade da propriedade, assim como de seus fatores infra-estruturais, outros referentes às condições naturais (chuva, sol, granizo, vento), assim como da capacidade de trabalho e entendimento desses diferentes fatores conjugados pelo agricultor, que irá realizar os seus pedidos de insumos e começar a produzir uma lavoura de alto custo, visando conseguir rendimento produtivo satisfatório para manter sua família.

A produtividade, o alcance máximo em relação ao trabalho realizado, é a condição prioritária pela qual se devem pautar os empreendimentos agrícolas, em conformidade com as tendências de outras matrizes produtivas em outras

que lhes cabia da comercialização do fumo destruído. Em síntese, o agricultor acaba pagando o seguro para que a empresa não tenha prejuízo com a perda da safra.

regiões e localidades, no Brasil e no mundo. Produzir em alto rendimento produtivo, utilizando-se de alta e adequada tecnologia, traduz as tendências capitalistas modernas, tanto da agricultura como da indústria, independentemente da dimensão do empreendimento. Nesse sentido, os agricultores de Santa Cruz do Sul inserem-se nesse processo assimilando e estranhando esse discurso.

A tecnologia tá cada vez mais, mas tem que lidar com a produção de fumo. Ver se eles compram, mais ou menos, bem. Não adianta o cara produzir, produzir, colocar mais aparelho, coisarada... e eles comprando mal. Tem que ver se vale a pena investir assim. Tem que cuidar as despesas, são muito altas atualmente. (*Produtor de fumo, 27 anos, distrito de Alto paredão*)

Notamos que entre o grupo dos agricultores mais preparados, segundo os novos padrões de produção, seja em suas reflexões sobre como se organizar uma propriedade voltada a produzir um determinado produto para o mercado, seja por suas ações buscando auferir certo rendimento e produtividade, há uma parcela daqueles que já possuíam experiência no negócio do fumo, vinculados no passado ou na atualidade às empresas fumageiras na prestação de algum serviço. Por exemplo, alguns agricultores mais bem sucedidos foram orientadores agrícolas das próprias empresas no passado, ou, até mesmo, caminhoneiros transportadores de fumo de outras propriedades às esteiras de recebimento das indústrias. Nesses serviços puderam constatar algumas práticas, ou até mesmo cruzar informações que depois viriam a facilitar seus trabalhos e negociações com as empresas, pois conseguiram descobrir certos procedimentos e mecanismos que facilitam a produção e a comercialização do fumo, como melhor época de negociação, qualidade do fumo que deve passar primeiro na esteira etc. Por conseguinte, passaram a dominar estratégias e a decifrar detalhes que podem também fazer a diferença e possibilitar alguma vantagem ao serem assimiladas informações mediante práticas e experiências alheias, sobressaindo-se em relação a outros agricultores. Segundo um agricultor, “ser caminhoneiro e ver a comercialização de fumo nas empresas foi uma escola para mim”. (*agricultor aposentado - 63 anos – distrito de Boa Vista*) (*Ilustração 9*).



Ilustração 9 – Casal Mueller exibindo seu “prêmio” (certificado) - melhor preço médio na safra de 1974.

Fonte: registro fotográfico do autor, Abr./2006.

A ênfase na produtividade e na boa *performance* também está no discurso dos agricultores hortifrutigranjeiros, principalmente daqueles que plantam no sistema convencional utilizando-se de produtos agrotóxicos. Estes agricultores atingem um *nicho* de mercado importante na cidade e no meio rural, vendendo, inclusive, para produtores de fumo que plantam pouco outras culturas.

(...) se vai pra colônia, enche o carro e vende tudo. O colono só planta fumo lá pra cima. Lá pra linha Santa Cruz vende tudo. Segunda de tarde vou lá. O pessoal da colônia não planta verdura. É só fumo, fumo, fumo lá pra cima. (*Produtor e comerciante autônomo de verduras, 58 anos, distrito de Santa Cruz do Sul*)

De forma autônoma, mas com o apoio técnico da Emater/RS, agricultores hortifrutigranjeiros convencionais realizam semanalmente feiras pela cidade.³⁰ Fora das feiras, alguns agricultores, de carro ou com

³⁰ Existem cinco pontos de feiras na cidade de Santa Cruz do Sul. Os feirantes destas feiras são registrados na Associação Santa-Cruzense de Feirantes (Assafe), composta por 72 famílias. A Associação, em 2006, completou 26 anos de existência. Segundo o seu presidente,

caminhonete, vendem seus produtos pela cidade ou nas estradas e picadas do meio rural. O roteiro de vendas tem trajeto demarcado e os compradores já esperam os “vendedores de verduras” em locais de passagem e em horários pré-determinados.



Ilustração 10 – Produtor hortifrutigranjeiro comercializando sua produção nas ruas de Santa Cruz do Sul

Fonte: registro fotográfico do autor, Jun./2006.

Também com feiras semanais, em dois pontos localizados na cidade, os produtores agroecológicos matizam seu discurso buscando seu espaço no mercado, aludindo à diferença de seus produtos em relação aos dos produtores convencionais, que se utilizam de agrotóxicos e produzem em maior quantidade. Embora os agroecologistas tenham uma proposta de trabalho realmente diferenciada, privilegiando os aspectos naturais do desenvolvimento

Paulo Henrique Sehn, para conseguir um ponto em uma das feiras o agricultor deve registrar seu pedido quando da abertura das inscrições. A efetiva inclusão do nome do candidato à vaga numa das feiras será homologada mediante avaliação e vistoria de uma comissão na propriedade do candidato. Esta propriedade deve se mostrar efetiva e produzindo hortaliças e/ou frutas, tendo um bom padrão de produtividade e condições adequadas em sua infraestrutura. A comissão que regula as feiras, além do representante da Assafe, é integrada por representantes da Emater, da Prefeitura (Secretaria da Agricultura), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra).

das plantas, não usando qualquer tipo de produto químico para proteger os alimentos contra pragas, também se orientam pela perspectiva de atingir um mercado crescente. Buscam, para isso, organizar seus grupos de produção³¹ e fortalecer a cooperativa que os agrega – Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas (Ecovale). Recebem, para isso, a assistência técnica do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa)³², entidade ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

(...) cada um vai conquistar o seu mercado. Antigamente, quando a gente começou, a gente saía, falava o que a gente fazia. Hoje não. Hoje, numa comunidade que tu não espera muito, tu fica mais quieto. Porque eu tenho os meus amigos, o pessoal que eu convivo, que são mais parceiro, de pegar junto, né. O pessoal não criado desta maneira tá no fumo, tá no convencional, dificilmente ele vai querer mudar. Pode até tentar. Então tem aqueles que têm uma vida mais feita, um pouquinho mais, financeiramente bem. Esses dificilmente vão se preocupar em mudar, porque tá bom da maneira, tá rendendo. Estes tão fazendo dinheiro porque começaram um pouquinho melhor. Então é isso aí. Então, pra nós houve a necessidade de ter que mudar pro lado bom, aposta em cima disto. O trabalho é um sonho também, tu tenta realizar ele. Aos poucos tu vai testando ele. A gente trabalha também com novas idéias. Este ano a gente apresentou uma idéia, uma proposta, no caso, de morango... cada ano a gente vai melhorando. Então tem um sonho de apresentar pra outros novos adiantamento, o que a gente conseguiu evoluir. (*Produtor agroecologista, 25 anos, distrito de Santa Cruz do Sul*)

O espaço de produção no município de Santa Cruz do Sul congrega formas de trabalho sempre relativas, segundo as possibilidades que os sujeitos encontram ou que venham a orientar suas práticas por determinados motivos e

³¹ Existem dois grupos definidos de agroecologistas em Santa Cruz do Sul: um no distrito de Santa Cruz do Sul e outro no distrito de São Martinho. O número de componentes de cada grupo fica em torno de oito famílias. Os dois grupos recebem o apoio técnico do Capa e estão integrados na Cooperativa Ecovale. A proposta destes grupos é realizar um trabalho conjunto entre seus integrantes, principalmente com reuniões mensais com os técnicos e na comercialização dos produtos nas feiras, onde há uma alternância daqueles que levam os produtos para serem vendidos, sendo todos comercializados por apenas duas pessoas de cada grupo; assim, não precisam todos se deslocar até as feiras para vender os seus produtos individualmente. Os pontos das feiras dos agroecologistas, diferentemente dos convencionais, que estão em espaço público cedido pela Prefeitura do Município, estão localizados na sede da Ecovale e do Capa, no próprio município de Santa Cruz do Sul.

³² O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, fundado em 1978, é uma organização não-governamental que presta assessoria visando à organização, formação e produção econômica de grupos de pequenos agricultores. Possui cinco núcleos de atuação e atende os três estados da região Sul do Brasil – PR, SC e RS. Tem como missão "(...) princípios da agroecologia e da cooperação, desenvolver experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação, de saúde comunitária, que sirvam de sinais de que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável e realização econômica para todos". Disponível em: www.capa.org.br - Acesso em: 5.set.2006.

circunstâncias. Embora a produção de fumo seja a linha de produção hegemônica, na medida em que não encontramos ninguém que não tenha pelo menos alguma experiência nesta produção, seja ajudando algum parente, seja que tenha plantado fumo em anos anteriores, outros espaços se encontram relativamente abertos e com possibilidades de ingresso para quem busca outras formas de produção que não o fumo. É evidente que não há espaço de comercialização para todos os fumicultores se voltarem à produção de hortifrutigranjeiros na cidade, mas ainda é uma possibilidade pouco explorada, o que deixa aberta a possibilidade de inserção de um contingente maior de produtores exercendo esta atividade. Provavelmente, possam-se envolver de forma mais organizada agricultores para que forneçam alimentos a outras regiões ou, até mesmo, a mercados maiores e atacados.

De qualquer forma, a luta por espaços no sistema produtivo agrícola local é definida por uma matriz econômica que reduz as possibilidades de diversificação produtiva. Até mesmo internamente aos grupos que buscaram outras possibilidades de produção encontram-se agricultores que dinamizam suas atividades segundo um novo conceito produtivo, mas ainda não conseguiram parar de produzir fumo em conformidade com o pacote tecnológico das indústrias fumageiras. Um exemplo disso são alguns agricultores ecologistas, pois, embora manifestem sérias divergências em relação à produção de fumo, isto é, dizem que gostariam de parar de produzir esta cultura, que discordam da forma como trabalham e se acham desvalorizados, não conseguem, efetivamente, de forma total e definitiva, deixar de produzir e fornecer fumo às empresas. Segundo um entrevistado, há certa rotatividade de pessoas que buscam participar dos grupos agroecológicos, mas nem todos conseguem se manter neles, voltando a plantar fumo para o seu sustento e de sua família. Há, também, certo ceticismo em relação a outras culturas, embora se perceba que o fumo também não tem garantia de permanência a médio e longo prazo. Logo, fazem-se necessárias políticas mais concretas e efetivas para uma reconversão produtiva.

A única coisa ainda que dá um pouco de dinheiro é o fumo. E tamo hoje ainda na atividade. De momento, partir para outra atividade é como jogar na loteria. A coisa é incerta, nada tem preço. Se tem um

produto ninguém quer comprar... e assim vai indo. Tá difícil. (*Produtor de fumo, 38 anos, do distrito de Rio Pardinho*)

Atualmente, em Santa Cruz do Sul a transição para uma outra cultura só poderá ocorrer por meio de um processo longo de reencaminhamento de uma nova composição produtiva, que substitua a cultura atual do fumo, tão enraizada na localidade. Isso pode exigir do agricultor a capacidade de encontrar certas possibilidades de negócios, de manter-se economicamente enquanto o processo não seja totalmente estruturado e ter a perseverança de levar adiante os novos investimentos realizados.

Ficam demarcadas em grande parte dos depoimentos as demonstrações de preocupação e insatisfação com o atual modelo hegemônico produtivo, principalmente quanto à valorização financeira e ao desgaste de um trabalho difícil e inseguro do ponto de vista de não se ter a certeza de que realmente será recompensado, com possibilidades de melhorar as condições de vida. Esses sentimentos estão acoplados às dinâmicas produtivas e, por sua vez, ao jeito como os agricultores se definem e vão ressignificando seu trabalho mediante a cultura que os cerca e a dinâmica envolvente dos oligopólios internacionais.

3.2. O significado do trabalho

O modo de vida de um agricultor familiar de Santa Cruz do Sul caracteriza-se por sua simplicidade, voltado para as coisas da família, do seu trabalho e das particularidades da comunidade que o circundam, como encontros, festas, jogos, reuniões associativas, entre outras. A relação com os vizinhos é ora de afinidade e compadrio, ora de distanciamento e introspecção em relação aos afazeres domésticos, caracterizando uma vida mediada pelas relações comunitárias e pelo círculo restrito das relações familiares.

Os debates em relação ao desempenho do trabalho e das relações com os representantes das empresas fumageiras, ou de assistentes técnicos de outras instituições, dominam as conversas nas visitas realizadas nas casas de um e de outro agricultor, nos bares ou em festas nas quais muitos se reúnem. Esses momentos são de troca, de reforço das tradições e de aprendizado, por estarem a realizar um trabalho comum, mexendo com a terra, a maioria com o fumo, muito embora, em conformidade ou desconformidade com a tecnologia específica utilizada e do que indica cada um de seus assistentes técnicos, possam implementar diferentes mecanismos de trabalho.³³ Novas técnicas, materiais e elementos aplicados à lavoura vão surgindo rapidamente e são apresentados ao agricultor, que, em última instância, caso tenha margem de escolha, levará em consideração o que lhe é apresentado e o que se encontra disponível no mercado.

A apresentação de novos insumos e técnicas, de qualquer forma, é a apresentação de um mundo novo para alguns, um mundo que se torna fábrica, um “mundo-fábrica”, que industrializa o meio rural na concepção de uma sociedade global que se interpenetra e interdepende (IANNI, 1996). Assim como outros objetos de consumo, os novos insumos e técnicas de trabalho, ao mesmo tempo em que causam certo estranhamento e desconfiança, também podem trazer o fascínio e a curiosidade, causando o desejo pelo novo e por aquilo que se quer dominar. É sempre muito interessante, pelos desejos do que parece enigmático, mostrar-se em sintonia com o novo, com as modernas condições que se abrem num mundo onde se percebem mudanças rápidas e

³³ Há muitas diferenças entre um agricultor que faz sua plantação de forma convencional e aquele que produz de forma agroecológica, mas as diferenças não acabam nesta particularidade, no uso ou não de produtos químicos; abrangem também suas diferentes perspectivas de vida e os conceitos que os fizeram optar por determinada produção. Também há diferenças de sistemáticas e conceitos entre os próprios agricultores que produzem fumo, pois suas formas de trabalho dependem do uso ou não de certos instrumentos que possuem ou na quantidade que utilizam de adubo, por exemplo. Pode este último aspecto estar relacionado com as características do solo ou ao que, em última instância, o agricultor avalia realmente como necessário para que se realize sua produção. Em alguns casos, quando há muita precipitação de chuva, o agricultor deve introduzir mais adubo em sua terra, pois muito pode se perder com a chuva a partir da lixiviação do solo. Pode-se observar que, embora as empresas forneçam um pacote fechado de procedimentos técnicos, no qual um cálculo define o que precisa para se realizar uma produção determinada, há uma margem pela qual o agricultor modela seus procedimentos segundo suas necessidades e possibilidades específicas.

outras possibilidades de viver, e os agricultores não destoam nem divergem desses pressupostos.

Em parte ela facilita, essa tecnologia. Ela reduz em mão-de-obra. Acho que isso é muito bom. Eu apóio, acho que vai chegar um tempo, a fumicultura vai existir pra longos anos ainda, que vai acontecer isso, queira ou não queira, o pessoal vai ser obrigado a fazer isso, fazer plantio direto. Daí reduz a mão-de-obra. Reduz a mão-de-obra porque plantio direto tem uma coisa, eu vou lá na lavoura agora e semeio a semente, ponho a aveia e ponho o inseticida por cima e o adubo. Daí não tem o serviço de cultivar a terra, de lavrar a terra, de adubação de enxada. Só se passa no meio e vai arrancando os matinho. Ali que reduz muito a mão-de-obra. Isso já é uma grande coisa. E quem não fizer isso, veja bem, tem que lavrar a terra, faz adubação, põe a salitragem, tudo... (*Produtor de fumo, 52 anos, do distrito de Alto Paredão*)

Em relação aos agricultores do fumo, este mundo novo é um divisor de águas entre o velho modo de plantar e o mundo da alta tecnologia, da precisão dos detalhes, de formas corretas e específicas de lidar com o solo e desenvolver a produção, de um ambiente de atenção e concentração no trabalho realizado. É um mundo-fábrica agora no meio rural; um mundo que preza por precisão, produtividade, capacidade e qualificação flexível e adaptativa de seus funcionários, subordinados, colaboradores, integrados, seja no próprio ambiente da fábrica, seja na empresa terceirizada, seja no fornecedor agrícola de matéria-prima. Para que se estenda a organização fabril sob a tutela de segmentos que a induzem hegemonicamente e formam uma dinâmica produtiva, o ambiente rural também se define por um ambiente de adestramento, de ensinamento do que é certo, do extensionismo, que muitas vezes se propaga sem levar em consideração as culturas e os modos de vida da localidade, rompendo com tradições e provocando tensões.

Como o operário da fábrica, o agricultor também está perfilado a uma série de orientações que dizem respeito a procedimentos que deve seguir, as quais visam a uma melhor organização do trabalho e a um maior desempenho e produtividade, logo, a melhores resultados; em caso contrário, o trabalho pode ser desconsiderado e pouco valorizado. As *ilustrações 11 e 12* exemplificam determinadas formas de organização e sistematicidade do trabalho apreendidas junto a alguns agricultores fumicultores, proporcionando-

nos a noção de como determinados sujeitos se comportam ou, até mesmo, como estão ou não adaptados às exigências dos novos padrões gerenciais organizacionais. Tais padrões, geralmente, prezam a organização e a limpeza absoluta dos utensílios de trabalho, bem como a sua guarda em lugares seguros e específicos para facilitar as atividades e o uso dos materiais, dos quais se poderão extrair um melhor rendimento e produtividade, reduzindo ao mínimo eventuais desperdícios de tempo e de materiais.

A *ilustração 11*, dessa forma, estaria mais em sintonia com os paradigmas de uma gestão organizacional voltada ao asseio do local de trabalho, facilitando uma boa condução das atividades a serem desenvolvidas, conforme sugerido pelas empresas, correspondendo às condições em que estas adquirem o fumo do produtor mediante suas especificações normativas. Já a *ilustração 12* indica desconformidade com a organização de utensílios recomendada pelas empresas, as quais frisam a necessidade de estes estarem protegidos, acondicionados em lugares seguros e à disposição para serem usados de forma imediata quando da necessidade. Como observamos, as bandejas para semear as plantas estão dispersas, jogadas ao relento e sofrendo maior desgaste nessas circunstâncias.

Essa circunstância, todavia, exemplificada pela *Ilustração 12*, deve ser relativizada, descolada da idéia fácil de responsabilizar o agricultor por falhas em sua organização para o trabalho. Características como essas podem sinalizar fatores de resistência do agricultor em assumir integralmente os ditames do que lhe é imposto. Possivelmente, a falta de entusiasmo por aquilo que faz e a noção de baixa valorização pelo trabalho desenvolvido, direta ou indiretamente, repercutem no seu dia-a-dia e nas formas como o trabalhador executa as atividades.



Ilustração 11 – Bandejas de isopor para semear as plantas, guardadas no paiol com o restante do material agrícola.

Fonte: registro fotográfico do autor, abr./2006.



Ilustração 12 – Bandejas de isopor para semear as plantas, deixadas ao relento, perto do local onde é feito o canteiro de mudas.

Fonte: registro fotográfico do autor, maio/2006.

Num patamar mais avançado, nas condições em que o agricultor está integrado às empresas fumageiras, o valor ao trabalho é dado por terceiros e com base nos resultados atingidos pelo agricultor, ou seja, pela textura específica e demais condições de qualidade do produto, bem como pelo seu rendimento médio de produção. O valor, dessa forma, é qualificativo vindo de fora do canteiro de trabalho, das empresas fumageiras, consubstanciado cada vez mais por uma análise técnica dos funcionários destas organizações em correspondência com os fluxos do mercado, que demandam certa qualidade do produto, esta sempre volátil e reformulada pela lógica do consumo no mercado amplo, internacional.

O que antes era definido pelos próprios agricultores como trabalho bem-feito, a partir de suas condições, necessidades e disposição produtiva, no ambiente familiar e comunitário, hoje é definido como bom ou mau trabalho nas esteiras das empresas de recebimento do fumo, em consonância com as cotações do mercado. O próprio agricultor muitas vezes não entende a lógica do resultado da avaliação de seu fumo por parte dos compradores e representantes da empresa para a qual está vendendo, o que lhe causa em muitos casos uma revolta interna e silenciosa, repercutindo no convívio familiar ou entre os vizinhos mais próximos. É ilustrativo desse aspecto o depoimento de um agricultor:

(...) como tá esse ano não tá adiantando. Fumo bom ou ruim não tá adiantando, eles estão vendo igual. Tem muitos aí, com fumo bom, tão mandando e tão quase chorando, né. Que nem aí, um vizinho meu, do outro lado, que passou pra cá, deu 16 pila a média do fumo dele. Ele vendeu a 62 o mesmo fumo. Isso aí ele mandou lá um fumo, a coisa mais linda e deu 59 pila. O melhor dele. Ele até veio de lá, rasgou a nota, queimou dentro do fogão. Tive lá um dia de noite, brabo que tava. (*Produtor de fumo, do distrito de Alto Paredão*)

O ganho concreto, em dinheiro, que o agricultor recebe por seu trabalho pode não estar em consonância com o valor que ele próprio dá ao que realiza a partir de seus anseios, projetos, ações e dificuldades que encontra no campo de atuação. Esta, porém, não é uma característica da atualidade. Depoimentos de agricultores mais idosos, que viveram no ambiente de trabalho antes da intensificada introdução dos pacotes tecnológicos das empresas de fumo,

relatam e atribuem significado ao seu trabalho como sendo uma forma de luta e sofrimento a ser vencida dia após dia. Relacionada a um tempo remoto, essa significação do trabalho identifica-o como um instrumento de luta a ser utilizado, perfazendo o imaginário daqueles que viveram um ambiente que exigia intenso esforço físico, pois o agricultor vivia num lugar inóspito e sem facilidades, onde devia transpor as dificuldades para que sua família pudesse sobreviver; nem sempre, contudo, conseguia alcançar o que era esperado. O trabalho duro, da enxada, por sua vez, era um balizador de segurança, porque se caracterizava como única possibilidade de sobreviver num ambiente difícil, austero, com pouca manobra por parte do agricultor.

A forma de trabalhar mudou muito e as condições também, né. Que nem antes, a lenha, o pessoal fazia tudo no braço. Hoje tem as motosserra e coisa. Facilita muito. E outra coisa é os veneno que eu te falei. Antigamente tu fazia tudo. Antigamente tu fazia as lavoura tudo com arado. Hoje não, hoje tu bota trator na terra e deixa tudo pronto né. E antigamente não existia, não tinha trator. Hoje os vizinho ai tem. (*Produtor de fumo, 42 anos, distrito de Monte Alverne*)

Esse significado do trabalho como algo necessário e virtuoso, apesar de sofrido, dá sentido às formas de vida e à própria identidade do sujeito que vive no e do campo. Ao falar de uma trajetória de “mãos calejadas”, observamos uma vida de privações e conquistas de um jeito de ser, de uma forma concreta daquele que luta no campo para sobreviver pelo seu trabalho e que, junto a isso, dialeticamente, envolvendo as condições culturais e subjetividades, detém uma forma própria de se vestir, de falar, enfim, de ser e de se fazer representar. Esse sentimento se mantém nos dias atuais e não esmorece até mesmo com a suposta desqualificação do trabalho do agricultor, o qual perde força na avaliação de sua própria atividade, pois não mais pode definir o que é bom ou mau produto, bom ou mau trabalho. Fica encarregado disso o olhar técnico e meticuloso dos compradores do produto agrícola, submetendo cada vez mais o produtor ao jogo dominado pelas leis de mercado.

(...) é um serviço pesado. Na colônia é assim, serviço leve... pelo menos na fumicultura é assim... não tem serviço leve. Vem desde o início, é um serviço pesado. Sempre foi um serviço pesado, sempre foi, enquanto a fumicultura existir vai ser sempre assim. Pode perguntar para todo mundo, todo mundo deve falar a mesma coisa. (*Produtor de fumo, 52 anos, do distrito de Alto Paredão*)

Com certo fundo mítico, tendo por base o provérbio bíblico que afirma que “do seu esforço e sofrimento é que o homem ganhará o seu pão”, os agricultores vivenciam um sentimento de luta e honradez, revigorando seus tempos difíceis ou de seus parentes mais próximos, suas sagas em abrir estradas, em capinar e limpar as lavouras, em cortar árvores à força de machados e enxadas. Alguns vinculam a isso os tempos dos imigrantes que ali chegaram sem nada e trabalharam muito para construir o seu espaço, com seus únicos esforços. Há um sentimento de trabalho sofrido e a noção de que a vida no trabalho é uma luta constante em razão das diferentes experiências vividas.

Esse significado do trabalho é renovado e ainda viceja na expressão dos agricultores. Se a vida anterior era difícil por não existirem as facilidades do mundo moderno, como iluminação, estradas, instrumentos e técnicas de trabalho mais sofisticadas, exigindo muito esforço físico de toda a família, as formas de trabalho modernas, ainda que em outras condições, também representam sofrimento no trabalho. Isso ocorre em razão do nível de dedicação e atenção que devem ter permanentemente, juntamente com a insegurança em relação a como será classificado o fumo produzido e ao possível baixo valor em termos de rendimentos financeiros.

Também o trabalho atual enseja outros fatores que não despontavam no “sistema antigo”, como o uso excessivo, segundo alguns agricultores, de “veneno” (agrotóxicos), o que debilita a saúde das pessoas e torna o trabalho mais “judiado”. Frisamos ainda o aspecto da preocupação em garantir uma boa produção, que salde as dívidas contraídas para a obtenção dos próprios agrotóxicos e outros insumos “indispensáveis” à produção. A dívida é, ela própria, um elemento singular e estranho, contraído individualmente pelo agricultor em razão de sua integração aos empreendimentos fumageiros. Em relação a isso, especificamente, temos a seguinte referência de um dos agricultores:

Antigamente não tinha muito dessa preocupação, porque se tu ia fazer uma lavoura, era de baixo custo. Hoje não, hoje os fertilizante custam alto. Se tu não fizer um produto de alto mercado, tu não vai

pagar o teu custo. (*Produtor de fumo, 53 anos, do distrito de Alto Paredão*)

A dívida é algo aqui que reforça a conotação do sofrimento e da necessidade de lutar para superar as dificuldades, estando ligada à renovação do significado de outrora em relação ao trabalho. Ao contrair uma dívida para poder exercer as atividades na lavoura segundo os patamares tecnológicos modernos, a preocupação do produtor em pagá-la é evidente, pois, além de determinar a continuação do trabalho desenvolvido, a noção de honra também está aqui incrustada e é um balizador das relações sociais na própria comunidade, que também classifica os sujeitos conforme o seu desempenho no cumprimento dos deveres assumidos.

O agricultor que deve na empresa, no bar ou para outro agricultor é malvisto, é uma pessoa que não sabe se organizar no trabalho, que não tem a credibilidade e a capacidade para tal, ou é tachado de preguiçoso pelos demais. De qualquer forma, o agricultor é um sujeito que sofre e que deve mostrar seu vigor pela sua obstinação no que produz, condição esta da própria identidade de ser agricultor.

(...) a gente começa às 6 da manhã e tu pára um pouquinho no meio-dia e vai até 10 e meia, 11 horas da noite. Quantas horas se trabalha por dia... principalmente na época de colheita. É bem puxado. Quando é plantio ou limpar, não. Daí tu chega em casa às 7 e meia, 8 horas, daí tu trata os bichos e pode tomar o teu chimarrão. Só que quando o fumo tá no galpão, tu tem que vir amarrar o fumo. É complicado, aí vai até umas 11 horas da noite. (*Produtora de fumo, 37 anos, distrito de Boa Vista*)

Vive-se num processo permanente de luta, conquistas e perdas, antes mais vinculado às intempéries e dificuldades naturais e ao difícil acesso ao mundo moderno; atualmente, as próprias facilidades do mundo moderno e das relações industriais inseridas no ambiente rural trazem novos referenciais a um imaginário de sofrimento ainda fixado na consciência e nos aportes culturais e identitários do agricultor.

3.3. Confronto e divisão do espaço social

As comunidades do interior santa-cruzense, em suas estradas e picadas (estradas vicinais), caracterizam-se por terem “as portas e janelas das casas abertas”, isto é, todos os vizinhos geralmente se conhecem, possuem informações um do outro; em muitos casos as relações são fortalecidas por laços de amizade e até de união conjugal entre seus integrantes. Com o trabalho sistematicamente mais individualizado, no entanto, a relação de distanciamento e proximidade configura-se em circunstâncias diferentes, do isolamento na execução do trabalho aos encontros espontâneos ou formais, como visitas ou reuniões festivas. Nesses encontros, inclusive, são discutidas novas formas de procedimentos técnicos, resultados alcançados em termos de qualidade e produção, assim como o preço obtido na venda de determinado produto e as quantidades produzidas. A pressão por bons resultados também é constante, afinada a um cabedal discursivo em favor do aprimoramento, da noção de qualidade, utilizado pelas empresas e reforçado pelos próprios agricultores mais sintonizados com este discurso a partir de suas experiências próprias.

(...) trabalhar dentro da técnica é fazer tudo conforme como tem que ser feito. Não plantar de mais. Plantar... fazer os canteiros na hora certa, fazer o transplante da muda na época certa, a salitragem tem que ser na época certa, a limpeza na época certa, a colheita deve ser na época certa, aplicar o produto no broto tem que ser na hora certa. Se faz assim, leva lá 15 ou 20 dias, 10 dias atrasado já cai a produção. Com certeza. Esta experiência a gente tem. Experiência minha, porque cada um tem uma forma de trabalhar. (*Produtor de fumo, 62 anos, do distrito de Alto Paredão*)

A qualidade e o aprimoramento constante são inseridos na concepção ética do trabalho como forma de luta, na qual o vigor e a persistência devem estar presentes, independentemente do sofrimento sentido por quem o executa. Dessa forma, os empreendimentos industriais consolidam-se, visto que, além de estrutura fundiária adequada para a produção de fumo, existe uma ética do trabalho que reverencia a força do homem, que, mesmo envolto em dificuldades, persiste em sua jornada de trabalho, encontrando razões em si mesmo, como agricultor que é, que sofre para transpor os percalços com seu

esforço, não desistindo, seguindo adiante, enfim, perseverando em seu trabalho.

A noção do capricho na propriedade, de boa condução das atividades, de uma vida regrada pelo trabalho é referência também antiga e que vai ao encontro das necessidades atuais de qualificação da propriedade visando a melhores resultados produtivos e de um fumo de acordo com os padrões específicos de sua demanda.

Eu acho que tudo o que tu não fizer bem feito vai ter suas conseqüências logo ali adiante. No convívio, se tu caprichar, se tu tiver um pátio caprichado, lavoura caprichada, tu tem mais vontade de ir pro serviço. Se tiver tudo atirado o cara não tem vontade de ir. *(Produtor de fumo, 48 anos, distrito de Rio Pardinho)*

Eu classifico organização em primeiro lugar. Estar organizado... isso as empresas... não penso só negativo, anos atrás tinha programa de 5S, de como organizar a propriedade. Isso ajudou muito quem prestou um pouquinho de atenção. Até o lixo, as ferramentas, ter cada coisa em seu lugar. Fizeram este trabalho. Qual é a ferramenta que eu preciso usar todo o dia e qual é a que três ou quatro mês eu não uso. Tudo isso. Organização. Outros dizem capricho. Até Venâncio Aires tem o programa "Produtor Modelo". Na propriedade foi uma coisa muito boa. A gente nunca sabe tudo. *(Produtor de fumo, 57 anos, do distrito de Monte Alverne)*

Aquele que capricha é o que cuida de todos os detalhes da produção, é o que está mais em sintonia com os novos sistemas de práticas de produção e que, por conseqüência, obtém melhores resultados, segundo alguns agricultores. Ser caprichoso é uma classificação interna do próprio meio dos agricultores, da própria comunidade rural. "Quem capricha, sabe como é que é, é bem visto" *(agricultor, do distrito de Boa Vista)*. Atualmente, também é estar integrado a um sistema de valores modernos de trabalho, no qual há a necessidade de adaptação às novas exigências do mercado, ao contrário de quem vive num "sistema antigo", que vive no passado e não assimilou a noção de como se deve trabalhar de forma moderna. Não basta apenas o esforço de tempos passados; o agricultor deve ter planejamento, buscar a tecnologia adequada para que possa produzir e manter sua família num projeto de trabalho novo, pois só assim, pode se considerar produtivo e corresponder às novas exigências do desenvolvimento produtivo.

A tecnologia, dessa forma, é um componente primordial para as pretensões de uma lavoura com rendimentos substantivos, voltada para o mercado, o que possibilita a remuneração financeira do agricultor para que possa adquirir outros bens também no mercado – produção característica envolvendo o valor de troca das mercadorias.

A referência a ser “caprichoso” coincide com o que o meio empresarial busca, dando sentido e possibilidade adaptativa ao agricultor de corresponder ao que lhe é exigido. Em sentido lato, capricho pode significar: 1) *desejo impulsivo, sem justificção aparente*, 2) *fantasia, extravagância*, 3) *teimosia, obstinação, como também*, 4) *esmero, apuro* (Dicionário Aurélio). Isso corresponde a algumas qualificações dadas pelos próprios agricultores, pois quem é caprichoso tem o *desejo* de fazer as coisas certas. Constitui, à primeira vista, uma característica pessoal, numa alusão à *teimosia* e à *obstinação*, mas que, no fundo, tem um envolvimento cultural e de reforço a práticas e condições de trabalho que levam em consideração a necessidade do *esmero*, *apuro*, por parte daquele que produz.

O tensionamento entre se adequar às empresas, migrar para a cidade e realizar o seu trabalho de forma autônoma, de qualquer forma, está presente em todos os momentos e faz parte do jogo de palavras e possibilidades anunciadas. Alguns dos entrevistados tiveram alguma experiência de trabalho e moradia na cidade, esboçando uma tentativa de se adaptar a outros meios, mas voltaram para o campo por não terem obtido sucesso nessa investida, deixando claro que não conseguiram se adaptar ao meio urbano, pois ser agricultor e dispor de sua liberdade e autonomia, embora muito questionáveis no atual contexto, é algo que singulariza as suas vidas em relação ao ambiente urbano.

Na cidade, esses mesmos agricultores se disseram vigiados permanentemente, sendo mandados por suas chefias a realizar determinadas tarefas, com horários rígidos e necessidade de “bater” o cartão na entrada e na saída de seus expedientes de trabalho, típica relação de trabalho urbano-

industrial. Demonstrem-se, pois, por parte daqueles que retornaram ao rural um sentido de pertencimento ao ambiente originário e a referência de estarem trabalhando para si, tendo seu espaço de autonomia, embora haja a pressão permanente e o risco assumido de realizar uma produção de alto custo, além da necessidade de honrar os compromissos e encargos de dívidas contraídas. Aliás, foram alguns desses aspectos que os levaram exatamente, num primeiro momento, a buscar outro meio de vida na cidade.

Se eu morar na cidade e trabalhar, não quero, porque eu gosto do interior. Adoro, adoro trabalhar na terra. Dá pra dizer, eu prefiro mais ir pra roça, trabalhar com enxada, trabalhar com a terra, do que ficar em casa cuidando de filho e fazendo comida. Por isso que a mãe cuidou ele quando nasceu (aponta para o filho), por isso que a minha mãe sempre cuidou ele. Ela já é doente, né. Eu sempre digo, se é para morar na cidade, eu não quero. Eu trabalhei quando solteira na casa de um médico. Só que lá também, eles eram super bons, eram ótimos... lá daí, quando eu casei, saí. Vou ainda visitar, mas trabalhar de novo eu não quero. Gostei da família, só que passar o dia inteiro trancada em casa... todo o dia a mesma coisa... lavar, passar, cozinhar. É uma rotina. No interior não. Eu saí até porque casei, senão até tinha ficado, mas isso foi antes das verduras que a gente começou. Aqui era fumo, fumo e fumo. *(Produtora de fumo e produtos agroecológicos, do distrito de Santa Cruz do Sul)*

De forma muito sintomática, a tensão que diz respeito ao modo tradicional de trabalho, à cultura local e às novas formas de produção inseridas pelo sistema industrial no campo caracteriza-se como um subproduto das condições e relações contraditórias, envolvendo os interesses e as possibilidades pensadas e buscadas pelos indivíduos. A referência do agricultor está no trabalho ligado à terra, em sua autonomia, mas que, de certa forma, é questionada muito em razão das carências e das novas questões inseridas na vida do campo, as quais já faziam parte da vida urbana, como a necessidade de qualificação educacional, de aprimoramento funcional, de organização sistemática do trabalho, dívidas, relações comerciais adversas, entre outras questões.

Embora com um aporte cultural que dá significado ao trabalho como sendo uma ferramenta de luta e da própria construção da identidade do agricultor, de uma vida simples, de muito sofrimento e abnegação às suas

tarefas, o desânimo e a frustração também fazem parte de sua vida e do modo como vincula seu presente às possibilidades e condições futuras.

No campo das relações produtivas agrícolas em Santa Cruz do Sul, os agricultores integrados ao sistema produtivo de fumo sentem mais a carga do desconforto pelas condições de imprevisibilidade dos mercados e pelos baixos preços que recebem por seu produto do que outros agricultores que trabalham dentro da sistemática dos produtos hortifrutigrangeiros. Segundo aqueles, muitas vezes fica difícil entender em que condições estarão negociando seus fumos. Eles se referem a uma suposta exploração que vêm sofrendo de parte das empresas que classificam a produção e definem os preços que lhes serão pagos – algumas referências a serem escravos das empresas são enfaticamente feitas. Alguns também citam as ações dos governos, pela sua alta taxaço de impostos, falta de políticas agrícolas e manutenção artificial do câmbio, que supervaloriza a moeda nacional e prejudica as exportações. Este último aspecto prejudica porque, na visão de alguns agricultores, os prejuízos das empresas pelo câmbio desfavorável à exportação são repassados aos mais fracos da cadeia produtiva, isto é, ao agricultor, pois aquelas sempre querem ter vantagem, tendo uma margem de lucro fixa da qual não abdicam.

Acho que é a questão do dólar muito baixo, né. Este ano eles pioraram a compra pelo dólar. As empresas têm uma margem de lucro de 30%, eles não sabem ganhar um ano 20, eles ganham 30 igual e o colono que paga. Se tá ruim de exportar, o deles eles vão ganhar igual, se é 30 é 30. Eles roubam do colono. Há três anos atrás tinha gente vendendo os fumo a 80, agora tão fazendo média este ano a 60. Do jeito que estão comprando não vai dar a 60. (*Produtor de fumo, 35 anos, distrito de Santa Cruz do Sul*)

Na atual conjuntura de comercialização do fumo, além da própria condição estrutural capitalista e da permanente busca de vantagens competitivas num mercado cada vez mais acirrado, podem ser listadas três grandes condições que desfavoreceram o preço do produto vendido pelo agricultor às empresas: 1) a pior qualidade do fumo, em razão dos efeitos da seca que se abateu nos últimos dois anos na região, 2) a superprodução de fumo nessas condições e, justamente, 3) a supervalorização internamente da moeda real em relação ao dólar, dificultando os ganhos das empresas na

exportação e, conseqüentemente, os dos agricultores, como avaliado corretamente por alguns agricultores e exposto anteriormente.

Nessas condições, os efeitos e críticas por parte dos agricultores são um misto de desconfiança e revolta. Percebemos nas manifestações não só formas intempestivas de pronunciamentos, reflexo de condições adversas, mas um olhar reflexivo, ora cético, ora alentador, em busca de estratégias para superar a crise que se abate sobre o setor, bem como de saídas viáveis, que possam sugerir alternativas dentro da proposta da economia agrícola familiar.

Os momentos de dificuldades ou de crise social, política e/ou econômica são fecundos para pensarmos nas possibilidades, alternativas e estratégias de ação, e com os sujeitos produtores agrícolas de Santa Cruz do Sul não é diferente. As manifestações mais fortes em relação à situação atual do mercado agrícola e das empresas que o monopolizam correspondem exatamente àqueles que podem ser chamados de “caprichosos” do fumo, utilizando-se a nomenclatura interna criada pelos próprios agricultores. Os caprichosos são aqueles que poderíamos caracterizar como os mais adaptados e integrados ao sistema produtivo fumageiro, mas que, ao perceberem que seus esforços não estão sendo revertendo integralmente em vantagens e ganhos financeiros em relação aos outros agricultores, dirigem suas críticas ao sistema e às condições em que vivem e trabalham.

Geralmente, os mais adaptados ao sistema possuem melhores condições de vida, as quais não estão relacionadas apenas aos seus feitos produtivos atuais, mas a melhores condições herdadas de seus antepassados, melhor acesso a serviços públicos e meios de informação, experiência de trabalho junto às grandes organizações, posse mais antiga da terra em que atuam, entre outros aspectos isolados e/ou inter-relacionados a estes. Tudo isso lhes possibilita melhores referenciais sobre formas e práticas modernas de trabalho e condições, inclusive infra-estruturais, de realizar um trabalho segundo os parâmetros organizacionais exigidos pelas empresas modernas.

Ao certo, podemos identificar entre distintos segmentos de agricultores, suas diferentes ênfases inseridas numa matriz discursiva comum, que tem em sua substância a referência da ampliação produtiva, do suporte tecnológico e busca de rendimento financeiro, independentemente do que produzem e de como estão inseridos em determinada estrutura produtiva.

Ao destacarmos cinco fragmentos de entrevistas realizadas (fragmentos I, II, III, IV e V), podemos observar a ênfase nas relações contraditórias dos grupos de agricultores entre si e com as grandes estruturas empresariais que dominam o espaço das relações produtivas no município de Santa Cruz do Sul. Destacamos o envolvimento de cinco sujeitos em suas nuançadas perspectivas, cada um possuindo, *grosso modo*, formas distintas de participação na teia de relações estabelecidas no campo social e produtivo - campo social em que as idéias e práticas não são estanques, mas dinâmicas, confundindo-se e inter-relacionando-se. Grupos de agricultores mais adaptados ao processo produtivo de fumo até o outro lado da ponta da organização produtiva agrícola no município, ou seja, aqueles que romperam com essa prática produtiva hegemônica, desenvolvem estratégias e práticas consoantes e dissonantes conforme suas possibilidades e experiências concretas adquiridas. Isso porque as condições concretas num campo de produção são sempre relativas, podendo gerar e ser geradas por uma união de fatores que podem levar em conta práticas construídas envolvendo grupos de trabalho, idéias inseridas por meio de agentes externos, disposições subjetivas, enfim, um rol de possibilidades que podem estar em jogo e fazer parte do corpo dos empreendimentos relacionais. Assim, as condições concretas estabelecidas não constituem um espectro relacional fixo, mas este se caracteriza por sua dinamicidade, embora tais condições, que dizem respeito às estruturas econômicas, políticas e sociais, demarquem as correspondências entre os sujeitos, suas semelhanças e suas divergências.

As primeiras posições (I e II) são de agricultores que se adaptaram ao sistema de organização do trabalho exigido pelas empresas. Com profundo senso da necessidade de uma produção voltada para o mercado e do uso da mais alta tecnologia disponível, este perfil de agricultor retrata a disposição dos

sujeitos de estarem inseridos nas relações comerciais modernas, embora, na atual fase de comercialização do fumo, sintam-se explorados por um capital que determina as regras da comercialização e os preços dos produtos. Estes agricultores sentem-se presos, dessa forma, a uma lógica produtiva e não encontram saídas que os insiram em outras dinâmicas produtivas, possibilitando a diversificação da produção na região. Muito embora o agricultor da fala II, participante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), tenha um sentido de grupo e cunho ideológico classista mais saliente – “isso que produzimos a mais não é nosso” – e busque alternativas em termos de mobilização e aporte de poder reivindicativo entre seus pares perante as empresas fumageiras e poderes públicos instituídos, permanece vinculado ao sistema corporativo em questão (*Ilustração 12*).³⁴

I

A gente tem uma convicção, que **tá no sangue a lavoura**. A gente se criou, tá no hábito. **A gente tem aquela fé, aquela luta**. Pensa... a geração mais nova não quer levar por este tipo de atividade, mas até eu chego a me sentir assim... (pausa) meio..., como eu vou dizer... (pausa) tem dia que o cara **se sente meio explorado**. **Perde um pouco o ânimo de trabalhar**, pensa que vai ganhar um certo valor, mas não ganha. Eu penso assim... na hora que tu vai comprar os teus implementos agrícolas, teus insumos, este **preço vem de lá, da empresa pra nós**. Depois na hora de vender é a mesma coisa. As empresas que põem o preço que vão pagar. Daí eu acho... que é ruim assim. Eles pagam o que eles querem. (*Produtor de fumo, 53 anos, do distrito de Alto Paredão*)

II

Mudou muito, tecnicamente, a maneira, o manejo do fumo hoje, comparado com 40 anos atrás, mudou bastante. Nós produzimos mais, com mais facilidade, mas, com certeza, **isso que produzimos a mais não é nosso**. Não é nosso, nós não ganhamos isso. Fica com as empresas. A sobrevivência... há 30 anos atrás, se fizesse uma colheita como normalmente se faz hoje, estaríamos muito bem. Hoje não acontece isso, hoje é necessário fazer este nível de colheita pra sobreviver. Tem um fácil manejo, tem tecedera, as estufa melhor instalada, as variedades de fumo, técnicas na lavoura, tudo isso mudou, mudou bastante. **Mas isso não representa em mais lucro**. (*Produtor de fumo, 57 anos, participante do MPA, do distrito de Monte Alverne*)

(*grifos do autor*)

³⁴ Todos os anos acontecem manifestações no município de Santa Cruz do Sul promovidas pelo MPA. Basicamente, nesses atos, as reivindicações ressaltadas são para obtenção de melhor preço e classificação do fumo entregue às empresas, bem como por melhores condições e fontes de financiamento por parte do Estado, como descontos e facilidades no pagamento de dívidas contraídas. No ano de 2006 foram poucas as manifestações que buscaram ressaltar a possibilidade de uma nova matriz produtiva para a região, muito menos em estabelecer processos que orientem o agricultor a diversificar sua estrutura produtiva.



Ilustração 13 – Passeata do MPA pelas ruas de Santa Cruz do Sul – reivindicação de melhores condições nos financiamentos e classificação do fumo.

Fonte: registro fotográfico do autor, Maio/2006

No fragmento III pode ser retratada a noção de um agricultor pouco adaptado às novas necessidades do mercado e às novas tecnologias. Muito embora perceba que as exigências mudaram e que deve realizar o serviço de acordo como o que lhe pedem, este agricultor protesta em relação às novas formas de trabalho exigidas; trata as novas exigências das empresas como um “luxo”, isto é, como minúcias que, em certo ponto, não lhe dizem muito respeito, dificultando ainda mais o trabalho, que agora deve ter procedimentos mais regulares e de cuidado extra, nos mínimos detalhes, como não dispor o fumo no chão. Salaria que, dessa forma, o trabalho ficou mais difícil, pois acarreta o dobro de serviço se comparado ao sistema antigo de trabalho, visão totalmente contrária à daqueles que vêem na tecnologia uma facilidade e que dizem que o sistema atual facilitou muito o trabalho do agricultor.

III

Mudou no serviço, **agora que tem mais luxo**. Não é pra largar no chão, antigamente largava assim. Limpava bem a varanda se tivesse pó e botava no chão. Agora não querem que largue. Tem muito luxo. **Dá o dobro de serviço pro colono**. Dá o dobro de serviço do que antigamente. E isso eu posso contar. (*Produtora de fumo, do distrito de Alto Paredão*)

(grifos do autor)

Percebemos nessas posições divergentes as ênfases dadas pelos sujeitos a seus trabalhos e às novas formas neles inseridas. Para o agricultor que possui dificuldades ou aversão a se adaptar às novas exigências de produção, o realce é feito com base na sua percepção de que há mais dificuldades no trabalho atualmente, pois ele deve ser mais detalhista, o que, por conseguinte, implica uma carga de atividades maior, exigindo-lhe mais. Coloca, pois, num segundo plano as condições do trabalho braçal e do excessivo esforço físico que se fazia antigamente, aspecto este aludido com destaque por outros agricultores, os quais salientam que a tecnologia veio facilitar o manejo da lavoura.

As passagens IV e V são de produtores que não plantam atualmente fumo. Dentre os fatores que os conduzem a não mais plantar fumo os mais importantes são a oportunidade de compor um segmento no mercado de verduras e frutas, podendo abastecer a população e auferir com isso aporte financeiro, e a perspectiva dos agroecologistas mediante assessorias e propostas de trabalho que visam romper o relacionamento com as empresas e o processo de exploração do trabalho ligados a elas. Tais perspectivas, em seus sentidos mais abstratos, polarizam-se, repercutindo na visão de mundo dos sujeitos e do sistema ideológico ao qual cada grupo se corresponde.

A perspectiva do rompimento, com ênfase no segundo aspecto acima, não se distancia da possibilidade de os produtores atingirem um segmento de mercado que possa lhe dar condições de sustentação, mas a busca por mercados não os dispensa das formas e qualidades específicas que os caracterizam. Observa-se um fundo ideológico muito forte na fala de alguns agricultores que romperam com a produção de fumo, retratando

discursivamente aspectos que também buscam romper com a lógica do sofrimento e da abnegação excessiva ao trabalho, embora o sentido de luta continue presente e o espectro mítico do trabalho e a identidade de homem do campo estejam preservados. Este grupo caracteriza-se como produtores ecologistas, dispostos a buscar um trabalho mais condizente com a preservação do meio ambiente e com a saúde dos indivíduos. Buscam, igualmente, cooptar outros agricultores para tal fim – conquista de novos adeptos -, estabelecendo um contraponto direto com o sistema convencional de agricultura, seja com o pacote tecnológico fumicultor, seja com o dos “verdureiros” que se utilizam de agrotóxicos. Nesse sentido, focam o aspecto de não estarem presos a uma restritiva orientação tecnológica, de não contraírem dívidas na compra de insumos, de conquistarem um foco no mercado, entre outros aspectos.

IV

Eu acho que **o que dá mais dinheiro é a verdura**. O fumo também dá dinheiro, mas dá muita mão-de-obra também. Os caras que plantam fumo... se tem uma turma de três, quatro, cinco pessoas, daí dá o fumo caprichando. Mas **o veneno é muito perigoso**. *(Verdureiro, 58 anos, do distrito de Santa Cruz do Sul)*

V

Outra preocupação é fazer parreira. Por exemplo, vizinho que você não consegue convencer, mesmo se mantenham desta forma de produzir, que acha que o fumo é opção, **escravos do fumo...** então a gente faz parreira, cana de açúcar, até o próprio mato plantando na beira pra que seja assim, uma propriedade protegida. Claro, totalmente não é possível, mas vamos fazer tudo que puder. É uma parte de agricultura sustentável. **A outra com certeza não é, a nossa é sustentável**. Tanto para o agricultor como para a terra produzir sempre. Existe variedades, por exemplo, a batatinha, o tomate, que dizem que é da mesma família do fumo. Então são produtos, por exemplo, quando domina, o fumo domina uma região, o ar tá poluído. A batatinha, o tomate a gente planta em pequenas quantidades. Então, com certeza, **o ar tá poluído né**. O fumo faz que a batatinha não dê. Então são coisas que **a gente já né, tá percebendo**. *(Produtor de agroecológicos, 25 anos, do distrito de Santa Cruz do Sul)*

(grifos do autor)

Reflexo das práticas e das idéias dos diferentes subgrupos que caracterizam os agricultores de Santa Cruz do Sul, as possibilidades de diversificação produtiva no município são realçadas pelas contradições das idéias e pela falta de entendimento homogêneo do que seja realmente uma diversificação produtiva. Para a maioria dos entrevistados, diversificar a produção numa região é entendido como cada propriedade “plantar de tudo”. Para alguns, esta proposta seria inviável financeiramente, pois não se conseguiria mercado, devendo o agricultor se especializar realmente em apenas um ou num reduzido número de produtos.

Esta visão salienta ainda que a diversificação interna na própria propriedade serve apenas para o abastecimento do núcleo familiar, para “mantimento”, sendo impossível, então, realizar a comercialização e obter rendimento num processo produtivo mais intenso, quantitativa e qualitativamente equilibrado. Tal idéia contrasta com a noção de um sistema produtivo no qual possa existir a diversificação entre o conjunto dos agricultores, segundo uma organização entre unidades produtivas que se complementem em seu conjunto, ou seja, na qual as unidades produtivas poderiam elencar seus produtos prioritários e, respaldados num sistema de troca, fornecer e consumir por intermédio do mercado os diversos produtos disponíveis.

Eu tô no setor fumo e, enquanto der, eu vou continuar. E procurar ver se aparece alternativas melhores para mais adiante. Por enquanto tá difícil. Nós aqui, nesta região, nas propriedades que têm pouca terra, a gente tem que continuar neste setor. Procurar cortar custos onde é que dá, na produção, mão de obra e ir levando, até que melhore de novo. (*Produtor de fumo, 38 anos, do distrito de Rio Pardo*)

Diversificação. Deve ter outra coisa, porque tem tanta região que não se planta fumo e os caras vão bem também. Eu também acho que não se fala muito em diversificação, isso é uma coisa que eu não acredito muito nisso. Se tu vai fazer muita coisa, tu vai fazer muita porcaria também. E hoje, de repente tu vai te atirar prum lado, a hora que o fumo realmente acabar, se acabar, aquilo que tu investiu pode estar totalmente errado. Dá pra fazer alguma coisa junto, mas isso garantido já né... se alguma coisa é boa todo mundo se atira e acaba com isso. A gente aqui planta, eu tinha o milho doce, plantava arroz, duas, três safras aí, mas este ano eles tavam com estoque e nem deixaram plantar. Alegaram estoque. Aí não plantaram. (*Produtor de fumo, 48 anos, do distrito de Rio Pardo*)

A questão da diversificação fica dúbia em muitos instantes para o agricultor. Falta corpo conceitual sobre como se poderia diversificar uma propriedade, ou até mesmo uma região, mantendo os moldes de uma sociedade moderna, na qual as inovações e o consumo fazem parte do desejo do agricultor e de sua família. O tema da diversificação e de não depender de forma tão intensa de determinado produto é assunto corrente entre os agricultores, embora faltem um amadurecimento e propostas factíveis que os mobilizem para tal. Atualmente, o que mais mobiliza o agricultor a buscar saídas à monocultura do fumo são suas próprias dívidas e o desânimo falimentar em continuar com esta atividade, o que pode leva-lo a um maior isolamento e empobrecimento, fechando-se em sua unidade produtiva até seu possível e derradeiro esgotamento. Esta possibilidade, assim como outras, de qualquer forma, está vinculada às experiências sempre dinâmicas e maleáveis dos agricultores em determinado contexto e do modo como se caracterizam em seus segmentos de atuação dentro do campo relacional que buscamos estudar.

4. TRABALHO: INTEGRAÇÃO E/OU ISOLAMENTO ?

Com a intensificação das relações de mercado no meio rural de Santa Cruz do Sul a partir do forte implemento do aporte econômico e de negociação por parte de grandes empresas internacionais do ramo fumageiro e, diante disso, de sua relativa reformulação dos padrões de consumo, convivência e das mudanças nas práticas que o trabalho adquire em face das formas pelas quais se estrutura o agricultor familiar local, observamos a fluidez de dinâmicas e posturas sociais atravessando o corpo contextual das interações entre os sujeitos. Em certos momentos, as novas dinâmicas impostas aos agricultores negam veementemente padrões antigos de trabalho; em outros momentos e circunstâncias, buscam, não sem confronto e percalços, adaptá-lo às normatividades de trabalho lançadas pelos grandes empreendimentos que dominam o setor de produção de fumo.

Fica evidente, por conseguinte, um quadro de consonância e dissonância, até mesmo ao se tratar de indivíduos isoladamente e em suas interações neste campo de relações sociais, as quais, ao se contradizerem de diferentes formas, consciente ou inconscientemente, mediante suas condições sociais, encaminham em suas práticas possibilidades de mudança e de dinamização de sua própria condição e singularidade.

Nada é tão variável quanto a situação de cada indivíduo concreto ao se deslocar, já que, dependendo de seu sexo, de sua idade, da condição familiar e posição no grupo assim constituído, de seus investimentos escolares e culturais passados, duas viagens entre os

mesmos pólos podem ter significados totalmente diversos para a existência de um mesmo indivíduo. (GARCIA, 2003, p.177)

É preciso deixar claro, entretanto, que um processo desse porte, por sua própria natureza, substantivada na contradição de posturas e defesa de interesses, não é um movimento homogêneo e simétrico, muito menos referência que possa ser transplantada simplesmente para outros contextos. Por outro lado, certos fenômenos podem se robustecer e atingir a órbita mais abrangente do espectro social e, também, ser comparados a outros eventos em sua aproximação, oriundos que devam ser e se corresponder a uma mesma estrutura social, política e econômica que os caracteriza e os integra em sua totalidade.

Subjacentes às dinâmicas de intervenção e correspondência entre os sujeitos envolvidos em processos sociais, podemos constatar a produção de vários fenômenos sociais muito próprios da correlação de forças e do embate ou assimilação com que os sujeitos se deparam vivendo em sociedade. É fulcro apreendido, portanto, do próprio processo social em que se dispõem os sujeitos no campo social e onde se estabelecem as contradições, noções e objetivos que buscam alcançar.

No contexto do meio rural de Santa Cruz do Sul, salientamos dois processos que se bifurcam e se reencontram constantemente, entoando a própria complexidade das evoluções e dinamicidades do campo social e de suas relações contraditórias. Estes dois processos são os fenômenos da integração e do isolamento dos sujeitos que habitam tal ambiente rural. São fenômenos também registrados, direta ou indiretamente, pelas falas dos agricultores em suas referências às suas condições de trabalho e vida perante a matriz produtivista segundo a qual é manobrada a sociedade contemporânea. Estar integrado ou isolado de uma matriz econômica produtiva diz respeito às condições concretas em que cada sujeito se encontra, mas também faz parte da percepção dos sujeitos em seus espaços de ação na comunidade, onde também está implícito o cabedal histórico-ideológico pelo qual a própria sociedade se reproduz e se orienta.

Abordamos aqui a dubiedade de ambos os termos, integrado e isolado, relacionando-os, pois podemos dizer que em determinado contexto se pode estar isolado ao mesmo tempo em que se está integrado a um sistema restritivo das faculdades de autonomia e emancipação de uma parcela da sociedade. Também podemos dizer que a integração pode se dar em diferentes moldes, segundo diferentes perspectivas e condições, conjugados, inclusive, a outros fatores e sujeitos que possam estar em correspondência a determinado contexto. Aqui devemos pensar nas relações de poder e no modo como este pode estar distribuído em determinada sociedade e como se estabelecem os mecanismos de dominação (FOUCAULT, 1989). Dessa forma, as condições de integração ou isolamento são pautas e configurações dos processos sociais que, impressos com base nas condições sociais concretas e das relações de poder, estabelecem e dispõem o que é estar integrado ou isolado mediante determinadas circunstâncias e particularidades.

Para analisar os aspectos da integração e do isolamento, levaremos em consideração as relações do segmento dos agricultores com o setor industrial e com certas políticas públicas e sociais implementadas pelo Estado no meio rural, deixando sempre em evidência as próprias falas e referências dos agricultores a este respeito.

4.1. Quadro relacional e as políticas públicas

Conforme observado anteriormente - no capítulo 2 - o processo produtivo induzido e comandado pelas grandes corporações processadoras de fumo *in natura* em Santa Cruz do Sul e cidades vizinhas integra pequenos produtores rurais em sua cadeia de produção. Essa integração se caracteriza, *grosso modo*, pela compra da produção agrícola de fumo do agricultor, transação realizada por meio de um contrato de compra e venda (Anexo A), mediante o qual o produtor rural se dispõe a vender sua safra de fumo numa quantidade estipulada e a empresa contratante a comprá-la em número e em espécie assinalada no contrato. Tal relação de integração do produtor à escala

econômica dos empreendimentos industriais, todavia, revela a disparidade da relação, em razão de seu conteúdo e das prerrogativas que favorecem amplamente o setor industrial, o que define as características do agricultor familiar integrado ao sistema industrial.

Com o estabelecimento contratual a empresa compromete-se a comprar a produção do agricultor estimada antes da safra. Até aqui tal comprometimento não se torna nenhum empecilho e dificuldade para a empresa, pois a compra do fumo faz parte do seu próprio negócio, sendo uma necessidade a aquisição da matéria-prima. Dessa forma, inclusive, a empresa não precisa investir na compra de terras, no pagamento de salários e direitos trabalhistas a funcionários para que realizem as tarefas de produção de fumo; nem corre o risco de quebra de safra por motivos de intempéries climáticas, por exemplo, bem como livra-se de qualquer outro risco que possa existir na confecção e organização de uma linha de produção agrícola realizada de forma direta. Assim, uma prerrogativa que a empresa assume, de comprar o fumo do produtor, nada mais é que uma vantagem por adquirir um produto com baixo ônus e pouco ou nenhum risco de prejuízo, remunerando, desse modo o trabalho realizado e efetivo do produtor agrícola familiar. Ressalta-se que, inclusive, a espécie de planta, formas e procedimentos de trabalho e insumos a serem administrados na lavoura são definidos pela própria empresa contratante. Esta também determina a classificação e o preço do produto a partir de sua inspeção ao ser descarregado em suas esteiras, onde nenhuma representação do agricultor ou órgão público se faz presente para auxiliá-lo.

Outro expediente utilizado pelas empresas é o de fornecerem os insumos aos agricultores, o que, segundo a maioria deles, onera a produção, pois os mesmos componentes são encontrados em lojas de produtos e materiais agropecuários da região por preços mais baixos, caracterizando um lucro suplementar ainda maior para as empresas que absorvem o fumo produzido pelo agricultor.

Portanto, o negócio do fumo torna-se lucrativo às empresas em todas as pontas do processo produtivo. Inclusive o seguro que é pago pelo produtor,

quando da necessidade de sacá-lo por algum sinistro na sua produção, é revertido para pagar as dívidas que este, porventura, tenha contraído quando da aquisição dos insumos junto à empresa. Isso, em última instância, revela que o agricultor acaba pagando seguro para a própria empresa, pois, caso esta não obtenha o fumo que foi estabelecido e contratado antes da safra, visto ter sido danificado por motivo de intempérie, consegue ser ressarcida financeiramente pelo seguro pago pelo agricultor, que, assim, quita sua dívida.

A forma como alguns agricultores retratam suas condições de integração ao sistema produtivo industrial denota que, em verdade, estão presos a um modelo de produção do qual não conseguem se desvencilhar por motivos bastante claros, como a falta de alternativas produtivas e as dívidas que contraíram no passado e que devem ser saldadas junto às empresas - esta é uma condição importante e que mantém o agricultor “preso” ao sistema.³⁵ Segundo um entrevistado do distrito de Alto Paredão, o sistema integrado enlaça os produtores de tal forma que os desorienta, deixando-os “meio perdidos na poeira”. Portanto, percebemos que necessitam ser assistidos de alguma forma para que diminua a dependência imposta por uma relação desigual, com mecanismos muito concretos de controle e de exploração por parte do setor industrial fumageiro.

Eu vejo assim, dentro da área do fumo tem o sistema integrado, só que este sistema tá muito comprometido por parte deles. O tipo de tratamento que as pessoas... nos meios sociais tem pessoas de todos as classes e jeito de negociar... Então eles estão meio perdidos na poeira. Então a gente tá procurando discutir. Eu faço parte da Comissão de Desenvolvimento do Distrito. Eu tava pensando, a gente tem que se juntar com as lideranças e pensar e ver, fazer um estudo pra ver um tipo de tratamento, porque este ano eles se perderam bastante. Tem gente que fica devendo e não cumpre com o dever com as empresas e eles tomam umas atitudes bem mais rigorosa.³⁶
(Produtor de fumo, 52 anos, do distrito de Alto Paredão)

³⁵ Muitas dívidas são contraídas para que o próprio trabalho seja realizado, como a construção de galpões ou equipamentos para secar o fumo em estufa, o que torna a dívida um meio para que o trabalho possa ser realizado e um mecanismo de controle social que prende o agricultor a determinada atividade produtiva. Muitos agricultores entrevistados contraíram dívidas a médio e longo prazo inclusive para comprar terras para cultivar, sob a justificativa de que seria para edificação de estufas e/ou galpão.

³⁶ “Atitude bem mais rigorosa”, a que se refere o agricultor, é a prática, na maioria das vezes, de arresto por ordem judicial, por meio do qual, pela polícia e oficial de justiça, é apreendido o fumo do agricultor endividado para saldar compromissos antigos com determinada empresa.

Com base em depoimentos como este, observamos certa consciência voltada a resistir a um conjunto de fatores que oprimem o agricultor, relacionados às posições desiguais e a circunstâncias muito mais impositivas do que voluntárias que envolvem a maioria dos produtores. O agricultor, dentro do sistema integrado, paradoxalmente, em razão de investimentos realizados por ele mesmo e por dívidas assumidas, está enquadrado dentro de uma espiral viciosa de dependência.

O caráter da exploração do trabalho do agricultor perante um sistema de integração configura-se porque os comandos são assimétricos e verticalizados, ou seja, há um comando central que coordena a estrutura de uma linha de produção, interligando outros segmentos a jusante e a montante. Na relação específica entre empresa e agricultor familiar, a integração está inteiramente ligada ao aspecto da exploração do trabalho, distante de qualquer noção de paridade e de substância calcada na reciprocidade e na idéia de bem comum. A relação é simplesmente empresarial e configurada pelos ditames do jogo de mercado, pois as diretrizes de quem tem maior poder sobrepõem e determinam vigorosamente a relação constituída, embora muitos agricultores não a percebam. O fato de trabalharem em sua propriedade, com seus equipamentos, “trabalhando para si” no lugar em que nasceram, torna nebulosa a relação de dominação protagonizada pelos empreendimentos industriais.

O vigor dos empreendimentos industriais fumageiros completa-se também porque a integração proposta por estes reforça-se pelo isolamento criado entre os próprios produtores rurais, os quais têm pouco aporte reivindicativo conjunto, inclusive para estabelecer uma agenda de ações estratégicas e para buscar outras formas e modelos produtivos. O modelo hegemônico pelas indústrias fumageiras é o da integração e da negociação individualizada com cada produtor, quebrando um processo anterior na região que se caracteriza por uma forte comunhão cooperativista, pela qual o fumo era negociado, em parte, de forma conjunta por estruturas moldadas na filosofia do cooperativismo (GOES; SCHMIDT, 2002).³⁷ A lógica do isolamento

³⁷ Em seu trabalho Góes e Schmidt registram a tradição histórica do cooperativismo na região do Vale do Rio Pardo, do qual faz parte Santa Cruz do Sul, e seu declínio na segunda metade

no trabalho de um produtor está estampada também na gama de tarefas e na forma meticulosa exigida para operacionalizar a produção do fumo, visto que a questão da qualidade do produto é aspecto fundamental para ele conseguir melhor preço na ótica rígida dos avaliadores do produto que está sendo entregue à empresa.

Essa integração individualizada de cada produtor em se dispor a negociar isoladamente com as empresas fumageiras retrata um nexos crescente de atomização das unidades rurais familiares, esboçando a virulência de um processo de subserviência aos grandes empreendimentos industriais fumageiros, o que corrói antigos laços entre agricultores no âmbito do trabalho (VOGT, 2006).³⁸ Isso é corroborado pela ausência do Estado para definir e legislar possibilidades que protejam o agricultor de relações de poderes tão desiguais na produção e comercialização do fumo local. Um exemplo gritante da falta de proteção ao agricultor perante o poder das empresas, já ilustrado anteriormente, é a obrigação de ter de comprar os insumos para a sua produção - basicamente defensivos agrícolas, adubos e outros materiais de trabalho - da empresa com a qual irá comercializar seu fumo posteriormente. Essa obrigatoriedade fica implícita na própria relação e é uma prática que não foge à regra, tanto que muitos agricultores se queixam desta condição, referindo que teriam maiores ganhos se a empresa não quisesse lucrar com isso e os deixasse livres para comprar os insumos em estabelecimentos agropecuários locais. Contudo, isso não é possível visto que há a sanção da empresa, que é não comprar a produção final do agricultor; se assim ocorre,

do século passado. Ao entrevistarem uma dezena de dirigentes e ex-dirigentes de cooperativas e pessoas da comunidade na região, realçam, com base em depoimentos, entre outros motivos para o declínio das cooperativas, a pressão sofrida por estas instituições por parte das indústrias fumageiras, que “tinham o interesse na quebra do depósito da União das Cooperativas”. Este estabelecimento concentrava o fumo dos agricultores para ser vendido às empresas conjuntamente, o que facilitava, teoricamente, a comercialização em termos de preço, pois, sendo as empresas dependentes do fumo dos agricultores e este sendo comercializado em seu conjunto, havia maior poder de barganha aos produtores, visto o poder acumulado que detinham para definir o preço pelo qual seria negociada a produção junto a seus compradores.

³⁸ Vogt fala num arrefecimento do capital social na região, processo este induzido, além de outros aspectos e condicionamentos, pela introdução dos grandes capitais empresariais que dominam a produção e o mercado do fumo local, desestruturando iniciativas próprias dos sujeitos que se organizavam de forma cooperativada.

ele, certamente, terá prejuízo porque seu fumo ficará estocado no galpão, sem saída para o mercado.

Por certo tinha que botar na mesa. Dizer não, mas do jeito que tá as coisas... A firma chega a esse ponto, o cara se obriga a fazer aquele pedido com eles pra garantir a venda do fumo. Se o colono tivesse condições... que isso 80% que não tem condições, mas 20 até que tem. Agora, se tivesse condições de comprar o adubo, tu vê o adubo que tá, estão fazendo 51 pila e na agropecuária tu compra por 36 pila. Se sabe, se comprar mais, que nem nós que estamos comprando mais adubo, tamo pagando 34. Assim tu faz aquela estimativa aí. Agora tu vai comprar o adubo direto, tu tendo condições, mas aí tu não tem pra quem vender o fumo. Tu planta uma coisa que não é certo que tu vai vender. Eles deixam o colono a tal ponto que se obrigam a fazer o pedido pra firma. (*Produtor de fumo, 42 anos, do distrito de Monte Alverne*)

O que mais interessa na firma é vender o insumo, porque tá dando dinheiro, né. Na agropecuária tá 35 pila, na firma tá 55. Tem firma que tá cobrando 70 pila o saco de adubo, o dobro ou mais que o dobro. ...Imagina todo mundo comprar este produto fora, na agropecuária, ninguém mais comprar da firma... todos, todos os colono. A firma não vai comprar mais fumo, porque eles querem vender o produto deles também. Eu acho que eles recebem uma margem de porcentagem em cima do que eles vendem. (*Produtor de fumo e agroecológicos, 29 anos, do distrito de São Martinho*)

Posições como estas fazem parte da arena das relações e também reforçam a idéia do agricultor de se sentir preso a um modelo produtivo, pois o capital monopolista exacerba suas fronteiras de poder, reduzindo muito qualquer iniciativa contrária de outros sujeitos, pelo abandono ou complacência por parte das esferas do Estado. Diferentes são outras experiências de países que protegem de forma variada a agricultura familiar diante das investidas e condicionantes impostas por agentes e corporações que integram o sistema de mercado (ABRAMOVAY, 1992).

Existe, na verdade, uma grande contradição envolvendo a integração, a qual visa ao isolamento do agricultor, prendendo-o dentro de um jogo de interesses por meio de mecanismos muito explícitos; destes, os principais são as normas e diretrizes de trabalho que devem ser seguidas e as dívidas que devem ser contraídas para que o agricultor consiga modernizar e atender às especificações da produção. Tais condições impostas pelos empreendimentos fumageiros configuram a exploração do trabalho do agricultor mal-remunerado,

que também fica submetido ao abandono do Estado, o qual não protege nem legisla em contraposição a um poder monopolista de mercado.

A noção da necessidade do aumento da produtividade em escalas cada vez mais amplas é um estratagema paradigmático que orienta as diretrizes da iniciativa privada e do Estado conjuntamente, em desconformidade, na maior parte das vezes, com os custos sociais oriundos da priorização da maximização dos dividendos envolvidos no crescimento e na competitividade produtiva entrelaçada no mercado. Dessa forma, o empobrecimento do agricultor, sua perda de autonomia e a reversão de seu estilo de vida são tratados pelos setores empresariais como meras contingências da modernização e da necessidade de eficácia produtiva. A escolha malfeita pelos agricultores, levando-os a ruína por falta de adaptação e de correspondência às modernas e “necessárias” iniciativas empreendedoras, é um “divisor de águas” entre vencedores e perdedores, ou seja, segundo a idéia que culpa os indivíduos pelos seus fracassos, dentro de uma ótica liberal e da livre-iniciativa, o produtor deve traçar seu futuro aproveitando as oportunidades disponíveis no mercado e adaptando-se a elas para, assim, conseguir o sucesso por conseqüência dos impulsos e investimentos realizados.

As próprias políticas de Estado estão, atualmente, muito ligadas ao paradigma da produtividade e seletividade, respaldadas pelo caráter de uma coordenação visando atender, de forma especializada (setorial), às demandas da sociedade, sem, contudo, resolver questões de fundo, como um alargamento de propostas e iniciativas buscando dinamizar e diversificar a produção agrícola no país, gerar outras formas de se atingir rendimentos por meio de uma possível descentralização de atividades produtivas, bem como de serviços que possam atender a essas novas iniciativas no meio rural brasileiro, induzindo a maior diversificação produtiva, oportunidades de trabalho e eqüidade distributiva.

A articulação entre políticas setoriais e territoriais no Brasil, até hoje, consistiu fundamentalmente em distribuir incentivos e conceder isenção como formas de estímulo a localização produtiva em regiões deprimidas com base numa decisão do Estado e na execução e

controle de suas agências regionais. (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004, p.2)

O caráter hierárquico do planejamento brasileiro, até o fim do regime militar, não foi substituído por um ambiente institucional que refletisse o movimento real de desconcentração das atividades econômicas e de fortalecimento de organizações variadas no interior do País. (p.12)

O próprio Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, criado em 1995 pelo governo federal³⁹, segundo estudo realizado no Rio Grande do Sul, está ancorado em ambigüidades, tanto em termos de público-alvo a ser beneficiado quanto de seus objetivos (ANJOS et al., 2004). Relata o estudo que um dos fenômenos observados é que “a condição de alfabetização indica a presença de um importante filtro no acesso ao Pronaf ou a quaisquer outros programas e mecanismos de ascensão social” (p.6), pois quem o acessa são exatamente aqueles que possuem melhores condições econômicas, possibilidades mais favoráveis de informação e nível escolar mais alto. Reduz-se, assim, a importância deste mecanismo para, exatamente, permitir a ascensão de segmentos mais frágeis na escala social no campo, o que nos leva a questionar quanto a se, realmente, este programa pode diminuir as desigualdades, ou, em sentido inverso, reforçá-las.⁴⁰

Verificamos, dessa forma, que o acesso a políticas públicas e sociais está muito atrelado à informação e às condições que os indivíduos têm para acessá-las. De forma muito concreta, os sujeitos que vivem em condições mais

³⁹ O Pronaf teve origem no Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - Provap, este criado em 1994, no governo de Itamar Franco, primeiro governo eleito após a ditadura militar. O Pronaf, já no governo de Fernando Henrique Cardoso visava suprir ainda mais a carência de financiamento para a agricultura familiar brasileira, já que os incentivos anteriores ao próprio Provap sempre estiveram atrelados aos grandes empreendimentos empresariais rurais, principalmente a partir da década de 1960, com o projeto dos governos militares, que tinham por prioridade a modernização da agricultura brasileira, investindo e facilitando empreendimentos mais bem capitalizados.

⁴⁰ A taxa de analfabetização em Santa Cruz do Sul é de 4,4 %, segundo os dados do IBGE, mais baixa em relação às médias percentuais do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul, que são, respectivamente, 13,6 e 7,8 (IBGE / 2000). Embora saibamos que no meio rural a dificuldade de acesso à escola seja maior que na cidade, principalmente no passado, e que, mesmo não sendo analfabetos, muitos indivíduos possuem dificuldades de leitura e sistematização das informações escritas, em razão da falta do hábito e do exercício de leitura regular, podem ser considerados, em síntese, analfabetos funcionais, ou seja, que só sabem assinar o nome ou interpretar frases curtas. Em Santa Cruz do Sul 13,49% das pessoas com 15 anos ou mais possuem menos de quatro anos de estudo, podendo este segmento estar entre aqueles caracterizados como analfabetos funcionais. (Pnud - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil).

precárias e com baixa escolaridade estão mais desprotegidos de políticas públicas, com o que observamos as falhas dos programas em priorizar os mais necessitados de promoção social e serviços públicos. No meio rural, o deslocamento até os serviços públicos ainda é muito difícil para alguns indivíduos, de modo que muitas vezes não chegam até eles informações e estímulos para que possam usufruir dos serviços e possibilidades públicas oferecidas. Logo, permanecem esses agricultores abandonados de qualquer política pública e social que possa lhes assegurar melhores condições de vida.

Podemos observar que o sistema de financiamento ao pequeno produtor familiar não está atrelado a um projeto de fundo, de inclusão social segundo políticas que revigorem a agricultura em outros patamares de desenvolvimento. No setor fumageiro é muito eloqüente esta questão; inclusive, há poucos anos eram as próprias empresas que acessavam o Pronaf mediante procuração do próprio agricultor familiar; por isso muitos agricultores assinavam o documento de acesso ao financiamento sem imaginar que tal recurso provinha do governo federal.⁴¹ Em muitos casos, tal sistema de crédito é um facilitador para que o agricultor se integre aos grandes empreendimentos fumageiros, investindo em equipamentos e materiais que possam servir, fundamentalmente, à demanda do negócio e, de forma tangencial, a aspectos que permitam ao indivíduo e sua família uma melhor qualidade de vida e autonomia como produtores agrícolas que são, ou a desenvolver outras atividades não agrícolas em seus próprios ambientes rurais.

4.2. Planejamento e integração no trabalho

A condição de trabalho do agricultor familiar em Santa Cruz do Sul é de dependência e de estagnação perante os poderosos atores supracitados. Com

⁴¹ Entre vários papéis que o agricultor assinava na presença do orientador agrícola, representante da empresa com que o agricultor transacionava seu fumo, estava a procuração para que a empresa ingressasse com o pedido de empréstimo para o agricultor. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) pleiteou junto ao governo federal para que esta prática não fosse mais ser realizada. Atualmente, é o agricultor que deve ingressar com o pedido, recebendo, inclusive, os rebates das dívidas oferecidos pelo governo em cada final de safra (percentuais de descontos não cobrados pelo governo).

raras exceções, por algumas oportunidades concretas encontradas, alguns sujeitos se desvencilham da proposta de trabalho fumageira e buscam produzir gêneros alimentícios, seja de forma convencional, seja agroecológica, atendendo, até certo ponto, à demanda da população santa-cruzense, não apenas da cidade, mas também do próprio meio rural.

(...) a produção orgânica se dá por uma camada social intermediária, ou seja, em transição e não por agricultores excluídos e marginalizados. Sobretudo, são agricultores que não alcançam os padrões do que é considerado “moderno” pela modernização agrícola, mas tiram vantagem da condição sócio-econômica existente para transitar para um método de produção diferenciado. (KARNOPP, 2005, p. 245)

A dependência e a estagnação sofridas pelo agricultor estão estampadas no seu discurso e no seu modo de vida. Todos os segmentos dos agricultores, de uma forma ou de outra, enfrentam dificuldades para suprir suas necessidades e revigorar seu sistema produtivo. Alguns agricultores excluídos do sistema fumageiro, os não “adaptados” ao sistema moderno, ainda sofrem pela total falta de perspectivas ao não encontrarem outros meios para produzir. Este agricultor, via de regra, é um trabalhador com pouca informação, que mora em lugares mais afastados, tem baixa ou nenhuma escolaridade, realiza alguns biscates em outras propriedades, depende da sua aposentadoria, ou, até mesmo, da aposentadoria de algum parente mais próximo para suprir suas necessidades.

Entre esses agricultores mais pauperizados, descartados pelo círculo empresarial fumageiro, existe uma aproximação maior entre famílias e uma condição de reciprocidade e ajuda mútua regular, embora as condições sejam sempre muito difíceis. Quanto ao agricultor produtor de fumo, igualmente, mas por outros fatores, sua condição é de circunspeção a uma situação de vida muito delicada, visto que deve observar todos os passos de um sistema produtivo em que investe muito alto e o retorno é sempre incerto. Com expressões faciais cansadas, geralmente eles retratam suas vidas como uma continuação de uma saga de luta na qual devem transpor toda sorte de dificuldades.

Essas condições de pauperismo, de falta de alternativas, de dependência e de exploração são vieses de uma matriz econômica, política e social comum que enlaça os trabalhadores do campo e da cidade, ainda mais atualmente, quando os aparatos logísticos e ideológicos de grandes investimentos e interesses convergem para um espaço cada vez mais comprimido. Neste as relações se tornam idênticas, visto que os fins dos grandes interesses se alastram e são sempre os mesmos ao traçar uma correspondência competitiva enaltecida pelo jogo de mercado.

Por outro lado, o crescimento econômico que se buscou atingir no Brasil a partir da década de 1970, pelo choque de desenvolvimento e modernização conservadora, não trouxe a devida melhoria nas condições da classe trabalhadora, seja da cidade, seja do campo, expulsando, em muitos casos, o agricultor do meio rural e fazendo-o engrossar as fileiras do desemprego nas grandes metrópoles e em cidades pólos regionais, o que tornou o desemprego um fator estrutural de difícil desenlace.

O crescimento econômico, quando existe, não é suficiente. Nem a área produtiva, nem as redes de infra-estruturas, nem os serviços de intermediação funcionarão de maneira adequada se não houver investimento no ser humano, na sua formação, na sua saúde, na sua cultura, no seu lazer, na sua informação. Em outros termos, a dimensão social do desenvolvimento deixa de ser um “complemento”, uma dimensão humanitária de certa forma externa aos processos econômicos centrais, para se tornar um dos componentes essenciais da transformação social que vivemos. (DOWBOR, 2001, p.197-8)

Deduzimos da citação transcrita a necessidade de se romper com políticas meramente setoriais e canalizar esforços a um planejamento visando a um desenvolvimento verdadeiramente integrado que leve em consideração uma maior equidade econômica e social. Todavia, esse planejamento, como qualquer outro plano, deve ser encarado como uma peça política e de idéias a serem postas em prática, na qual o jogo relacional não se desfaça e sejam ouvidos os diversos segmentos da sociedade em condições de influenciar nos processos que serão alavancados. Para isso, a inclusão de novos atores e grupos excluídos da arena de decisão deve justapô-los para que componham um quadro relacional decisório das políticas que forem traçadas. A participação do Estado é um componente fundamental para que o ambiente decisório não

seja açambarcado pelo poder econômico advindo exclusivamente do mercado e dos segmentos com maior aporte de poder econômico.

Um novo ciclo de desenvolvimento auto-sustentado e politicamente suportado exigirá uma profunda reflexão sobre a natureza das novas relações entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado, bem como a disposição dessas sociedades em eleger prioridades que poderão, por vezes, entrar em conflito com o primado absoluto que se tende a atribuir ao mercado. (DUPAS, 1999, p. 87)

O significado do trabalho aludido como forma de sofrimento e luta é uma insígnia do abandono ao qual está sujeito o agricultor familiar, assim como seus antepassados, que, em circunstâncias diferentes, também se encontravam abandonados à sorte num mundo isolado das políticas públicas e da modernidade. Hoje esta modernidade é seu algoz, investida em obrigações e incertezas. O significado de luta e sofrimento, dessa forma, foi e é na atualidade espectro balizador que explica a condição do agricultor e que, ao mesmo tempo, lhe dá uma margem sentido para continuar em seu trabalho diário na vida no campo, pois as condições difíceis e a batalha para transpô-las já fazem parte de seu ambiente e de sua própria identidade como homem e trabalhador rural.

O que dá coesão e identidade ao agricultor é o seu trabalho entrelaçado com seus significados de luta e sofrimento, aspectos estes também vinculados à origem rural de vida simples, em contato com a natureza e dedicada à família. Tais significados são apreendidos pelo sistema de trabalho moderno, que exige o sacrifício do agricultor ao mesmo tempo em que lhe promete a prosperidade. Para que se estabeleçam políticas públicas e sociais dentro de um planejamento inclusivo dos sujeitos trabalhadores do meio rural, inserindo o segmento de agricultores familiares, deve-se, por sua importância e forma, partir exatamente do que os identifica para que possam aglutinar forças e possibilidades de ações coordenadas e participativas visando à emancipação dos sujeitos em novos patamares de desenvolvimento econômico e social. Assim, possibilita-se que saiam da estagnação e que abram seu campo de percepção na construção de novos significados para o trabalho, talvez mais vinculados ao seu prazer pessoal em produzir algo, com respeito ao meio

ambiente, com compromisso social, entre outros aspectos. Alguns desses significados já fazem parte das práticas e dos movimentos discursivos de certos agricultores, em sua predominância aqueles mais voltados ao trabalho agroecológico, principalmente das lideranças de seus grupos de trabalho e que estão mais em contato com suas assessorias técnicas e políticas.

Para que isso aconteça, apenas apoio técnico e conhecimento não são suficientes; é fundamental também a viabilização de espaços de articulação e de negociação dentro de um espírito crítico e profundo da realidade em que se encontram os sujeitos. Ações distributivas, revertendo as tendências que levaram regiões a se tornarem meramente espaços voltados à competição globalizada, devem ser viabilizadas de forma participativa. A viabilidade de integrar, por sua vez, atores múltiplos que possam se completar por meio de suas atividades deve ser um dos balizadores das novas estratégias de ações, não sobrepondo esforços, mas aglutinando forças para alavancar projetos de desenvolvimento ligados aos conceitos de justiça e equidade social. Pode-se envolver, por conseguinte, a reciprocidade de ações visando a trocas e a possibilidades de diversificação produtiva e de consumo entre regiões e localidades, dinamizando os trabalhos locais e servindo para congregar diferentes atividades que possam ser criadas (diversidade multissetorial), inclusive no meio rural, onde não exclusivamente devem ser implementadas atividades agrícolas, mas abrir-se um leque de formas e opções de trabalhos. Os horizontes e possibilidades de execução de trabalhos não agrícolas são certamente viáveis e podem ser mais bem ressaltados e incentivados em planos de desenvolvimento locais e regionais que envolvam este ambiente, revelando a “importância estratégica de se adotar um estilo de crescimento que abra novas perspectivas para o Brasil rural, ao invés de esvaziá-lo” (VEIGA, 2001, p.22).

A articulação dos trabalhadores da cidade e do campo, envolvendo pequenos proprietários rurais que têm em seu próprio trabalho o mecanismo de aprimoramento laboral e seu meio de vida e de sua família, é condição indispensável para que se possam criar força estratégica reivindicativa e projetos de desenvolvimento democráticos, não apenas localistas, mas que

transcendam o âmbito local e promovam um amplo debate nacional e transnacional, inclusive.

O caminho democrático, cada vez mais imperioso, passa a ser a busca do equilíbrio entre a afirmação das liberdades individuais e o direito de identificar-se – seja com uma coletividade social, nacional ou religiosa particular – sem com isso degenerar em comunitarismo agressivo e sectário. Indivíduos e segmentos crescentes da sociedade civil parecem tentar resistir a essa banalização da política. Isso pressupõe investigar a nova relação de forças do metajogo global e descobrir um papel que possa ser eficaz nesse jogo. (DUPAS, 2005, p.187)

O espaço do trabalho nas sociedades ainda é um fator central e de dinamicidade social, definidor de *habitus*, significados e identidades dos sujeitos. Não é involuntário que as correntes do pensamento liberal hegemônicas tentam fragmentar a importância do trabalho nos ambientes laborais, precarizando-o, terceirizando serviços, ramificando *corpus* de trabalhadores, com a intenção de decompor quadros organizativos num mundo que se torna fábrica e onde vigora intensa majoração capitalista.

Uma nova órbita de organização dos trabalhadores, de uma classe-que-vive-do-trabalho, deve, para isso, ser o mais urgentemente composta, sem segmentação de setores num primeiro plano, para que as demandas e processos de conquistas amplas sejam balizadores de avanços a melhores condições de quem vive do seu trabalho. Dessa forma, o trabalho não deixa de ser fator conectivo entre os homens, seja nas semelhanças dos estilos de vida que ele transforma, seja no sofrimento subalternizado ou nas formas de luta e resistência que acontecem no dia-a-dia do trabalhador, em seu abandono discricionário ou nas propostas de reerguimento desta mesma classe-que-vive-do-trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos dizer que, no atual contexto, o trabalho dos indivíduos circula em terreno inseguro e maleável, muito embora esteja longe de perder seu teor de mediação e de explicação dos fenômenos que ocorrem no campo social, no campo onde os sujeitos interagem uns com os outros e buscam estratégias para a manutenção de suas vidas e interesses imediatos. O trabalho permanece, dessa forma, como elemento importante para entendermos a sociedade, embora redimensionado, dando margem interpretativa à complexa teia de embates, conflitos e adesões que se verificam no espaço social em que se dá a interação entre os indivíduos.

Sabemos que o desemprego estrutural, o elevado nível de exigências a que está submetido o trabalhador, a informalidade e a precarização do trabalho nos tempos atuais têm um vigor nunca visto, provocando disjunções, traumas e conflitos no próprio cerne que caracteriza aqueles que vivem e dependem de seu próprio esforço instrumental e intelectual. O trabalho, todavia, não deixa de introduzir elementos que orientam as ações dos sujeitos, estabelecendo condições e possibilidades de intervenção num ambiente também moldado pela flexibilização das atividades laborais. Esta flexibilização, ou seja, a introdução de reorientações constantes nas formas de trabalho, visando servir a um mercado em permanente mudança, desregula de forma saliente práticas tradicionais dos sujeitos que possuem em sua força de trabalho o elemento central para definir seu modo de ser e agir. Certamente, mediante fenômenos num mundo de intensas e permanentes mudanças, existe maior vazão a

um emaranhado de possibilidades que se alternam, gerando a insegurança muitas vezes de quem sempre realizou seu trabalho de determinada maneira e que, agora, começa a sofrer as metamorfoses do trabalho influenciadas pelo jogo do mercado globalizado e dos intensivos investimentos necessários para participar e conquistar uma faixa deste mercado.

A nova guinada do modelo capitalista de produção reestruturou-se de tal forma que condicionou o trabalho, de um modo geral, a seguir os passos de um sistema de produção maleável. Este sistema é emoldurado por fatores que visam se corresponder a novas estratégias, de menor tempo de giro das mercadorias, produção sistemática de produtos inovadores, maior competitividade e busca de novos mercados, além de visar à desestruturação das organizações sindicais, cooperativas e reivindicativas dos trabalhadores, entre outros aspectos sistematizados por mecanismos gerenciais que se utilizam de novas tecnologias da informação e da comunicação para facilitar o controle da produção e dos demais fatores.

O redirecionamento do sistema capitalista, por sua vez, não fica apenas atrelado ao circuito urbano e fabril, mas se configura em outras instâncias e ambientes, como os setores de serviço e o agrícola. Guardadas as devidas reservas, mediante a noção dos diferentes contextos em que se estrutura o novo modelo gerencial capitalista que busca redimensionar o trabalho em formas e condições flexíveis, o ambiente rural tem muito a ressaltar em seus inúmeros exemplos de como as novas diretrizes dos ambientes fabris estão cada vez mais ligadas a este espaço de produção. Destaca-se ainda que, sobretudo em países subdesenvolvidos, a malha de proteção ao agricultor é, de fato, muito tênue, dando margem a que os grandes empreendimentos se alcem de forma fortalecida no meio rural, onde aquele, na maioria das vezes, é tratado como sendo mais uma célula de produção integrada ao sistema industrial. Com isso, o agricultor torna-se alvo de um cabedal de exigências para que possa fazer parte de um sistema produtivo voltado a atingir um amplo mercado de produtos agrícolas, moldando-o a um outro nível de consumo e produtividade.

Nas práticas de trabalho da maioria dos agricultores do município de Santa Cruz do Sul / RS, integrados que são ao sistema industrial de produção e mercado do fumo, repercutem a normatividade e o acompanhamento realizado pelas empresas do que produzem em suas propriedades familiares. Com grande ênfase no trabalho agrícola, o ambiente rural de Santa Cruz do Sul consubstancia a ótica da integração enfatizada por grandes empresas do ramo fumageiro, reestruturando antigas práticas de trabalho dos agricultores locais com o intuito de cooptá-los e adaptá-los às “modernas” circunstâncias preconizadas como sendo as mais eficazes ao se trabalhar numa lavoura.

Muito embora as indústrias do ramo fumicultor busquem homogeneizar e normatizar as práticas de trabalho dos agricultores do município de Santa Cruz do Sul, usufruindo de uma matriz cultural e produtiva comum que serve a seus interesses, percebemos movimentos e formas de resistências por parte dos agricultores, seja na organização do Movimento dos Pequenos Agricultores que reivindicam melhores condições de remuneração e financiamento das lavouras, seja na expressão de desalento e de forma isolada que demonstram certos agricultores, corroídos por dívidas e/ou sofrendo pelas péssimas condições de trabalho. De qualquer forma, o movimento das condutas e arranjos no campo social, onde se dão as relações entre agricultores e as indústrias, não é, de forma alguma, estanque e suscita muitas controvérsias, como o fato de agricultores deixarem de plantar fumo, buscando se libertar do sistema integrado de produção imposto pelas empresas, ou mesmo nas ações daqueles que acreditam ser esta a melhor opção para a agricultura da região. Cabe destacar, ainda, que entre estes dois pólos existem posições intermediárias inseridas neste campo social de produção agrícola, condição que nos ajuda a entender melhor a complexa teia de relações que se estabelecem também por intermédio das condições estruturais estabelecidas no meio rural brasileiro e rio-grandense, onde os marcos das relações de poderes são desiguais e o domínio dos empreendimentos essencialmente capitalistas é majoritário e define, em grande parte, as práticas locais de produção, mesmo se utilizando do trabalho de cunho familiar, não propriamente capitalista.

Percebemos, entretanto, que os movimentos e formas de resistências, incluindo neste rol a apatia e o isolamento voluntário ou involuntário de alguns, por suas dimensões e influências, não poderiam ser esclarecidos sem antes se buscar o lastro de significados que o trabalho em si tem para o agricultor desta localidade. Sem o que define o trabalho para os agricultores, perderíamos a base das disposições e o poder de interpretação do modo como os sujeitos tomam certas posições, pautadas na construção de seu estilo de ser e de se fazer representar. Desse modo, o significado dos mecanismos e fenômenos sociais para os sujeitos que vivenciam e intercedem em certa realidade, juntamente com outros aspectos, é ponto nodal para o entendimento do que observamos na prática e no cotidiano da vida do agricultor.

O significado do trabalho para o agricultor de Santa Cruz do Sul ao ser retratado como sendo sofrido e, ao mesmo tempo, uma forma intransferível de lutar para conseguir uma vida melhor, conforme constatado em nossa pesquisa, é fator eloqüente da dinâmica concreta em que se configuram os sujeitos. Ao dar significado ao seu trabalho, alguns agricultores com maior ligação com o modelo proposto pelas indústrias fumageiras tratam o sofrimento e a luta como condições inevitáveis para que consigam estar cada vez mais em sintonia com os primados de uma agricultura voltada e amparada pelos aspectos tecnológicos e da eficiência produtiva, esperando conseguir uma melhor margem produtiva e expandir seus rendimentos. Contrariamente, para aqueles agricultores que definitivamente se abstiveram de participar desse sistema, a conotação do sofrimento é diversa, advinda do próprio modelo de que o agricultor se recusa a participar. Para estes, a ênfase em lutar diz mais respeito ao sentido de se buscar maior força propulsora que os aparte do sistema integrado industrial. Isso, para alguns agricultores, significa a possibilidade de conquistarem maior autonomia produtiva e, por conseqüência, de revigorarem a unidade econômica familiar de forma auto-sustentável.

Os significados do trabalho construídos e enaltecidos historicamente pelos agricultores em suas relações, sendo o sofrimento e a luta os conceitos-chave que representam o seu exercício laboral diário, dispendido para a manutenção de sua vida e de sua estrutura familiar, denotam o teor das

dificuldades enfrentadas por eles em seu ciclo de trabalho, no qual a fadiga, a frustração e o desânimo acabam sendo minimizados pela essência cultural que define o homem do campo como sendo um “desbravador”, atualizando ao nosso tempo, como sendo um “lutador”. O sofrimento e a luta acabam tornando-se, dessa forma, representativos de uma busca pelo equilíbrio entre o pólo negativo do que é o trabalho e o pólo positivo que o reconhece como a única forma para se conseguir prosperar num mundo difícil, onde se deve ter e expressar grande abnegação pelas coisas da terra e da família, transpondo toda e qualquer dificuldade imposta.

A referência ao sofrimento e a necessidade de lutar num mundo difícil e inseguro acabam, assim, tornando-se aspectos importantes para qualquer intervenção neste meio social, seja por uma eventual implementação de políticas públicas e sociais por parte do Estado, seja pela definição de projetos envolvendo outros segmentos da sociedade, por se constituírem em ponto crucial de entendimento entre os sujeitos desta localidade e dos demais municípios da região. Esses aspectos imprimem na localidade e na região uma linguagem comum, facilitando a troca de experiências entre os indivíduos. Enfatizadas de forma diferente, o sofrimento e a luta poderia acenar para a possibilidade de novas propostas de trabalho à região, desenvolvendo outras matrizes produtivas e melhores condições de vida aos seus habitantes.

O significado que o trabalho enseja na localidade traz incorporado em seu conteúdo conotações de desconforto pelo sofrimento e a disponibilidade ao engajamento à luta, esta última representativa da busca por melhores espaços e condições de vida a partir daquilo que se faz e daquilo que se produz. As formas de expressão cultural a que os sujeitos dão significado podem, neste caso, ser potencialmente geradoras de mudanças do quadro em que elas próprias se inserem, elevando a um grau de importância outras dinâmicas e possibilidades produtivas concretas. O que faltaria, talvez, para que alternativas à produção de fumo sejam salientadas é a construção de um ambiente institucional verdadeiramente crítico e democrático, no qual se possam organizar e concatenar idéias visando a uma agricultura em outros patamares e

vínculos de trabalho, substantivada pela promoção social e pela emancipação dos sujeitos em suas relações.

Possíveis e necessárias abordagens para futuras pesquisas relacionadas à produção de fumo e à condição dos agricultores de Santa Cruz do Sul e demais municípios circunvizinhos, não abordadas no espaço delimitado por esta pesquisa, devem esclarecer de que forma o significado que o trabalho adquire na localidade é perpassado nos momentos de maiores conflitos e ações reivindicativas organizadas, ou seja, como são definidas as estratégias ou, até mesmo, em situações intempestivas de desconformidade por parte dos agricultores, como são lançados ao debate os conceitos que dão sentido ao que vem a ser o trabalho para o agricultor. Num passo adiante, poderíamos pensar em investigar como se criam e se robustecem os movimentos de reivindicação na região e como alguns produtores encontraram, efetivamente, forças para se lançar a outras propostas de trabalho e desenvolvimento produtivo tomando como base seus capitais humanos e sociais. Ações de desenvolvimento locais e regionais, por meio de planos e projetos aplicáveis, devem estar atentas a essas questões, respeitando e abrindo espaços para os sujeitos se expressarem e serem protagonistas das mudanças que se disponham a promover.

De qualquer forma, os caminhos estão abertos ao jogo de relações e interesses, em razão de o poder permear todas as esferas de relações dispostos em sociedade, o que torna possível aos agricultores aglutinarem forças entre si e com outros grupos que dependem do trabalho, em torno daquilo que os une em suas condições concretas e em seus sistemas de significados. Assim, devem colocar em prática todo o poder que conseguirem acumular diante dos conflitos que os perseguem e que, ao mesmo tempo, os unem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. (Estudos Rurais) São Paulo - Rio de Janeiro – Campinas/SP, Hucitec - ANPOCS - UNICAMP, 1992.

_____. *Desenvolvimento e Instituições: a importância da explicação histórica*. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.) *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo, EDUSP / UNESP, 2001.

ALLIANCE DE OURO. *Jornal dos Produtores Integrados da Alliance One*. Ano 1 – Nº2 – Out/Nov/Dez, 2005.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro, Graal, 2003.

ANJOS, Flávio dos et all. *Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul*. Revista de Economia e Sociologia Rural. Rio de Janeiro, vol. 42, nº3, jul/set, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2005.

BEDUSCHI FILHO, Luiz C.; ABRAMOVAY, Ricardo. *Desafios para o Desenvolvimento das Regiões Rurais*. Rev. Nova Economia. Belo Horizonte, Set/Dez, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro, DIFEL / Bertrand, 1989.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. 1ª reimpressão (com alterações do autor). Campinas/SP, Papyrus, 1996a.

_____. *A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer*. Tradução de Sérgio Miceli et all. Clássicos 4. São Paulo, USP, 1996b.

_____. *Le Capital Social*. Actes de la recherche en sciences sociales. Paris, nº 31, 1980.

BRAVERMANN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no Século XX*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3ª edição. Rio de Janeiro, LTC, 1987.

BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. *Agroindústria nas Américas*. Tradução de Waltensir Dutra. Revisão Técnica de Henri Acselrad. Rio de Janeiro, Zahar: 1982.

CATTANI, Anônio D. (Org.) *Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis, Vozes; Porto Alegre, UFRGS, 1997.

_____. *Processo de Trabalho e Novas Tecnologias: orientação para pesquisa e catálogo de obras*. Porto Alegre, UFRGS, 1995.

CHAYANOV, Alexander. *Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas*. In: SILVA, José G. e STOLCKE, Verena (org.). *A Questão Agrária - Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania: produção e direitos na era da globalização*. São Paulo, Cortez, 2000.

COLBARI, Antônia. *Ética do Trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo, Letras & Letras / FCAA / UFES, 1995.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo, Cortez – Oboré, 1988.

DOWBOR, Ladislau. *Gestão Social e Transformação da Sociedade*. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.) *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. São Paulo, EDUSP / UNESP, 2001.

DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____. *Atores e Poderes na Nova Ordem Global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo, UNESP, 2005.

ENGELS, Friedrich. *O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. São Paulo, Global, 1990.

ENGUITA, Mariano. *A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

ESCOBAR, Arturo. *Planejamento*. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis/RJ, Vozes, 2000.

ETGES, Virgínia. *Sujeição e Resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo*. Santa Cruz do Sul, FISC, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Ligia M. Ponde Vassallo. 7ª edição. Petrópolis/RJ, Vozes, 1989.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Biblioteca Universitária. Série 2, Ciências Sociais, vol. 23, 23ª edição. São Paulo, Nacional, 1989.

GARCIA, Afrânio. *A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro*. Sociologias. Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez, 2003.

GEHLEN, Ivaldo. *Estrutura, Dinâmica Social e Concepção Sobre Terra no Meio Rural do Sul*. Cadernos de Sociologia / Programa Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, PPFs / UFRGS, V.6, 1994.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. Tradução de Raul Fiker. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOES, César; SCHMIDT, João Pedro. *Cooperativismo no Vale do Rio Pardo*. In: CORREA, Sílvio; ETGES, Virgínia. *Território & População: 150 anos de Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul/RS, EDUNISC, 2002.

GORZ, André. *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo, Annablume, 2005.

_____. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 10ª edição. São Paulo, Loyola, 2001.

HERMET, Guy. *Cultura & Desenvolvimento*. Petrópolis/RJ, Vozes, 2002.

IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

KARNOPP, Érica. *Agricultura Familiar entre o Sistema de Produção Convencional e Orgânico: transição ou coexistência?* REDES. Santa Cruz do Sul/RS, EDUNISC, v.10, n.2, mai/ago, 2005.

KAUTSKI, Karl. *A Questão Agrária*. 3ª edição. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

KRAUSE, Silvana. *Migrantes do Tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul/RS, EDUNISC, 2002.

LEITE, Márcia; SILVA, Roque. *A Sociologia do Trabalho frente à Reestruturação Produtiva: uma discussão teórica*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB. Rio de Janeiro, n.42, 2º semestre, 1996.

LENIN, Vladimir I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Tradução de José Paulo Netto. Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

LIEDKE, Élide. *Capitalismo e Camponeses (relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul)*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, 1977.

MARTINS, José de S. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo, Hucitec, 2000.

_____. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1975.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. (Os Economistas). São Paulo, Abril Cultural, 1982.

_____. *O Capital*. v.1, Livro primeiro, t. 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6ª edição. São Paulo, Hucitec, 1987.

MAZZEO, Antonio. *Burguesia e Capitalismo no Brasil*. Série Princípios. São Paulo, Ática, 1988.

MINAYO, Maria Célia. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6ª edição. São Paulo, HUCITEC, 1999.

OFFE, Claus. *Trabalho: a categoria chave da sociologia?* Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 4, nº 10, jun., 1989.

PIMENTA, Margareth C. A. *Globalização e o Território Sem Fim*. In: GONÇALVES, Maria et all. (Orgs.) *Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo, UNESP – ANPUR, 2003.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

PORTO, Maria Stela. *Tecnologia e Violência: algumas relações possíveis*. In: PORTO, Maria Stela. (Org.) *Politizando a Tecnologia no Campo Brasileiro: dimensões e olhares*. Rio de Janeiro, Relume-Demará, 1997.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 35ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1987.

PRIEB, Rita Inês. *Pluriatividade na Produção Familiar Fumageira*. Santa Cruz do Sul/RS, EDUNISC, 2005.

SAHLINS, Marshall. *O "Pessimismo Sentimental" e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (Parte I)*. *Mana* 3 (1), 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11ª edição. Rio de Janeiro, Record, 2004.

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2ª edição. São Paulo, Hucitec, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio. *Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.18, nº 51, fevereiro, 2003.

SILVA, José Graziano, *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas/SP, UNICAMP, 1996.

TAVARES, Hermes M. *Políticas de Desenvolvimento Regional nos Países do "Centro" e no Brasil*. In: *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Cadernos IPPUR. Ano XV, Nº2, Ago/Dez. 2001 / Ano XVI, nº 1, Jan/Jul, 2002.

TEDESCO, João C. *Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo/RS, EDIUPF, 1999.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

TONI, Miriam de. *Visão Sobre o Trabalho em Transformação*. *Sociologias*. Porto Alegre, UFRGS, ano 5, nº 9, jan/jun, 2003.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos Viver Juntos? iguais e diferentes*. Tradução Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis/RJ, Vozes, 1998.

VEIGA, José Eli da. *O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Série Textos para Discussão, nº1, Brasília, NEAD/MDA, 2001.

VOGT, Olgário. *A Produção de Fumo em Santa Cruz do Sul – RS: 1849-1993*. Santa Cruz do Sul/RS, EDUNISC, 1997.

_____. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul e o Capital Social*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, UNISC, 2006.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. H. Szmrecsányi. 5ª edição. São Paulo, Pioneira, 1987.

WOOD, Ellen. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo, Boitempo, 2003.

ANEXO

ANEXO A - Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha - Safra 2004/2005

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE FUMO EM FOLHA - SAFRA 2004 / 2005

Que fazem entre si, de um lado **DIMON do Brasil Tabacos Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua Thomaz Gonzaga, 666, em Vera Cruz, (RS), inscrita no CNPJ sob nº 33.876.145/0001-00, doravante designada simplesmente **EMPRESA** e, por outro lado, o Sr.(a) _____, brasileiro (a), estado civil _____, agricultor, portador(a) da CI nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente na localidade de _____, Município de _____, Estado _____, doravante designado(a) apenas de **PRODUTOR**, nos termos e condições seguintes:

1. COMPROMISSOS DA EMPRESA

1.1. Por este instrumento (o "Contrato") e na melhor forma de direito, a **EMPRESA** ora adquire do **PRODUTOR**, a totalidade de sua produção de fumo em folha a ser classificado de acordo com as Portarias 526 de 20.10.1993 e 79 de 17.03.1994, ambas do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (as "Portarias"), conforme a estimativa de produção a seguir indicada. Referida estimativa poderá variar em até, no máximo, 5% (cinco por cento) para mais ou para menos, em relação à última estimativa de produção, prevista na cláusula 3.2.

Tipo de Fumo: _____ Mil Pés de Fumo: _____ Estimativa - Kg: _____ Hectares de Fumo: _____
Semente Variedade: _____

1.2. A totalidade da produção ora adquirida deverá ser disponibilizada pelo **PRODUTOR** para classificação nas instalações da **EMPRESA** que vierem a ser definidas ou acordadas pelas partes, nas cidades de Araranguá, Palmitos ou Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, na cidade de União da Vitória, no Estado do Paraná e nas cidades de Santa Cruz do Sul ou Venâncio Aires, no Estado do Rio Grande do Sul. É assegurado ao **PRODUTOR** o direito de, pessoalmente, acompanhar a classificação do fumo ora adquirido, segundo os termos das Portarias.

1.3. De maneira a garantir a boa qualidade do fumo ora adquirido, a **EMPRESA** compromete-se vender e/ou recomendar os insumos agrícolas e outros materiais básicos necessários, aprovados e adequados para o cultivo de fumo, para os hectares, mil pés e tipo de fumo acima acordados, sempre em comum acordo com o **PRODUTOR** e segundo o receituário agrônomico elaborado por profissional habilitado.

1.3.1. O valor dos insumos agrícolas e outros materiais - juntamente com os juros incidentes - que vierem a ser fornecidos ao **PRODUTOR** pela **EMPRESA**, serão amortizados/liquidados por ocasião da entrega e classificação do fumo.

1.3.1.1. Os juros incidentes sobre os insumos agrícolas e outros materiais adquiridos pelo **PRODUTOR** da **EMPRESA**, que forem financiados pelos recursos controlados do crédito rural, serão considerados encargos do **PRODUTOR** e igualmente serão amortizados/liquidados conforme mencionado na cláusula 1.3.1 acima.

1.3.1.2. Sobre os insumos agrícolas e outros materiais adquiridos pelo **PRODUTOR** da **EMPRESA**, que não forem financiados, por opção do **PRODUTOR**, pelos recursos controlados do crédito rural, incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano ou fração, calculados desde o dia 01 de julho de 2004 ou do dia da emissão da Nota Fiscal e/ou Faturamento a eles relativos, se posterior, até a data de liquidação do débito.

1.3.1.3. No caso do **PRODUTOR** não ter conseguido o financiamento dos insumos agrícolas e outros materiais, com utilização dos recursos controlados do crédito rural, no estabelecimento bancário indicado pela **EMPRESA**, mas tenha fornecido, em tempo hábil, toda a documentação necessária à obtenção do financiamento, a taxa anual de juros a ser cobrada pela **EMPRESA** sobre os insumos agrícolas e outros materiais, será equivalente a taxa de juros do grupo em que o **PRODUTOR** se enquadraria, caso tivesse obtido o financiamento através de recursos controlados do crédito rural.

1.4. A **EMPRESA** compromete-se a disponibilizar para compra por parte do **PRODUTOR** os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), necessários ao manuseio e aplicação de defensivos agrícolas, bem como a vestimenta protetora apropriada para a colheita de fumo.

1.5. Compromete-se ainda a **EMPRESA** a colocar a disposição do **PRODUTOR** seu corpo técnico para consultas sobre as melhores práticas agrícolas através de visitas individuais, reuniões grupais ou ainda por meio de boletins técnicos e publicações, durante todo o ciclo da cultura do fumo até o término de sua comercialização, conforme especificado no Relatório para Comprovação de Assistência Técnica, o qual permanecerá em poder da **EMPRESA** e a disposição do **PRODUTOR**.

1.6. O transporte de fumo, da casa do **PRODUTOR** até as instalações da **EMPRESA** mencionadas na cláusula 1.2. acima, será efetuado pelo transportador indicado pelo **PRODUTOR**, desde que este transportador também seja prestador de serviços de transporte de fumo para outros produtores da **EMPRESA**. Fica desde já acordado pelas partes que o frete em questão será pago pela **EMPRESA**. A presente obrigação limita-se ao fumo ora adquirido pela **EMPRESA** uma vez que este atenda e esteja em conformidade com os requisitos das Portarias mencionadas na cláusula 1.1. A **EMPRESA** não se responsabiliza pela falta de fardos, fumo molhado e demais perdas e prejuízos decorrentes do transporte do fumo, da casa do **PRODUTOR** até as instalações da **EMPRESA**, fornecendo ao **PRODUTOR**, quando necessário, declaração das condições em que recebeu a mercadoria.

1.7. A **EMPRESA** concederá em favor do **PRODUTOR**, que comprovadamente cumprir integralmente a obrigação referida na cláusula 2.1. abaixo, o seguinte:

1.7.1. Um bônus, equivalente a 5% (cinco por cento), do valor dos insumos agrícolas e outros materiais vendidos pela **EMPRESA** ao **PRODUTOR**, que tenham sido pagos à vista, a ser creditado no final da safra, na conta-corrente do **PRODUTOR** junto à **EMPRESA**.

2. COMPROMISSOS DO PRODUTOR

2.1. Até os limites da estimativa contratual devidamente revisada na forma da cláusula 3.2. deste Contrato, o **PRODUTOR** efetua a presente venda para a **EMPRESA**, em caráter irrevogável e irretroatável.

Parágrafo Único - Será considerado descumprimento do presente Contrato por parte do **PRODUTOR** caso este venha a fornecer o fumo em desconformidade com o volume por posição na planta (X, C, B e T).

2.2. Compromete-se o **PRODUTOR** a utilizar na lavoura de fumo, segundo os volumes e demais especificações acordados entre **EMPRESA** e **PRODUTOR**, somente sementes de lorrageiras, fertilizantes, defensivos (tais como inseticidas, fungicidas, herbicidas, anti-brotantes) e produtos biológicos recomendados pela **EMPRESA**, de acordo com as especificações técnicas contidas no Receituário Agrônomico, bula e/ou rótulo do produto.

Parágrafo Único - Poderão ser efetuadas análises aleatórias do fumo produzido pelo **PRODUTOR**, com o objetivo de detectar o uso de defensivos não recomendados ou a aplicação de produtos recomendados em quantidades acima das especificadas ou ainda em épocas não adequadas. O fumo que apresentar resíduos de produtos não recomendados ou resíduos de produtos recomendados em quantidade acima das toleradas, será rejeitado pela **EMPRESA** sendo também rejeitada o restante da produção de fumo do **PRODUTOR**, ainda depositado em seu palot. Da mesma forma, será rejeitado o fumo que estiver contaminado por produtos orgânicos ou apresentar odores estranhos.

2.3. Compromete-se o **PRODUTOR** a utilizar somente as sementes de fumo fornecidas e/ou recomendadas pela **EMPRESA**, segundo pactuado na cláusula 1.1. deste Contrato.

2.4. Com o objetivo de permitir uma correta avaliação dos volumes de produção, o PRODUTOR se compromete a preencher e manter atualizada uma Planilha de Controle de Colheita e Cura, a qual será afixada na estufa ou galpão de cura, em lugar visível e de fácil acesso, na qual o PRODUTOR, de acordo com os diferentes procedimentos adotados para a colheita, cura e secagem dos fumos tipo Virgínia e/ou Burley, efetuará as seguintes anotações: Datas de colheita, número de varas/grampos colhidos ou plantas cortadas e o peso de 10 (dez) varas/grampos de fumo seco por estufada ou 10 (dez) plantas de fumo seco por lote de plantas cortadas.

2.5. Compromete-se o PRODUTOR a fornecer o fumo em folha manocado, enfardado e isento de qualquer material estranho, observados os teores de umidade especificados nas Portarias mencionadas.

2.6. O PRODUTOR se compromete a disponibilizar o fumo ora adquirido para classificação nas instalações da EMPRESA indicadas na cláusula 1.2. acima.

2.7. O PRODUTOR exime a EMPRESA de quaisquer responsabilidades decorrentes e se obriga ao seguinte:

- a) Somente utilizar em suas estufas de secagem de fumo, lenha de fonte regular e permitida em lei, preservando a mata nativa e cumprindo a legislação ambiental.
- b) Armazenar os defensivos em depósito ou local específico e seguro para sua guarda, devidamente chaveado, de forma a evitar o acesso de terceiros.
- c) Utilizar, bem como as demais pessoas envolvidas na produção, os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's necessários para a aplicação de defensivos e o apropriado avental para a colheita, exigidos pela legislação em vigor.
- d) Observar as orientações e recomendações para o descarte de embalagens, contidas no Receituário Agrônomo, bula e/ou rótulo do produto, na forma da legislação em vigor, efetuando a triplice lavagem das embalagens vazias e sua guarda, até o momento de seu recolhimento e/ou devolução aos fabricantes.
- e) Atender as regras relativas à proteção da saúde e do meio ambiente.
- f) Cumprir a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente, não empregando mão-de-obra infantil nas atividades decorrentes deste Contrato.

2.7.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretroatável do presente Contrato, a EMPRESA reserva-se o direito de rejeitar o fumo do PRODUTOR que tiver contra si imposta penalidade judicial definitiva relacionada à inobservância de qualquer das obrigações referidas nesta cláusula.

3. COMPROMISSOS COMUNS

3.1. EMPRESA e PRODUTOR se comprometem a praticar os preços e condições, resultantes da negociação do preço do fumo entre as representações oficiais dos produtores e das empresas fumageiras ou, na sua falta, praticar os preços e condições estabelecidos pelo SINDIFUMO - Sindicato das Indústrias do Fumo.

3.2. O volume de produção expresso na cláusula 1.1. do presente Contrato, poderá ser atualizado segundo as revisões de estimativa de safra efetuadas de comum acordo entre EMPRESA e PRODUTOR, levando-se em conta a interferência de fatores supervenientes, admitidas variações de até, no máximo, 5% (cinco por cento) para mais ou para menos. Fica acordado entre as partes que as atualizações de estimativa terão como data limite o final da colheita, não sendo admitidas revisões posteriores. O formulário utilizado para as revisões de estimativa será assinado pelo PRODUTOR e ficará em poder da EMPRESA. As atualizações das estimativas de produção também ficarão registradas na Planilha de Controle de Colheita e Cura prevista na cláusula 2.4., devendo cada atualização conter a data, tipo e volume e, ainda, o visto do PRODUTOR e do representante da EMPRESA. Se na revisão da estimativa não houver comum acordo entre EMPRESA e PRODUTOR, permanecerá como válida a estimativa inicial prevista na cláusula 1.1.

3.3. O presente compromisso obriga as partes, seus herdeiros e/ou sucessores, ficando eleito o foro do domicílio do PRODUTOR, para dirimir as dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato.

3.4. O Contrato ora firmado tem prazo de validade a partir de sua assinatura, até o dia 31 (trinta e um) de julho de 2.005 (dois mil e cinco), devendo toda e qualquer alteração ser realizada de forma escrita, tendo o seu vencimento antecipado pelo descumprimento de qualquer das cláusulas ou condições acima. O Contrato também terá seu vencimento antecipado caso o PRODUTOR terminar as entregas de fumo, nos volumes contratados e liquidar a totalidade de seus débitos junto à EMPRESA, antes da data acima referida.

4. CLÁUSULA PENAL

4.1. Sem prejuízo de ter que indenizar a parte inocente pelos danos por esta sofridos, a parte que infringir qualquer das cláusulas do presente Contrato, deverá pagar à parte inocente uma multa não compensatória, estabelecida em 10% (dez por cento) do valor da produção de fumo, conforme previsto na cláusula 1.1 ou, do valor da produção de fumo levando-se em consideração as revisões de estimativa previstas na cláusula 3.2, o que for maior. O valor em reais da multa será calculado, utilizando-se o valor por quilo da classe TC2, para a produção do tipo Virgínia, e o valor por quilo da classe C2, para a produção do tipo Burley, permanecendo o Contrato em todos os seus termos e condições.

E, por estarem certos e contratados entre si, firmam, na presença de 2 (duas) testemunhas, o presente Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha em 2 (duas) vias de igual teor, sendo uma via para cada um dos contratantes.

_____ de _____ de _____

_____ de
DIMON do Brasil Tabacos Ltda.

_____ de
Produtor

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____

CPF-MF: _____

CPF-MF: _____

Um trabalho de qualidade e união

Mariana Honesko - Texto e foto

Nem o frio das manhãs de inverno desanima a família de Nelson Bubniak. Aos 43 anos, ele mora com a sua esposa Danuzia Bubniak e as três filhas, Ângela Maria, 18 anos, Lucimara, 15, e Maristela, 14, na comunidade de Água Quente dos Rosa, em Rio Azul (PR).

A propriedade é composta por uma área de 16 alqueires, onde o fumo divide espaço com outras culturas. "Eu planto milho, feijão, arroz, frutas, hortaliças e ainda exploro o cultivo de mel aqui", conta. A paixão pela produção de mel é relatada como um dos destaques. A cada nova safra, a produção se aproxima de 800 quilos. Outra atividade da propriedade, a produção de milho, serve de modelo, inclusive, para a comunidade. Nesta safra, Bubniak foi premiado em um concurso municipal - organizado pela Secretaria de Agricultura - que reuniu os maiores e melhores produtores da região. "Fiquei com o sétimo lugar no concurso e, no total, minha produção é de 141 sacos por hectare ou 342 por alqueire", soma.

Contudo, além de se destacar com os produtos que cultivava, Bubniak acredita na inovação e implantação

de novas tecnologias. Acostumado a freqüentar cursos, palestras e aulas que incentivam novas tecnologias, ele está consciente da competitividade do mercado. "A gente tem que se especializar, pois é muito importante aprimorar a tecnologia no campo", garante.

Além de administrar a propriedade, a família ainda encontra tempo para cuidar de atividades junto à Associação de Moradores, ao Conselho de Saúde e à igreja. "A gente trabalha duro, mas sem sacrifício não há benefício", diz. O produtor emociona-se ao comentar o incentivo aos filhos para ir à escola. Lucimara está cursando o ensino médio no Colégio Chafic Cury e Maristela o ensino fundamental no Colégio Alfonso Alves de Camargo. "A principal riqueza que quero deixar aos meus filhos é o estudo", comenta ele, orgulhoso com o interesse da filha Lucimara para aprendizagem da língua ucraniana. Paralelamente, a família cuida do meio ambiente e investe no reflorestamento, com a bracatinga em quatro hectares e o eucalipto, em um hectare. "Há muitos anos faço esse planejamento



Nelson Bubniak, a esposa e as três filhas

para ter a madeira, pois acredito ser um bom investimento", explica.

FUMO - O produtor iniciou a atividade na cultura do fumo em 1983 e historicamente produz em torno de 3.000 kg/ha, de produto de boa qualidade. E, com os recursos conquistados na comercialização, a família aplica e acredita no desenvolvimento. "A gente já comprou trator e carro novo, eletrodomésticos e melhorou a propriedade. O que temos aqui, foi conquistado com o fumo", resume. "As outras culturas não dão muito dinheiro". Para Osvaldo Chochel, orientador agrícola de 176 famílias no município, Bubniak é um exemplo. "Ele sempre participa de reuniões e aplica na propriedade todas as inovações que aprende. Na realidade, toda a família sempre está aqui presente. É uma família unida", observa.

A produção de mel é um dos destaques e, com a de milho, Bubniak já foi premiado em concurso.

Capação, colheita e cura no fumo Virgínia

Marco Dotto

Este é o momento de executar as últimas tarefas na lavoura, que por sua vez são as mais importantes para garantir o potencial de produtividade e qualidade da sua safra. Para que isso se torne uma realidade é de extrema importância a observação e realização das recomendações a seguir:

- O ponto ideal de capação é com botão floral em alongamento, que representa maior facilidade, rapidez, bem como, melhor eficiência do antibrotante.

- A altura deve ser de acordo com o vigor da planta, levando-se em conta a fertilização da lavoura, assim como a característica da variedade deixando-se, em média, de 18 a 22 folhas por planta.

- O atraso na capação representa uma perda de 1% ao dia.
- Aplique o antibrotante na dosagem recomendada, evi-



Atraso na capação representa perdas

tando as horas mais quentes do dia e com a planta molhada.

- Inicie a colheita de baixeiro uma semana após a capação, sempre observando que o fumo esteja maduro e sem excesso de umidade.

- Nas demais posições da planta é importante salientar que o fumo seja colhido de 2 a 3 folhas por vez, de maduro a bem maduro e com boas condições de umidade, evitando exposição ao sol e ao vento. Deixe para última apanhada 6 folhas por planta.

- Para confirmar a qualidade do seu fumo na estufa, siga as recomendações constantes no guia de cura, obedecendo o tempo de cada fase e fazendo os controles de temperatura e umidade.

Fumicultor! Já que sua lavoura foi bem conduzida, cape, colha e cure de acordo com as recomendações acima para que isso se traduza em rentabilidade. Consulte seu orientador agrícola.

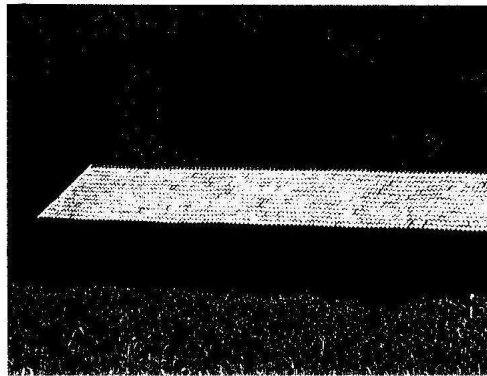
Capação, colheita e cura no fumo Burley

Jonathan A. Schnitzer e Leonardo Rambo

Encaminhado o plantio, as adubações e os tratamentos culturais chegamos às fases de capação, colheita e cura, que, da mesma forma que as anteriores, são fundamentais para o sucesso da produção.

A capação deve ser realizada no estágio inicial da floração, ou seja, com o botão floral em alongamento, deixando o número de folhas conforme o potencial para produzir uma ponteira normal, limitando a 22/24 folhas.

A colheita deve ser realizada com fumo maduro, nor-



Controle da umidade é um cuidado muito importante

malmente de 35 a 45 dias após a capação. Evite a colheita de fumos imaturos ou passados de maduro, pois ambos não atendem às exigências do mercado. A avaliação visual para realizar a colheita deve ser feita na parte da manhã.

Após a colheita o ideal é que todo o fumo passe pelo sistema de pré-murchamento de 6 a 10 dias. Esta prática aumenta em 30% a capacidade de cura, facilita o transporte, manejo e melhora a qualidade.

A cura definitiva, preferencialmente, deve ser em galpão que possa ter algum tipo de manejo, observando as condições do clima (não usar plásticos e ou outros materiais que possam deixar resíduos/pedaços impregnados no fumo). Em períodos secos, aumentar a umidade rejuntando o fumo, fechando bem o galpão e molhando o chão. Em períodos úmidos, aumentar o espaçamento entre os espetos, deixar o galpão aberto e utilizar ventiladores, que são uma excelente alternativa na retirada do excesso de umidade.

Muito cuidado também com o acesso de aves (penas grudam no fumo).

Só inicie o despencamento/classificação do fumo quando o mesmo estiver bem curado e quando já tiver programação de carregamento.

Amigo Produtor! Para um bom encaminhamento das atividades de colheita e cura prepare a estrutura para realização do pré-murchamento com antecedência bem como a limpeza e organização do galpão.

ANEXO D - Matéria de Jornal – Análise de resíduos será intensificada e produtor poderá ser penalizado

Análise de resíduos será intensificada e produtor poderá ser penalizado

Hilmar Stapenhorst

Para manter o mercado e o conceito de qualidade que o fumo brasileiro conquistou nos últimos anos, a Alliance One está fazendo um chamado especial aos seus produtores. O objetivo é sensibilizar a todos para que somente usem defensivos agrícolas recomendados pela empresa, ou seja, aqueles comercializados no pedido.

O pacote tecnológico que a empresa oferece contempla as melhores opções em defensivos agrícolas. Por isso, jamais adquira produtos não autorizados em agropecuárias da sua região e muito menos faça uso de soluções e misturas caseiras, pois sabemos que, além da ineficiência destas, as mesmas podem deixar resíduos e odores desagradáveis no produto final.

Na safra passada, foram detectados alguns casos com resíduos de produtos não autorizados para uso no fumo. Desta forma, na próxima safra, será intensificado o programa de monitoramento e rastreabilidade dos resíduos de defensivos através do au-



Produtor deve utilizar somente os defensivos recomendados pela empresa

mento do número de produtores amostrados. Serão coletadas amostras diretamente no paiol ou galpão dos produtores, bem como no canal de compra, durante a comercialização do fumo. De posse das amostras, estas serão encaminhadas para a verificação da presença ou não de resíduos de defensivos.

Produtores cujas amostras apresentarem resíduos não permitidos estarão sujeitos a penalizações conforme consta no contrato de compra e venda de fumo em folha. O fumo que apresentar resíduos de produtos não recomendados será rejeitado pela empresa, sendo também rejeitado todo o restante da produção de fumo do produtor.

Usar somente produtos recomendados é, sobretudo, uma questão de responsabilidade. Produzir os fumos que os clientes desejam é uma forma de garantia do mercado. Todos precisam estar conscientes da preservação do mercado de fumo brasileiro, pois do contrário, os mais prejudicados serão os próprios produtores.

ANEXO E – Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA**Dados objetivos:**

Localidade (distrito):	Idade:
Origem (lugar, etnia):	Área plantada (em hectares):
Tempo de Trabalho:	Quantos trabalham:

Questões Descritivas:

- Qual a sua profissão?
- O que o Sr.(a) planta / produz?
- Fale um pouco de sua rotina de trabalho.
- Em comparação com o que era sua propriedade em anos atrás, quando começou a trabalhar, como vê hoje o local e as suas condições de trabalho?
- Quem determina as tarefas que o Sr. (a) (e sua família) deve realizar?
- Como é sua relação com os vizinhos?

Questões Valorativas:

- O que é ser bom profissional em sua atividade?
- O que mais valoriza (gosta – acha importante) nesta atividade?
- Quando você pensa no seu trabalho o que logo lhe vem à mente?
- O Sr.(a) está satisfeito com seu trabalho? O que mais lhe satisfaz?
- Quais são suas maiores dificuldades?
- O que realmente gostaria de trabalhar e/ou produzir?
- Hoje qual o principal objetivo (fim) do seu trabalho?
- Recebe o que merece?
- Quais suas expectativas (anseios) de futuro em termos profissionais (de trabalho)?
- Qual a maior riqueza (potencialidade) desta região?
- O que o seu trabalho representa para a sua vida e para a comunidade?
- Que idéia o Sr.(a) tem dos primeiros imigrantes que aqui chegaram?
- O que o Sr.(a) pensa sobre o futuro da cultura de fumo?
- O Sr. já pensou em vender sua propriedade e ir para outro lugar?

Plantadores de fumo:

- Como é sua relação com a empresa que o Sr.(a) vende o fumo?
- Quais os pontos positivos e negativos em plantar fumo?
- Já pensou em mudar e/ou diversificar sua produção?

Não-plantadores de fumo:

- Já plantou fumo em algum momento?

- Se sim a anterior:**
- Por que parou de plantar fumo?
 - O que mudou?
 - Como vê seu trabalho hoje?

O Não-Trabalho:

- O que faz quando não está trabalhando?
- Pertence a alguma associação e/ou entidade comunitária?